



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

**Elisabeth Fernandes Martini**

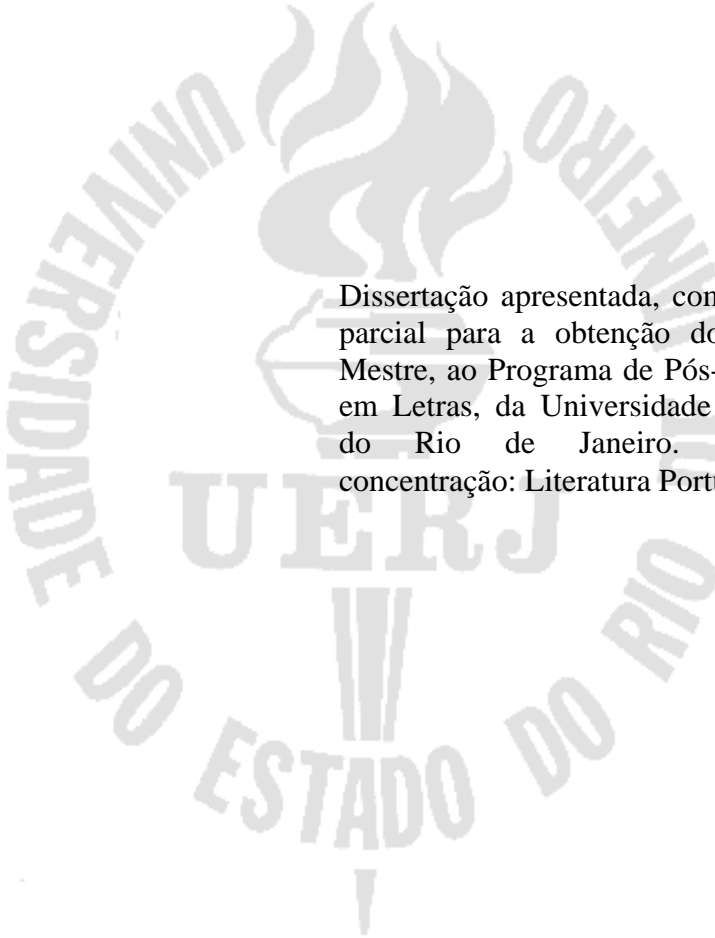
***Ligações Perigosas: a família portuguesa,  
na narrativa curta, durante a Regeneração***

Rio de Janeiro

2011

Elisabeth Fernandes Martini

**Ligações perigosas: a família portuguesa, na narrativa curta, durante a  
Regeneração**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

M386 Martini, Elisabeth Fernandes.  
Ligações perigosas: a família portuguesa, na narrativa curta,  
durante a Regeneração / Elisabeth Fernandes Martini. – 2011.  
144 f. : il.

Orientador: Sérgio Nazar David.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Literatura portuguesa – História e crítica – Séc. XIX - Teses. 2.  
Portugal – História – Séc. XIX – Teses. 3. Contos portugueses –  
História e crítica – Teses. 4. Família na literatura – Teses. 5.  
Literatura e sociedade – Teses. I. David, Sérgio Nazar. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.  
Título.

CDU 869.0(091)''18''

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Elisabeth Fernandes Martini

***Ligações perigosas: a família portuguesa,***  
**na narrativa curta, durante a Regeneração**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 13 de abril de 2011.

Banca examinadora :

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)

Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Batalha

Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Fernando da Motta de Oliveira

Instituto de Letras da USP

Rio de Janeiro

2011

## **DEDICATÓRIA**

A minha família tão querida, pelo interesse, apoio e paciência infinda com que me brindou por mais esse percurso. Espero corresponder a tanto amor, sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

A Sérgio Nazar David, pela forma tranquila e segura com que me conduziu aos meus mais caros objetivos e pelo muito que me ensinou sobre o amor à profissão e à arte.

Ao corpo docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelas contribuições preciosas para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

A Vera Lúcia de Almeida, bibliotecária, e aos demais funcionários do Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, pela carinhosa acolhida e a postura diligente em todas as minhas pesquisas.

## RESUMO

MARTINI, Elisabeth Fernandes. *Ligações perigosas: a família portuguesa, na narrativa curta, durante a Regeneração*. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Além de discutir as grandes questões da humanidade, como as cisões políticas e as injustiças sociais, os escritores oitocentistas imiscuíram-se nas temáticas do cotidiano, que se ajustaram aos contos à perfeição. A vida doméstica, antes restrita às quatro paredes, passou a ser problematizada nas narrativas curtas de ficção, talhadas para jogar luzes sobre o microcosmo das relações familiares. Objetiva-se, com o presente trabalho, analisar por meio de onze contos pinçados dentre a produção literária de cinco autores de relevância no período conhecido como *Regeneração*, os conflitos com os quais a família portuguesa se deparou, assim como as saídas possíveis diante das rígidas regras de decoro e civilidade que imperavam naquela sociedade. Por meio do enlace entre história e literatura pretende-se ampliar a compreensão das crenças e valores e a evolução das mentalidades. Ao contribuírem com a formação do público-leitor, atraído pelos dilemas entre a tradição e a inovação, os escritores do século XIX elevaram o romance à sua expressão máxima. E aprofundaram as fissuras de um mundo em transição.

Palavras-chave: *Regeneração*. Família. Literatura. História. Sociedade.

## ABSTRACT

Besides discussing the great issues of humanity - the political divisions and social injustice - the nineteenth-century writers to interfere in issues of everyday life, which fit the stories perfectly. Domestic life, hitherto restricted to four walls, has become problematic in the short fiction narratives, cut to play lights over the microcosm of family relationships. The objective is, with this work, by analyzing eleven stories clipped out of the literary production of five authors of relevance in the period known as *Regeneração* the conflicts with which the portuguese family encountered, as well as the possible outputs in the face of stiff rules of decorum and civility that prevailed in that society. Through the link between history and literature is intended to broaden the understanding of beliefs and values and the evolution of mentalities. In contributing to the formation of the readers, attracted by the dilemma between tradition and innovation, the writers of the nineteenth century brought the novel to its highest expression. And deepened the fissures of a world in transition.

Keywords: *Regeneração*. Family. Literature. History. Society.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Código Seabra .....	24
Figura 2 - Taxa de analfabetismo .....	26
Figura 3 - Província de Entre Douro e Minho .....	29
Figura 4 - Evolução da emigração portuguesa .....	30
Figura 5 - Povoamento por distritos .....	33
Figura 6 - Júlio Dinis .....	45
Figura 7 - “Escadinhas do Duque” .....	57
Figura 8 - Rodrigo Paganino .....	64
Figura 9 - “Os contos do Tio Joaquim” .....	70
Figura 10 - Álvaro do Carvalho: o maldito .....	93
Figura 11 - Primeira edição de “Uma eleição perdida” .....	97
Figura 12 – Camilo Castelo Branco .....	116
Figura 13 - Conde de Ficalho .....	127

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>UM GIRO PELO MUNDO DO LIBERALISMO PORTUGUÊS</b> .....	16
1.1	<b>O Oitocentismo português em dois tempos</b> .....	16
1.2	<b>Educar para civilizar</b> .....	23
1.3	<b>Comportamento demográfico</b> .....	27
1.4	<b>Com as bênçãos da igreja</b> .....	35
1.5	<b>Família e sociedade</b> .....	39
2	<b>ENCONTROS E DESPEDIDAS: AS FACES DA EMIGRAÇÃO</b> .....	43
2.1	<b>Olhares sobre a paisagem</b> .....	43
2.2	<b>Dilemas e saídas</b> .....	58
3	<b>TERRA, CORPO E LIBERDADE</b> .....	65
3.1	<b>Vergar para não quebrar</b> .....	65
3.2	<b>Antes quebrar que vergar</b> .....	73
3.3	<b>Desejo e reparação</b> .....	82
4	<b>MATER SEMPER CERTA EST; PATER NUNQUAM</b> .....	85
4.1	<b>Mulheres e senhoras</b> .....	86
4.2	<b>Pela defesa da honra</b> .....	90
5	<b>UMA JANELA PARA O MUNDO</b> .....	106
5.1	<b>Maternidade e poder</b> .....	106

5.2.	<b>Opção e direito</b> .....	112
5.3.	<b>Educação e mudança</b> .....	119
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	128
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	138
	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	143

## INTRODUÇÃO

Discussões sobre a família, seja quando e onde for, suscitam controvérsia. Porque família é porto seguro, mas também prisão, dependendo do local, do dia e dos personagens que interagem. A família pode ser vilipendiada como o reduto do tradicionalismo mais arraigado e exaltada como a célula-mãe da sociedade. Pode espelhar o que a sociedade tem de melhor e de pior, intervir nos processos históricos, mas também ser enformada pela cultura. Não é de hoje que esse tema nos mobiliza, porque o desenvolvimento de todo indivíduo está imbricado com o percurso dos agregados domésticos.

Nosso objetivo de estudo é focalizar a família portuguesa do século XIX, em um recorte bem específico: a Regeneração. Este projeto político que começou a tomar forma ainda com a primeira vitória do Liberalismo, em 1834, teve o seu marco inicial em 1851 e, em 1868, o auge, vindo a decair logo em seguida. Mesmo assim, por meio das reformas que implantou e com novas roupagens, a Regeneração continuou viva nos anos subseqüentes.

O presente estudo abarca o período entre 1851, quando as lutas liberais deram espaço a uma vida cultural e política menos atribulada, e 1888, ano em que Eça de Queirós publicou *Os Maias: episódios da vida romântica*. O principal interesse desta dissertação é destacar cinco autores que se projetaram no período, ora plasmando à narrativa traços de um romantismo tardio, ora adotando valores do realismo: Álvaro do Carvalho, Camilo Castelo Branco, Conde de Ficalho, Júlio Dinis e Rodrigo Paganino.

Três, entre os autores selecionados, publicaram um único livro de contos, seja porque faleceram precocemente, como é o caso de Carvalho e Paganino, seja porque atuavam em diversas frentes, como o Conde de Ficalho. Mesmo assim, os referidos autores deixaram suas marcas na produção literária lusa.

Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco incursionaram pelos mais diversos gêneros literários: poesia, teatro, romance e crítica. Ambos se eternizaram por seus romances. Júlio Dinis deixou quatro romances que arrebanharam leitores de todas as idades, até meados do século XX. Camilo Castelo Branco pôde escrever de tudo um pouco e, dada a vastidão da

obra, o talento inegável e o maior tempo de vida, inscrever o seu nome no cânone literário. Seus contos e novelas merecem atenção, porque os romances de Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco tornaram-se referência, de modo que os estudos sobre a narrativa curta dos referidos autores acabam por ser negligenciados. Júlio Dinis deixou uma única coletânea de contos e uma novela, agregados na edição póstuma de *Serões da Província*. Mas Camilo Castelo Branco produziu quase cem títulos, entre contos, novelas e romances. Restringir os estudos literários aos romances desmerece os contos antológicos que os referidos autores produziram e que muito podem revelar sobre o viver daquele tempo.

Dentre o universo de narrativas curtas dos referidos autores foram selecionados onze, em função da temática abordada: os laços de família. Abre-se a oportunidade de enlaçar literatura e história, para obter uma visão mais abrangente do trânsito da família em meio às grandes questões nacionais que a Regeneração portuguesa punha em pauta. Alia-se a também outra vantagem das narrativas curtas: o instantâneo de realidade que ela oferece. Dada a vastidão de temas que os romancistas tinham ao lidarem com o panorama sociopolítico, econômico e cultural da sociedade, as questões mezinhas e cotidianas ficavam relegadas a um segundo plano. Por isso, objetiva-se jogar algumas luzes sobre a história da família, situando-a nesse recorte temporal, e discorrer sobre a família burguesa que se tornou paradigmática para outras classes sociais e gerações vindouras.

O diálogo entre literatura e história, assim como as demais áreas humanistas como a sociologia, a etnologia, a filosofia, a psicanálise e até a geografia, com os seus estudos sobre paisagem, está no centro do interesse dos pesquisadores contemporâneos, porque possibilita compor um amplo mosaico dos agregados domésticos sob os aspectos culturais, políticos e socioeconômicos. Afinal, a família transforma a cultura, mas também é transformada por ela.

Os grandes movimentos coletivos da sociedade ocidental, como, por exemplo, os cuidados extremos que as mães passaram a dispensar a seus filhos, não dizem respeito a uma vontade individual imperiosa, mas a processos históricos bem demarcados que, em dado momento, “contaminaram” a sociedade como um todo. No caso a mudança da estrutura emocional da família passou por significativa mudança no século XIX. Indícios abundantes dessa alteração podem ser encontrados nas onze obras selecionadas.

O critério para a seleção dos textos, além da sua qualidade inequívoca, versou sobre os vetores de dispersão e aglutinação dos agregados domésticos; as situações de conflito; os tipos de núcleos familiares e os fatores que impulsionam a transformação da família. Por meio dos contos percebe-se também o amadurecimento das relações intrafamiliares: do crime passionnal à capacidade de transigência e negociação entre os membros; do infanticídio e exposição na roda dos enjeitados à aceitação, ainda que tímida, dos filhos bastardos; do casamento por imposição paterna à livre escolha no campo do amor. A sociedade portuguesa se modificava e cabe estender o olhar para essa longa linha de tempo, para perceber a lenta, mas contínua transformação. Objetivando oferecer ao leitor a perspectiva dos atores, ancorada nas temáticas subjacentes, tornamos frequentemente aos contos e novelas evocados, de forma a compor um amplo mosaico da vida em família no século XIX.

Cabe demonstrar nestas páginas que o retrato sépia que a sociedade contemporânea guardou da família portuguesa oitocentista não faz justiça àqueles que amaram, sofreram, se submeteram ou lutaram por seus desejos. A distinção de papéis sexuais e a hierarquização dos seus membros são fatos, mas os protagonistas, de uma forma ou de outra, procuravam fugir do previamente estabelecido em defesa dos seus interesses, o que originou os mais diversos tipos de grupamentos. Mais do que mera fruição estética, o presente estudo oportuniza conhecer o século XIX sob um prisma diferente do que o senso comum por vezes estabeleceu.

Sugerimos uma reavaliação que nos permita arrancar o rótulos equivocados de *era perdida* e/ou *era da inocência*, quando consideramos que o período da Regeneração lançou as bases para as profundas transformações que a sociedade portuguesa haveria de experimentar no século XX. Logo abaixo da superfície recatada, o Oitocentos mostra-se mais complexo do que os folhetins eletrônicos do horário das seis permitem vislumbrar. Por meio das narrativas, o público-leitor oitocentista se encheu de esperança, mas também de cultura e gratificação sexual, o que estava subentendido nos códigos de leitura. E os escritores sabiam chegar a seu público e oferecer o que era demandado, sem abrir mão, por exemplo, da “pedagogia social” que Júlio Dinis tão bem defendeu.

Antes do século XIX, as narrativas curtas encontraram algumas formas embrionárias. Laboriosamente recolhidas por Alexandre Herculano, vieram a compor o *Portugaliae Monumenta Historica* (de 1856 a 1873) e constituem, como diz Massaud Moisés, “alguns poucos exemplares do gênero que restaram da prosa arcaica em vernáculo” (MOISÉS, 1975,

p.11). Mas o conto, inscrito nos códigos da modernidade, veio a ganhar proeminência entre os escritores oitocentistas.

Das primeiras iniciativas ingênuas e idealizadas até o conto com identidade própria, entre o terceiro e o último quartel do século XIX, alguns se tornaram célebres. Estes contos de grande aceitação de público e crítica, no entanto, chegam ao século XXI praticamente esquecidos pelos estudos acadêmicos, havendo inclusive, no caso de Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco, uma atenção ruidosa em relação à produção romanesca que contrasta com o silêncio que cerca suas narrativas de curta extensão.

O propósito maior, na escolha da narrativa curta como *corpus* fundamental da nossa pesquisa, é buscar novas arestas e perspectivas para a compreensão do período histórico em questão, suprindo assim também uma lacuna que ainda persiste nos estudos literários.

No primeiro capítulo, “Um giro pelo liberalismo português”, traçamos um panorama do antes e depois da implantação definitiva do liberalismo em Portugal. Ajustamos o nosso foco sobre uma nação que, navegando em águas mais calmas, depois de anos de lutas internas, buscava, como outros reinos europeus, dotar-se de armas para as mudanças que se impunham. O desenvolvimentismo ganhava corpo e, mesmo que malogradas muitas das tentativas, preparava-se dentro do Portugal antigo a estrutura do novo, que só viria a se consolidar com o advento da República. Este novo Portugal, nascido das entranhas do *Ancien Regime*, não só ocuparia o espaço público, palco das grandes questões nacionais, mas haveria de se infiltrar no espaço privado, percutindo no coração da família.

O segundo capítulo, “Encontros e despedidas”, trata da emigração para o Brasil e para a África. Discorremos sobre as diferentes paisagens, entre Portugal e a ex-colônia; entre a metrópole e seus novos potentados e os estranhamentos em meio ao percurso. O movimento migratório funcionava como um dos vetores que deflagrava o conflito entre os personagens, mas não era o único. Afinal, a emigração também possibilitava a inserção social dos deserdados pela fortuna e dos desiludidos do amor. De seu bojo emergiram algumas soluções possíveis, dentre as quais as estratégias utilizadas para contornar as pesadas interdições relativas ao comportamento dos pares e à divisão de papéis sociais dos binômios: homens/mulheres, pobres/ricos, cultos/ignorantes.

No terceiro capítulo, “Terra, corpo e liberdade”, abordamos a livre escolha no campo do amor, que alguns mais ousados intentavam reclamar para si. Tais mudanças não deixam de levar em conta os limites sociais impostos ao indivíduo, circunscritos ao interesse de concentração de bens nas mãos de uns poucos, pilar da família patriarcal.

O enfrentamento entre pais e filhos se manifesta mais declaradamente no quarto capítulo, “Mater semper certa est, pater nunquam”, com a concretização do medo maior da família burguesa, no plano doméstico: a gravidez indesejada. Impregnada por concepções de ordem moral, a família se constitui em juiz e verdugo, e encontra motivos suficientes para produzir também atos extremos e irreparáveis.

Entretanto, em alguns dos contos que serão analisados, percebemos o lento caminhar em direção a novas formas de resolução de problemas, com a palavra mediando os conflitos internos. Dos ritos sumários de acusação, passa-se à reflexão sobre estruturas diversas dos agregados domésticos. Em alguns casos, até mesmo os passos em falso deixam de ser vistos, pelo menos entre os mais “ilustrados”, como um crime sem solução. Também observamos as formações familiares tangenciando algo além do padrão da família nuclear simples: marido, esposa e filhos.

Por fim, o quinto capítulo “Uma janela para o mundo: política, educação e gênero – molas propulsoras da mudança” aponta caminhos possíveis para a tão almejada “civilização”, que embalou os sonhos de alguns românticos, e depois também de cientificistas e positivistas. As discussões sobre a educação da população mais pobre ganha algum relevo depois das primeiras reformas, iniciadas ainda com os setembristas.

Não seria ainda nesse século que a mulher chegaria a ser aventada como possível eleitora ou lembrada para conquistar no espaço público qualquer projeção, por ínfima que fosse. Estrela do lar, relegada às prendas e à função de educadora, começava a se vislumbrar a possibilidade de a mãe se instruir para melhor poder exercer os papéis que lhe destinavam, o que evidenciava uma tímida iniciativa das mulheres de arrogarem para si um exercício de poder, ainda que circunscrito aos deveres da maternidade.

Pelo que se apresenta, pretendemos, por meio da análise dos contos e novelas selecionados, descortinar alguns véus que ainda cobrem a história, no decorrer da Regeneração, da família portuguesa oitocentista.



## 1. UM GIRO PELO MUNDO DO LIBERALISMO PORTUGUÊS

Antes da Regeneração propriamente dita, em intervalo de tempo determinado, com início em 1851 e se estendendo, segundo Joel Serrão (1990), até 1900, cabe pensar que o conceito de regeneração é bem anterior ao período que nos propomos a estudar, mais precisamente o terceiro quartel do século XIX, e remonta um tempo que permanecia, enquanto desejo latente do povo português, pouco alterado.

O liberalismo português, em uma iniciativa sem precedentes, promoveu as reformas que o país necessitava para se desenvolver, não sem antes ter de se defrontar com suas idiossincrasias, do ponto de vista sociopolítico e econômico. Há que, portanto, refletir sobre o lento e penoso percurso da nau lusa pelo constitucionalismo.

### 1.1. O Oitocentismo português em dois tempos

Retrocedendo trinta anos, nos defrontamos com os primórdios da causa liberal. O percurso histórico do liberalismo português pode ser dividido em dois grandes períodos: das origens (1820) até 1851 e da Regeneração, até o fim do primeiro quartel do século XX.

O liberalismo português já nasceu sob o ruidoso embate entre as tradicionais forças políticas, representadas pelos adeptos de D. Miguel, e os “ventos da mudança”, na boca dos liberais que exigiam o respeito à Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV, em 1826, e que, por isso, eram também conhecidos como *cartistas*. Estes últimos representavam o liberalismo mais conservador, lidando com os interesses e as aspirações da aristocracia comercial, e contrapunham-se também aos *setembristas*, cujas raízes eram pequeno-burguesas e industriais de aspiração francamente progressista. Ainda que irmanados pela causa liberal, os encaminhamentos eram tão divergentes que a cisão se fez pronunciar logo de início e a guerra fratricida consumiu grande parte das energias das partes antagônicas.

Após a Guerra Civil (1832-1834), os *devoristas* chegaram ao poder, ainda que por pouco tempo (de 1834 a 1836) e estabeleceram o regime cartista. Posteriormente, vieram os setembristas (de 1836 a 1842), a ala mais radical do liberalismo e, em seguida, o *cabralismo* (de 1842 a 1851), com a sua feição mais conservadora. Insufladas contra os Cabrais, sobrevieram forças populares, por meio das revoltas da Maria da Fonte e da Patuléia (de 1846 a 1847), marcando mais ainda com instabilidade política a primeira metade do século XIX.

Costa Cabral iniciara a sua vida política com um discurso setembrista, mas, ao se instalar no poder, redirecionara seu posicionamento, colocando-se mais à direita. Seu governo teve a marca da centralização administrativa e estendia a sua mirada em direção ao desenvolvimentismo. Entretanto, o império não tinha como arcar com os custos de tão vultosas intervenções, dada a falta de capitais disponíveis e o baixíssimo nível econômico da população.

A conta a ser paga redundou no subsequente aumento de impostos que, aliado às concessões aos barões, gerou grande insatisfação, em especial nos mais baixos estratos sociais, mais afetados pelo alto custo de vida e sabedores do envolvimento do governo em negociatas e corrupção. Para o povo, mais que a causa liberal, o que o movia e precipitava os acontecimentos era a maior ou menor dificuldade em garantir a própria sobrevivência.

Apeado do poder por clamorosa expressão popular concretizada na Patuléia (1846-1847), Costa Cabral ainda tornaria a uma última gestão (1849-1851), cuja derrocada final dava seus sinais, desde que a apresentação da proposta de restrição à liberdade de imprensa, a “lei das rolhas” (1850), trouxe para si toda a disposição anticabralista da *intelligentsia* portuguesa. O golpe de misericórdia veio, por fim, em 1851, com o Marechal Saldanha. Esmagados os cabralistas, iniciava-se uma nova era com o constitucionalismo liberal, em que se quis de fato “regenerar” a nação.

Por essa via, chegava a burguesia lusitana à sua máxima expressão, “reinando” por dezessete anos, período este que se articulou com o impulso ao capitalismo em Portugal: tímido, tardio, insuficiente, mas, de todo modo, o possível. Tudo aquilo que Costa Cabral tencionava fazer e não conseguiu por meio da ditadura, Fontes Pereira de Melo implantou, adaptando o capitalismo ao jeito de ser lusitano, segundo o seu entendimento.

A paz política foi alcançada por meio do rotativismo partidário. A cada dissolução das cortes, por insatisfações de qualquer ordem, ascendia ao poder o grupo rival, de forma que não se alterassem as disposições políticas. Este foi o princípio do bipartidarismo em Portugal.

Ministro de Obras Públicas, Fontes Pereira de Mello foi de tal modo marcante no período que chegou a cunhar a sua atuação política com o seu próprio nome. O fomento à industrialização, a venda de bens nacionais e a expansão das comunicações e transportes, com especial atenção para a construção das ferrovias, também estão entre as ações do *fontismo* que mais impactaram a sociedade oitocentista portuguesa.

A chegada de um engenheiro ao poder marcou não só o surgimento de uma nova profissão, a Engenharia, reconhecida a partir de 1864. O advento de um novo perfil técnico para o exercício da política, em um momento em que a nobreza ainda ocupava cargos públicos proeminentes, devido à *voz do sangue*, e a burguesia mais e mais se projetava como símbolo de ascensão por méritos próprios, difundia a ideia inovadora de que, no caso do indivíduo não nascer em berço de ouro ou casar ‘satisfatoriamente’, só o universo do trabalho poderia oportunizar a tão ansiada mobilidade social.

Uma notória transferência das terras, antes pertencentes em sua maioria ao clero, para as mãos dos nobres e dos burgueses, mostrou o quanto o anticlericalismo latente na sociedade e expresso em muitas obras literárias, como é o caso d’*O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, surtiu efeitos consideráveis. O governo liberal, ainda em 1834, transformara os bens da Coroa em Bens Nacionais, dissolvera instituições de “mão morta” e tornara grandes quantidades de terra à Fazenda Pública. “Mas a mais importante das leis terá sido o Decreto de 30 de maio de 1834 que dissolvia todos os conventos, colégios, hospitais e outra Casa de qualquer ordem religiosa.” (FEIJÓ, 1992, p.110)

O que seria, entretanto, uma oportunidade ímpar para uma ampla reforma fundiária não teve o esperado êxito, visto essas mesmas terras permanecerem nas mãos de uns poucos, que se valeram de posição e recursos para adquirirem as terras da igreja há pouco desapropriadas. Efetivava-se a transferência destas das mãos do clero para as mãos da aristocracia e da burguesia mais abastada.

Além de não serem beneficiadas com a venda dos patrimônios nacionalizados, as massas camponesas ainda se viram gradativamente privadas das terras comunais, pois o senso de

propriedade foi se firmando até não restarem espaços livres a serem graciosamente cultivados pelos deserdados da terra. Da mesma forma, processara-se o término dos baldios e dos vínculos, como Graça Feijó descreve:

A machadada final na instituição vincular ocorreu na década de 60 – em três momentos. A 30 de julho de 1860 aboliem-se os vínculos com rendimentos inferiores a 400 000 réis e ordenava-se o registo de todos os morgados e capelas, existentes e futuros; a 19 de julho de 1863 declaravam-se abolidos os vínculos, passando a ser considerados como propriedade livre a alodial – abrindo-se uma exceção para a Casa de Bragança e oferecendo-se como compensação transitória a possibilidade de metade de cada vínculo ser transmitido como tal ao herdeiro do proprietário a essa data. (FEIJÓ, 1992, p.117)

A lei que determinava o término dos morgadios também fora promulgada em 1834. Entretanto, esse processo de transferência de bens era secular e não só reconhecía o pátrio poder sobre as questões de herança, como também concentrava o patrimônio nas mãos do primogênito, o que em tese evitaria o desbaratamento dos bens familiares. Para os demais filhos, restava a carreira eclesiástica ou a possibilidade de contratar um casamento que lhes garantisse a mesma ou uma melhor posição social.

Diante de tão fortes interesses, não é de espantar que a dita lei demorasse a vigor por quase trinta anos. Só entre 1860 e 1863 os morgadios foram totalmente extintos, o que reconfigurou a distribuição de bens e propriedades no seio da própria família e solapou a autoridade paterna. Como Graça Feijó observa: “A promulgação do Código Civil em 1867 representou a última etapa no longo processo de redefinição dos direitos de propriedade, agora totalmente ligados ao mercado.” (FEIJÓ, 1992, p.120).

As comunicações ganharam também grande impulso, a começar pela reforma dos correios, entre 1852 e 1853. As tarifas foram estabelecidas de acordo com a distância, selos passaram a ser utilizados na correspondência e normalizou-se o horário de funcionamento das unidades. Em 1855, foi a vez de o telégrafo elétrico começar a operar em caráter experimental entre Lisboa e Sintra, passando à exploração comercial em 1857. Ainda nessa mesma década, um cabo submarino interligou o continente aos Açores.

O custo unitário do jornal começou a baixar e mais e mais leitores, inclusive das classes populares, passaram a acompanhar as notícias diárias, o que demonstra também certa melhoria no nível educacional da população, mais evidente nas urbes. O periódico teve como nunca reconhecido o seu papel enquanto formador de opinião e muitos dos seus colaboradores conheceram fama e prestígio, como é o caso dos romancistas que, antes de editarem novelas e

contos em livro, faziam-nos veicular no formato de folhetim, por vezes, com grande repercussão.

A infra-estrutura na área dos transportes foi transformada com o início da construção dos caminhos de ferro, em 1851, cujas primeiras composições passaram a circular a partir de 1856. Mesmo com um atraso de 31 anos em relação à França, a rede ferroviária avançou consideravelmente, materializando o ideário progressista e, em 40 anos, fez o reino chegar à décima posição, entre as nações com maior densidade ferroviária.

Não havia uma posição equânime sobre a modernização dos transportes por parte da população, pois, ao mesmo tempo em que trazia o progresso e diminuía as distâncias, o comboio também atropelava tradições das regiões mais arraigadas e causava transtornos sociais ao traçar o riscado da locomotiva. As estradas também ganharam terreno, como chama a atenção Fernando de Souza:

O êxito dos caminhos-de-ferro não pode, contudo, fazer esquecer a extraordinária expansão da rede de estradas modernas, macadamizadas, praticamente inexistentes em 1852 (218 km) e que passaram a registar 14.230 km em 1900, rede esta que, embora sofrendo algumas melhorias e renovação de pavimentos, serviu Portugal até os anos de 1960-1970. (SOUZA, 2004, p.10)

Lentamente, o progresso batia às portas de comunidades que antes viviam isoladas, remodelando os costumes locais. Entretanto, as conquistas tinham o seu custo. Para levar à frente iniciativa de tal magnitude, coube ao governo, em princípio, proceder ao aumento de impostos, o que logo se mostrou insuficiente para fazer frente à voracidade do empreendimento. O socorro veio na forma de vultosos empréstimos realizados no exterior. Pretendia-se que, por meio dos trilhos, houvesse o florescimento da indústria em uma nação de economia predominantemente agrícola. Conforme Joel Serrão, “o comboio não constituiu um motor para a indústria nacional pela simples razão de que ela [praticamente] não existia e nem os investidores estrangeiros estavam interessados em criar concorrentes para as suas indústrias nacionais, as quais são fomentadas pela construção ferroviária nacional e pela abertura de um mercado para os seus produtos.” (SERRÃO, 1990, p. 39)

Os empréstimos externos, cada vez mais regulares e extorsivos, e a contratação de companhias privadas para a sua execução, a curto e médio prazo, comprometeram seriamente a frágil economia portuguesa, decuplicando a dívida externa e deixando o império, ao final do

século XIX, à beira da insolvência. Oliveira Martins, em 1879, fez um balanço da aventura liberal:

Em 1851, veio uma causa nova juntar-se às anteriores. A construção de obras públicas, num país ignorante e pobre, tornou-se ao mesmo tempo uma aprendizagem cara, um campo a explorar por toda a casta de aventureiros estrangeiros, e um mercado rendoso para os bancos encarregados por nós de nos angariar dinheiro que não tínhamos para as obras que projectávamos. Da reunião das causas antigas e modernas proveio o desordenado acréscimo da dívida nacional e a voracidade correspondente do imposto. (MARTINS, 1972, p.568)

Enquanto no plano exterior o reino se enredava junto às nações credoras, tendo a Inglaterra à frente, no âmbito interno se estabelecia um novo sistema monetário, conhecido como *padrão-ouro*. Como, no período anterior à Regeneração, a nação se defrontara com problemas monetários de tal ordem que, na tentativa de atrair capital estrangeiro, resultara na circulação em Portugal de 36 moedas, as mais diversas, entre americanas e europeias, houve por bem pensar num projeto de reforma monetária que só em 1854 foi apresentado às cortes. Como diz Rui Pedro Esteves: “A solução estava na instituição de um monometalismo de ouro decalcado do existente na Grã-Bretanha.” (ESTEVES, 2004, p. 136) o que, entre 1854 e 1900, resultou num período de estabilidade cambial e monetária.

Em meio a tudo isso, houve o *boom* das instituições bancárias nas décadas de 60 e 70, chegando a 51 instituições, em 1875, estabelecidas, em sua maioria, no Porto e em Lisboa. O crescimento significativo, mais do que a almejada consolidação econômica, apoiava-se no volumoso envio de remessas dos emigrantes, os quais, veremos, contribuíram sobremaneira para manter a balança comercial em equilíbrio.

No período em estudo, Portugal se reorganizou política e administrativamente. Oliveira Marques salienta: “O Acto Adicional de 5 de julho de 1852, saído dos primeiros anos da Regeneração, distinguiu-se, sobretudo, por estabelecer eleições directas para deputados (artigos 4º a 9º) baixando de 25 para 21 a idade legal mínima de voto (artigo 5º, parágrafo 1º) e por abolir a pena de morte nos crimes políticos.” (MARQUES, 2004, p. 185) Entre 1852 e 1900, sucederam-se vinte e sete eleições legislativas, o que demonstra que o processo político se utilizava do recurso ao voto para mensurar a maior ou menor aprovação às medidas e ratificar as ações de governo junto à opinião pública.

O universo de votantes era bem restrito, correspondendo, em 1859, a 290.963 eleitores (7,4%) frente a uma população total de 3.923.410 habitantes. Sobre o perfil do eleitor, Oliveira Marques explica que votavam “os médios e grandes proprietários, os clérigos, os

funcionários públicos, os membros das profissões liberais e poucos outros.” (MARQUES, 2004, p.213). Além disso, as mulheres passavam ao largo do processo e a universalização do sufrágio sequer era aventada à época. Os elegíveis representavam uma parcela irrisória da população, dadas as restrições legais, e nunca chegaram a 10% da população masculina maior de 21 anos. Portanto, os eleitos naturalmente eram provenientes das mesmas “castas”: funcionários públicos, proprietários rurais, professores, bacharéis e demais profissionais liberais, representatividade esta intimamente ligada aos interesses regionais e locais. Como consequência direta de poucos votarem em muito poucos, o que se verificava era um alto nível de desinteresse e absenteísmo entre os votantes.

Aspiração antiga, a organização e a codificação da justiça de modo que o leigo passasse a ter acesso, ganhou expressão em Oitocentos, período em que praticamente todos os campos do saber jurídico se desenvolveram. Além da reforma administrativa e política, merece especial atenção a reforma judiciária com a finalização do Código Penal, em dezembro de 1852 e a criação do primeiro Código Civil, em 1867. Quanto ao Código Penal, Oliveira Marques observa que:

Inspirava-se nos códigos francês, brasileiro e espanhol congêneres, refletindo pouco a tradição portuguesa. (...) distinguiu-se pela abolição da pena de morte para crimes políticos (Acto Adicional de 1852) e para crimes civis (1 de julho de 1867, Ministro Bajona de Freitas) tendo sido, neste último caso, pioneira em termos internacionais. (MARQUES, 2004, p.203)

O primeiro Código Civil passou a vigor em 1867 e causou impacto semelhante à expansão das vias férreas e à abolição dos morgadios. Anteriormente, eram as ordenações monárquicas que mediavam questões de interesse direto do indivíduo, seja no plano privado, seja na coletividade. As últimas, as Ordenações Filipinas, datavam de 1602 e foram confirmadas por D. João IV em 1643. Por mais de duzentos anos todas as decisões de ordem jurídica passavam pelas ditas ordenações, que não mais se adequavam às indagações da época, notadamente as concernentes à situação da mulher, até então alijada do reconhecimento formal, e questões ligadas ao casamento, adultério, pátrio poder, entre outros. Portanto, o advento do Código Civil, além de pontuar a crescente laicização do Estado, deixou entrever os muitos revolvimentos porque passava a sociedade oitocentista, ainda que a superfície permanecesse estável.

A segunda metade do século XIX conseguiu eliminar o Antigo Regime enquanto sistema, mas muitas leis levaram anos até começarem a vigor, como é o caso da implantação

do Sistema Métrico Decimal, decretado quando da criação do Ministério de Obras Públicas, em 1852, e tornado obrigatório dez anos depois, padronizando pesos e medidas. Por muito tempo, o homem do povo, apesar de sabedor das novas medidas, manteve o seu *modus operandi* atrelado à tradição no trato diário, na agricultura e no comércio.

Mais reação gerou a proibição de sepultamento dentro das igrejas e a recomendação para a criação de cemitérios a uma distância razoável das ordens religiosas, como preconizavam as mais recentes práticas higienistas. Como as crenças relacionavam-se com a salvação ou perdição do indivíduo em seu percurso *post-mortem*, a referida lei gerou todo tipo de insatisfação e foi um dos estopins para Revolta da Janeirinha (1868), finalizando dezessete anos de estabilidade política.

Fato é que a Regeneração concretizou a reestruturação e a renovação da vida econômica, social, política e cultural do país. Em muitos momentos decepcionou os seus mais apaixonados defensores, como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, que foram se desiludindo com os episódios de corrupção e a incapacidade de o novo regime atingir os grotões do país de forma efetiva. De todo modo, representou um enorme esforço que prepararia Portugal para o passo seguinte: o estabelecimento do Estado moderno.

## **1.2. Educar para civilizar**

Outra questão premente e que recebeu atenção no decorrer da Regeneração diz respeito à educação. Desde a gestão de Mouzinho de Oliveira, discutia-se a necessidade de estender a escolarização básica para vastas regiões do país e, em dois momentos, a pasta de Instrução Pública foi criada e esvaziada, seja pela intermitente vontade política, seja pela falta de recursos para alavancar este monumental esforço.



## O Código Seabra

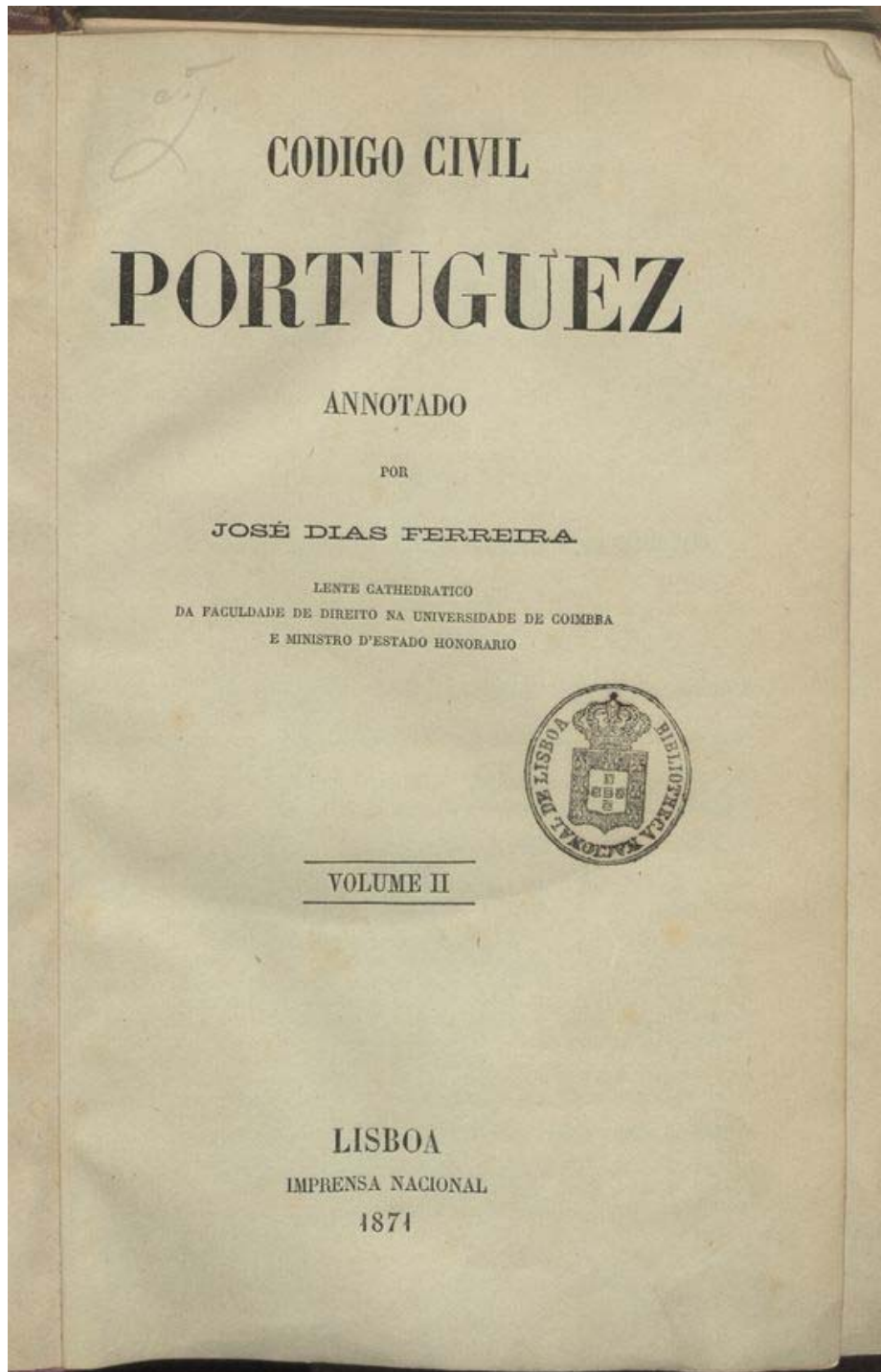


Figura 1 – Folha De rosto do primeiro código civil português - Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL.

Disponível em: <http://purl.pt/12145>

O Conselho Superior de Instrução Pública no biênio 1851-1852 reconhecia a necessidade de ampliação da instrução primária e elementar. E recomendava a multiplicação de unidades escolares por gênero, em prédios próprios da gestão pública. Também sublinhava a necessidade do Estado dispor de docentes habilitados pelo Curso Normal. Estes últimos deveriam ser monitorados por comissários de estudos. (GOMES, 1985)

Além disso, o referido conselho referia-se ao curso secundário, sublinhando a necessidade de ampliação dos cursos industriais, assim como a criação de um curso “econômico administrativo” (GOMES, 1985) no ensino superior.

Tudo era sabido e apregoado por intelectuais como António Feliciano Castilho, Júlio Dinis, Alexandre Herculano e Almeida Garrett, para citar alguns notáveis que dedicaram compêndios à causa da Educação, associando-a ao progresso e à modernidade. Júlio Dinis, em *Ideias que me ocorrem* distinguiu os *livros monumentos*, feitos para a imortalidade, dos *livros instrumento*, a serviço da sociedade e classificou as suas obras neste segundo grupo. (DINIS, 1962, p.124-125) Por sua vez, Castilho, em 1850, concretizou o ideário liberal ao conceber uma cartilha para a alfabetização conhecida como “método de Castilho”, cujo sucesso fê-lo vir ao Brasil, em 1855, para divulgar o método. Como diz Joaquim Ferreira Gomes; “a Revolução Liberal não só porque, de certo modo, encontrou o terreno preparado neste domínio, mas ainda porque permitiu o regresso à Pátria de alguns intelectuais que, em Inglaterra e na França, se haviam familiarizado com o método, deu uma pequena achega às incipientes tentativas de propagar a instrução [...]” (GOMES, 1980, p.18).

Entretanto, muito restava por fazer diante da magnitude do problema. Basta analisar o quadro referente às taxas de analfabetismo, em 1878, 1890 e 1900, para concluir que as reformas andavam lentamente e que o investimento se mostrava insuficiente para alargar os estreitos horizontes. Restringindo-se à leitura pura e simples dos percentuais, a impressão que permanece é que nada foi feito. Mas as escolas para o sexo feminino passaram de 153 unidades, em 1862, para 1345 unidades, em 1900; diminuiu a fatia de escolas privadas (de 32% para 22%), apesar do aumento absoluto de unidades; e o quantitativo de escolas primárias públicas foi triplicado no mesmo período.

### Taxa de analfabetismo

Anos	Homens	Mulheres	Total
1878	75,0%	89,3%	82,4%
1890	72,5%	85,4%	79,2%
1900	71,6%	85,0%	78,6%

Figura 2: Tabela. Fonte: Nóvoa, 1987, p.345

A criação das escolas técnico-profissionais possibilitou no final do século, o surgimento da classe operária e novas aspirações e configurações políticas até o advento da República. Joaquim Ferreira Gomes destaca a retomada de um esforço iniciado em 1836 e, com a saída dos setembristas do poder, descontinuado:

Como o Setembrismo, a Regeneração marca também uma etapa que merece ser assinalada no aparecimento do nosso ensino técnico profissional (do ensino industrial e comercial, como do ensino agrícola e do ensino veterinário). A estabilidade política que se verificou nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, permitiu a política de expansão do Fontismo. António Maria Fontes Pereira de Melo, um engenheiro saído da Escola Politécnica (e não um jurista saído da Universidade de Coimbra, como aconteceu com a maioria dos governantes do Liberalismo...), primeiro titular do então criado (1852) Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, lançou-se numa política de fomento no domínio das obras públicas (estradas, vias férreas, pontes, telégrafo, etc.), para a execução da qual sentiu necessidade de técnicos e de operários especializados, técnicos e operários que só as escolas profissionais poderiam fornecer. (GOMES, 1980, p.78)

O movimento em torno da educação, portanto, não brotava tão somente da idealização de um grupo sequioso por ver chegar a civilização em Portugal, mas também por razões pragmáticas, a começar pela necessária qualificação do seu povo para fazer a nação andar sobre as suas próprias pernas.

### 1.3. Comportamento demográfico

Os impactos vividos pelas populações, a partir das medidas dos recém-aportados regeneradores, ganhavam feições diversas, não só de região para região, mas também entre as classes sociais. Estabelecia-se, desse modo, a dicotomia entre o campo e a cidade, sempre levando em conta as variáveis: meio-ambiente, cultura popular, propriedade da terra, entre outras. Debrucemo-nos sobre o norte de Portugal, mais precisamente sobre a região do Minho, já que a maior parte dos contos analisados tem a região como pano de fundo, além de um número significativo, entre os escritores estudados, serem portuenses ou naturais dos arredores. Como Graça Feijó situa:

O Minho ou Entre Douro e Minho como era então conhecido, era a província que ocupava o canto noroeste do país. As suas fronteiras delimitavam um ecossistema razoavelmente unificado: a oeste, a província tinha o Atlântico; a leste, os limites eram dados pelos cumes do Gerês e do Marão e pelo rio Tâmega, afluente do Douro, que constituía a fronteira sul; o rio Minho demarcava esta província de Galiza (...) zona de baixas montanhas com vales férteis, clima atlântico de verões quentes e Invernos chuvosos e pouco frios, habitat disperso, população muito densa e persistente emigração, um sistema produtivo baseado na policultura de vinho, milho e gado, e com variedade de outros produtos cultivados em pequeníssimos campos. É a zona de minifúndio e agricultura intensiva, por excelência. (FEIJÓ, 1992, p.25)

Além de tudo isso, o Minho foi palco de importantes e decisivos levantes populares, nos momentos anteriores à Regeneração e mesmo depois, quando a insatisfação crescente da população culminou com a Revolta da Janeirinha (1868), sacramentando o fim da lua de mel dos liberais com o poder e destituindo-os da aura romântica que marcara as lutas liberais, em seus primórdios.

A longa batalha que os reformadores liberais empreenderam para tomar o poder, vitoriosa a partir de 1851, abriu espaços para as intervenções há muito acalentadas. Importa saber em que medida as reformas administrativas, políticas e judiciárias, a redistribuição agrária, a ampliação do mercado consumidor e as revoluções na área de comunicações e transportes repercutiram na vida das populações.

Foi também no século XIX, com a normalização de pesos e medidas e a maior precisão das grandezas, que a Estatística veio a se constituir em estudo sério e a ganhar credibilidade, à medida que se aperfeiçoavam os métodos censitários. Até então as informações para mensurar a população eram provenientes dos registros paroquiais, como os livros de batismo ou o rol dos confessados e de documentos como os *Livros de Registo de*

*Fogos e Moradores das Companhias de Ordenanças*, das primeiras décadas de Oitocentos, os quais, apesar do valor inequívoco, proporcionavam informações imprecisas, relativas a nascimentos, casamentos e óbitos das localidades, que passaram, a partir de 1870, a serem complementadas pelos registros civis, nesse tempo, ainda opcionais.

Nas três primeiras décadas do século XIX, o crescimento populacional em Portugal encontrava-se estagnado. Basta verificar que dos 2,9 milhões de habitantes em 1801, evoluiu-se para 3 milhões em 1820, um dos mais baixos índices da Europa Ocidental. Entretanto, a partir de 1830, a população voltou a crescer, apresentando taxas médias de 0,7% ao ano, entre 1837-1890, chegando a 44,5% no período, o que fez com que Portugal voltasse a situar-se entre as médias do continente. Como salienta Teresa Veiga:

Duma forma geral, crescimento populacional e desenvolvimento econômico surgem intimamente ligados a partir de meados do Oitocentos. A alteração política econômica, ocorrida durante a década de 1850 e parte da seguinte, favoreceu o desenvolvimento das vias de comunicação, de que beneficiaram todos os setores econômicos. (...) Esse movimento de modernização teve consequências na sociedade portuguesa, nomeadamente na distribuição da população no espaço e na sua estrutura etária, por sexos, que se adaptou em função de uma nova geografia dos recursos materiais, alterando as formas de mobilidade interna e as tendências de acréscimo demográfico, de modo a que os recursos humanos correspondessem às exigências do novo quadro socioeconômico. (VEIGA, 2004, p.22-23)

No período anterior à independência, a acolhida aos portugueses em terras brasileiras ocorria sem maiores problemas, dado o trânsito mais flexível entre a colônia e a metrópole. Entretanto, já no início dos anos 20, recrudescera no Brasil o antilusitanismo e, na década de 60, o movimento migratório diminuiu significativamente. O fluxo migratório, no entanto, nunca chegou a ser interrompido e ganhou novo fôlego, principalmente, a partir da Abolição da Escravatura (1869). A jovem nação demandava maior volume de mão-de-obra, para substituir a força escrava na agricultura e no comércio, e deixara, entre os portugueses, uma grata lembrança enquanto terra de oportunidades.

O que não se alcançava de todo é que o cenário já não se mostrava tão promissor. De cada mil portugueses que chegavam ao Brasil, um enriquecia, dez melhoravam substancialmente de vida e a massa restante encontrava-se nas mesmas condições ou vivia até pior do que na terra natal. O governo luso não via com bons olhos tal movimentação, até porque com o aumento do número bruto de emigrados a cada ano, tornava-se alarmante a situação de vastas regiões das províncias, cada vez mais despovoadas. Entretanto, formas engenhosas de aliciamento pelas agências que operavam em Portugal, que operavam principalmente no Porto, atraíam interessados da própria cidade e distritos próximos.

## Província de Entre Douro e Minho



Figura3 – Província de Entre Douro e Minho - Fonte: LAURENT, s.n. ca 1760? Disponível em <http://purl.pt/1379> Acesso em 28/02/2011.

A imagem do retornado enriquecido, conhecido como o “*brasileiro*” era por demais sedutora e, no mais das vezes, mostrava-se uma tentativa desesperada de ascensão social. Graça Feijó assim o delinea:

Um personagem que surgiu na literatura portuguesa da segunda metade do século XIX aparece aqui como uma referência. Trata-se do “Brasileiro”, o emigrante que, após prolongada ausência durante a qual acumulara uma pequena fortuna, regressa à sua terra, casa com uma sobrinha, filha do seu irmão trabalhador, mas pobre, destruindo corações e contratos matrimoniais, edifica uma casa num estilo que não agrada a toda gente e, acima de tudo, compra terra (muitas vezes à aristocracia falida que aproveita a abolição dos vínculos). O que torna o “Brasileiro” interessante, além do facto de ser aceite como lugar comum a sua origem minhota, é que possuía o que faltava aos camponeses, - capital - e a muitos nobres e burgueses - capacidade empreendedora e desejo de mostrar a sua nova riqueza. As propriedades compradas por “brasileiros” são geralmente grandes e concentradas, oferecendo economias de escala, e facilitando inovações tecnológicas. (FEIJÓ, 1992, p.224)

O governo português, apesar de não apoiar o movimento migratório, deixava que os patrícios zarpassem para o Brasil à própria sorte. A “vista grossa” diante do êxodo migratório justificava-se diante das polpudas remessas dos emigrados, a ponto de as entradas dos *invisíveis* equilibrarem a balança comercial do reino, no final do século XIX. Daí o aumento estrepitoso de instituições bancárias em solo português e todo um comércio que girava em torno do emigrante. Das agências aliciadoras ao capitão do navio, todos ganhavam com o empreendedorismo solitário e desmedido. Observe-se o quadro da emigração entre 1855 e 1900:

**Evolução da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX  
(valores oficiais e estimativas)**

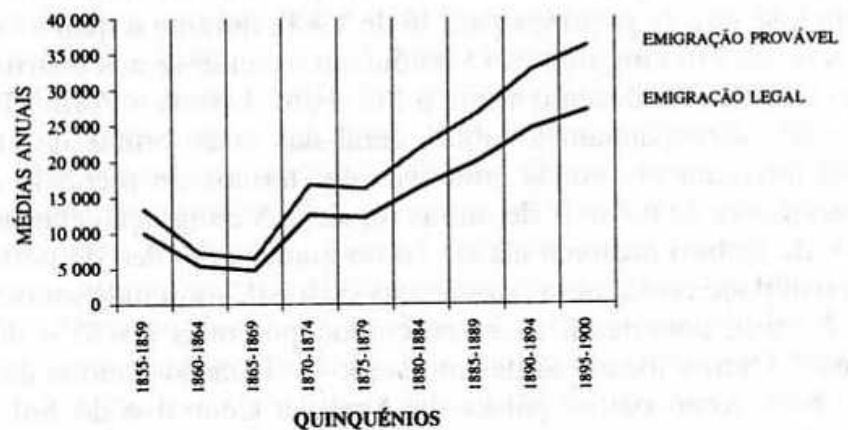


Figura 4: Fonte: SOUSA; MARQUES, 2004, p. 68.

Os dados oficiais sobre a emigração, que passaram a ser levantados a partir de 1855, não dão conta da clandestinidade, a qual inflava sobremaneira o volume de trabalhadores que se lançavam ao mar, em direção ao continente americano. Estima-se, no auge do movimento migratório, que um fluxo anual beirando os 40 mil portugueses tenha aportado em terras brasileiras. Observe-se também que a emigração foi mais baixa na década de 60, período sobre o qual nos detemos, porque a Regeneração abriu novas perspectivas para os portugueses em sua própria terra, como, por exemplo, a construção dos caminhos de ferro.

Diferentemente do que ocorrera no Brasil, a colonização dos territórios portugueses na África ganhou viés diverso. Apesar de conhecerem e estabelecerem alguns postos desde o período dos Descobrimentos, Portugal só voltou a atenção para suas colônias africanas, após a independência do Brasil. Perda de fato chorada porque, como os próprios intelectuais da época se davam conta, a ex-colônia era motivo de orgulho nacional, ecoando as glórias passadas num presente cada vez mais adverso, além de alicerçar os pilares da economia portuguesa.

Até então, a ocupação do território africano estava restrita ao litoral, com alguns postos de comercialização que avançavam mais adiante. A independência brasileira, em 1822, tornou prementes os negócios na África, na mesma época em que os demais países europeus se lançavam no continente com o mesmo interesse. As pretensões portuguesas visavam estender o domínio português para o interior do continente, na faixa territorial entre Angola e Moçambique. O chamado “mapa cor de rosa” não se concretizou, porque esbarrava nos interesses de ingleses, franceses e, mais tardiamente, de alemães. Mesmo assim, a diplomacia portuguesa conseguiu defender, numa briga entre grandes, os seus antigos domínios.

O século XIX, portanto, marcou para os portugueses a ocupação do espaço tão duramente conquistado. Entretanto, a ocupação de Angola trazia consigo a precariedade local e o clima fustigante, que dificultavam sobremaneira as iniciativas de povoamento. Em Luanda, a duração média de vida de um homem branco diminuía, em média, em dez anos em relação à metrópole. E, até os meados do século XIX, criança branca que por ali nascesse não ultrapassava a primeira infância.

Até mesmo as tentativas de ocupação, com o envio de degredados, se mostraram desastrosas. Do mesmo modo, o povoamento por colonos em Moçâmedes e Huíla, em meados



do século XIX, pouco efeito surtiram. O Brasil continuava a ser a rota preferencial dos emigrados. Mirian Halpern (1981) observa que a ida do emigrado já representava uma promoção social, pois partia com o objetivo de enriquecer, quase sempre deixando a família, a quem direcionaria as economias amealhadas nos anos de trabalho incessante. A mitologia do retorno, entretanto, mantinha-se inalterada, uma vez que era sustentada pelo próprio emigrante. Mesmo o português mal-sucedido não desejava que soubessem do malogro, entendido como um fracasso pessoal. Em muitos casos, era preferível morrer em terras estrangeiras a tornar à aldeia de origem de cabeça baixa, dada a ideia corrente de que só o indolente ou inapto não fazia fortuna no Brasil.

Cabe perguntar o porquê de tão intenso e significativo movimento que, em dado momento, chegou a alarmar as autoridades. Primeiramente, como aos filhos primogênitos estava garantida a posse da terra, gestão tradicional da herança que aos poucos foi ganhando um novo contorno, cabia aos demais filhos cuidar da própria vida, ingressando na carreira eclesiástica, contraindo um casamento vantajoso ou fazendo as malas, em busca de novas oportunidades.

Em segundo lugar, o protagonismo do povo português, que lhe permitira tantas glórias em Quinhentos, conferia aos emigrantes, em sua maioria jovens e solteiros, uma aura de arrojo e empreendedorismo muito atraente para os que não tinham outras perspectivas em vista. E, por fim, muitos preferiam embarcar a passar pelo recrutamento, o que implicaria em permanecer por três anos à mercê do Serviço Militar. Na maioria dos casos, deixavam mães, irmãs, namoradas, esposas e proles numerosas, com a promessa de retorno, que nem sempre se confirmava.

Além da emigração, o movimento interno passava a atrair para os centros um volume de naturais das províncias e aldeias, exacerbando a dicotomia entre campo e cidade. Porto e Lisboa eram as cidades mais povoadas e nelas viviam 26,1% dos portugueses. Os seis distritos mais povoados na segunda metade do século XIX concentravam mais da metade de toda população portuguesa, o que gerava, em contrapartida, o esvaziamento do interior do país.

Conforme se pode verificar nos quadros comparativos referentes à densidade de povoamento por distritos, vastas regiões apresentavam um povoamento muito baixo em 1864,

em especial as áreas litorâneas e o noroeste de Portugal, consequência direta das migrações massivas, o que praticamente não se alterou ao final de Oitocentos:

### Povoamento por distritos:

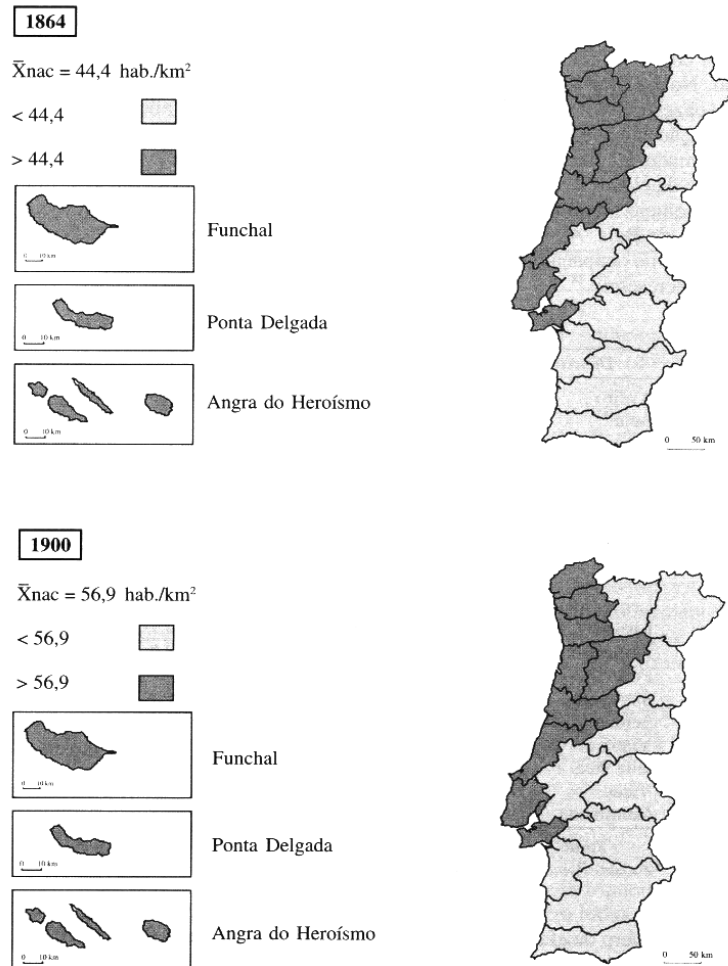


Figura 5- Quadro comparativo - Fonte: SOUSA; MARQUES, 2004, p. 25

Os movimentos migratórios, portanto, contribuíram para o esvaziamento dos distritos, mais notadamente os situados no noroeste português, onde a taxa de emigração no final do século XIX passaria a ser superior a 2,5%, diferentemente do centro-sul, que não ultrapassaria a taxa de 1,2%, conforme Fernando Sousa (2004).

Não fosse a emigração, o saldo positivo de povoamento das regiões tornar-se-ia mais evidente, visto a diminuição das taxas de mortalidade das crianças e a maior sobrevivência dos

adultos oportunizarem o crescimento populacional como um todo, que repercutiria, inclusive em notória transferência para as urbes. Como conclui Teresa Rodrigues Veiga, “o crescimento urbano foi a maior originalidade de Oitocentos português.” (VEIGA, 2004, p.37)

Observe-se, porém, que, mais significativa que o crescimento populacional era a taxa pronunciada de crescimento natural. O indivíduo nascia na região, mas não permanecia nela, de forma a compor as estatísticas populacionais. A interpretação correntemente aceita é que os movimentos migratórios comprometiam o crescimento populacional, incidindo sobre as taxas de nupcialidade e celibato, esta última mais pronunciada entre os habitantes do sexo feminino.

O continente europeu fora marcado durante o século XVIII e as primeiras décadas do XIX pelas pestes, que dizimavam as populações, e as pragas agrícolas, fazendo-as amargar a fome por longos períodos, problemas esses aumentados pelos combates dentro e fora dos espaços soberanos, que impactavam significativamente o modo de vida das populações. As migrações portuguesas, se bem que inseridas num amplo movimento europeu, convertiam-se em estratégias de sobrevivência e repercutiam no cotidiano, pois, como Teresa Rodrigues Veiga observa:

Portugal manteve altos índices de natalidade e mortalidade, sobretudo nos primeiros anos de existência, com uma esperança de vida à nascença que nunca atingiu os 40 anos. O crescimento dos efectivos foi ainda refreado por elevadas taxas de emigração. Após 1864 a forma da estrutura populacional aparece cada vez mais condicionada pela intensidade dos fluxos migratórios, especialmente no sexo masculino, a partir dos 20 anos de idade. (VEIGA, 2004, p.50)

Outro fenômeno que também se fez notar é que, no Antigo Regime, a taxa de natalidade fazia uma curva ascendente, do mesmo modo que a taxa de mortalidade, possivelmente porque o grande número de nascituros aumentava as chances de vingarem novos membros para os agregados domésticos. Com a melhoria na qualidade de vida, a taxa de mortalidade diminuiu, mas também a natalidade apresentou queda. Em meados de Oitocentos, notam-se algumas mudanças significativas, ainda de acordo com Teresa Veiga, com a taxa de mortalidade apresentando um recuo, mais notadamente entre crianças e jovens:

Por cada 100 jovens residentes em Portugal existiam 19 idosos, contra 22 ao terminar o século. Este aumento médio esbatia realidades locais muito distintas, embora a tendência seja idêntica em todas elas. Efectivamente, os idosos adquiriram uma importância crescente em termos de estrutura etária e também quando confrontados com a percentagem de crianças e jovens. Ao terminar o século, por cada cinco pessoas com menos de 20 anos, existia um indivíduo com mais de 60. (VEIGA, 2004, p.53)

Com a diminuição da taxa de mortalidade, surgiu um novo problema: como garantir chances de inserção para os que chegavam à maturidade, quando a nação dispunha de tão poucas oportunidades para a população mais pobre? O percentual de emigrantes com idade superior a quarenta anos sinaliza que a iniciativa de se evadir era a mais comum. Mas a chance sorria mesmo para os mais novos e mais aptos. Os movimentos migratórios proporcionaram, portanto, tanto o aporte de recursos como o esvaziamento populacional das regiões interioranas localizadas ao norte/noroeste de Portugal, sendo o Entre Douro e Minho área das mais prejudicadas, em termos de concentração populacional.

#### **1.4. Com as bênçãos da igreja**

Os desdobramentos decorrentes no percurso das populações rurais logo se fizeram sentir, a começar pelo índice de celibato, referente àqueles que até os cinquenta anos não contraíram núpcias, tendendo mais fortemente a manter esse *status* até a morte. A diferença de gênero, nesse caso, era determinante, pois, dados os fenômenos migratórios, eram as mulheres que, em maior número, permaneciam solteiras. Mesmo assim, em meio à Regeneração com a melhoria das condições de vida, mais pessoas passaram a casar, como Teresa Veiga releva: “A percentagem da população que nunca chegará a casar decresce ao longo da segunda metade da centúria, mas o recuo é bastante mais significativo no sexo masculino, onde atinge 13%, que no feminino, onde a descida é de apenas 5%.” (VEIGA, 2004, p. 61)

Os casamentos eram menos frequentes no Minho do que no restante do país. Os homens, em média, casavam três anos mais velhos, em relação às mulheres e a idade girava em torno de 28-31 anos, para os homens e 25-30 anos, para as mulheres.

Na década de 70, a taxa de natalidade bruta atinge o seu nível máximo, chegando a 34 nascimentos a cada mil residentes. Cabe esclarecer que a nupcialidade repercutia em dois outros índices: a fecundidade legítima e a fecundidade ilegítima, esta última representando algo em torno de 10% a 13% do universo de nascimentos. E, conforme salienta Teresa Veiga, a nupcialidade “nas sociedades com regime demográfico do tipo antigo,

funcionava como mola reguladora do equilíbrio populacional, através da fecundidade.” (VEIGA, 2004, p. 62)

Casamentos assentados segundo as bênçãos da Igreja, já que o registro civil ainda era procedimento recente, legitimavam a natalidade e, nesse caso, não se verifica nenhum tipo de controle para restringir o número de filhos. Na época, um fenômeno que ganha proporções e demanda resposta do poder público é o aumento das taxas de ilegitimidade, mais pronunciadas nas grandes cidades e em bairros populares. No rol dos ilegítimos constam crianças expostas, abandonadas e provenientes de diversas áreas do país.

A Roda dos Expostos figura como uma das primeiras tentativas de atendimento à criança abandonada. Foi idealizada originalmente na Itália, no período medieval, como alternativa à mortandade de bebês não desejados. Em Portugal, encontram-se determinações relativas ao seu uso e ações caritativas decorrentes nas ordenações Manuelinas e Filipinas. Essas crianças entregues à caridade pública por vezes tinham pais conhecidos, mas não dispostos a criá-las, por falta de condições pecuniárias ou mesmo porque não queriam se comprometer socialmente, uma vez que o *status* da bastardia penalizava não só a criança, mas especialmente a genitora.

As rodas eram compostas de um cilindro oco, onde se acomodava a criança. Esse cilindro girava da área externa para o espaço interno do convento, onde a criança era acolhida, enquanto o depositante permanecia incógnito. No século XIX, as Casas da Infância Desvalida (12 casas de asilo, criadas entre 1834 e 1897) passaram a ocupar o lugar das *rodas* e começaram a dar os primeiros passos em direção a uma percepção de assistência que compreendesse a educação e o cuidado à criança como ações indissociáveis.

As ações caritativas implicavam diretamente a Igreja Católica, assim como as questões relacionadas com nascimento, casamento e morte, que às portas do século XIX, constituíam o seu monopólio, no que concerne ao percurso espiritual do rebanho. Entretanto, em toda a Europa, as bases eclesiais foram diminuídas desde o assomo da Revolução Francesa, e Portugal enfrentou, ainda que de forma atenuada, situações similares.

As primeiras décadas, marcadas pela luta entre liberais e absolutistas, foram particularmente conturbadas e, nesse período, terrenos e construções religiosas foram tornados bens nacionais e postos à venda, congregações foram reduzidas e padres passaram a viver de donativos dos fiéis.

Os liberais tinham opiniões e posturas anticlericais, mas nos anos que se seguiram à Regeneração, Geraldo Coelho Dias observa que “o País conheceu, ao longo dos cinquenta anos da segunda metade do século XIX, uma real acalmia religiosa. (...) Não há dúvida de que a revolução liberal tinha mexido profundamente com a atávica e conservadora mentalidade sócio-religiosa dos portugueses, pondo-a frontalmente como alvo do laicismo.” (DIAS, 2004, p.269)

Estando a gênese portuguesa intimamente associada à tradição da Santa Sé, era de se esperar que houvesse por parte dos governantes uma postura conciliatória, até porque muitos dos egressos nas hostes liberais cresceram em meio às jaculatórias e ladainhas. Havia que, por bem, reconciliarem-se. Depois de anos de pendenga, o que se percebia eram as estruturas religiosas fortemente atingidas e o clero degradado, o que redundou em séria crise vocacional.

Embalde todo o esforço liberal para manter a religião sob o controle do Estado, insistindo em enquadrar religiosos como funcionários públicos, a Igreja continuava enraizada no seio das famílias, nas ações de formação de crianças e jovens, no exercício da filantropia pelos mais abastados e nas ações de assistência aos mais pobres, como Geraldo Coelho Dias observa:

Com a Regeneração, apesar das leis de expulsão ou exclusão das Ordens Religiosas, vai assistir-se a uma quase tolerada infiltração religiosa que, durante meio século, garantirá o regresso de várias instituições. As leis anti-religiosas do Estado continuavam, sem dúvida, vigentes e complicadas, embora muitos procurassem iludi-las. Discutiu-se a possibilidade de introdução das ordens religiosas, mas nunca houve coragem de as permitir politicamente. Desse modo, as ordens e congregações religiosas foram regressando e eram tacitamente toleradas no final do século, atingindo a cifra de cerca de 50, masculinas e femininas, dedicadas a asilos, colégios, escolas, hospitais e recolhimentos. (DIAS, 2004, p.281)

Tolerava-se a investida religiosa porque o Estado não dava conta das ações de cunho social que lhe cabia assumir e sobre as quais o aparato religioso tinha ingerência e penetração.

Por outro lado, outras determinações governamentais, como o Código Civil, geraram controvérsia. A prática do casamento civil solapou duramente a autoridade da Igreja, já que a instituição era responsável pela ritualização dos momentos mais significativos da vida humana: nascer, crescer, multiplicar-se e morrer.

A discussão em torno do divórcio, que só passou a vigor em Portugal no século XX, apresentava-se como um atentado contra a família, o que dividia as opiniões. Muitos dos que defendiam o casamento civil se colocavam contra o divórcio, enquanto destruidor de lares. Mas, em meio a tais discussões, a sociedade ia avançando e refletindo sobre novos interesses, como o conceito de igualdade entre os sexos, que só haveria de repercutir no século seguinte.

No decorrer do século XIX, percebe-se uma significativa feminilização da religião, com a maior frequência das mulheres à igreja e o gradual afastamento dos homens nos negócios da fé. Este é o século da mãe, a quem cabe amar desveladamente e educar os filhos e, para tal, o esteio da religião ganha maior proeminência. O culto ao Sagrado Coração grassa pela Europa e as “Filhas de Maria” multiplicam-se ainda mais com os milagres de Fátima. A Virgem, que chegara à maternidade sem passar pelas dores da concepção, ganhou as devoções das adolescentes.

Depois de meio século de pressão sobre os eclesiásticos, que viram seus privilégios minguaem, era a hora da ofensiva da Igreja Católica, por meio do revigoramento da fé. Esse Deus, que renascia nas crenças dos fiéis, deixava de lado o aspecto vingativo do Antigo Testamento e ganhava feições paternais. Do mesmo modo, a Sagrada Família passava a servir de paradigma para a família burguesa: harmônica e indissolúvel.

Entre o povo, a religião estivera sempre presente, principalmente nas festas de cunho religioso, que adquiriam um viés pagão, o que era motivo não só para a exortação, mas também para o convívio social.

Fazia-se assim, a simbiose perfeita e inocente do sagrado e do profano, da religião e da piedade, cujos rituais, toda gente, crente ou descrente, celebrava com animação, como se via nas Janeiras e nos Reis, no carnaval, na “Serragem da Velha”, na Queima do Judas, nas cascatas do S. João e do S. Pedro, no S. Martinho e no S. Miguel. (DIAS, 2004, p.295)

O padre católico, enquanto pastor desse imenso rebanho, não enfrentava concorrência, haja vista a estreita correlação entre a construção da nação e o modelo católico que a

ordenara. Era ele quem controlava as comunhões, por meio do Rol dos Confessados, as quais eram obrigatórias para todos, no período de Páscoa, assim como a frequência às missas, novenas e vigílias. O grande número de santos incitava a prática religiosa pelo viés popular, com infindáveis promessas por parte do devoto. E mesmo o Código Penal proibia que se professassem crenças outras, que não a católica. Na década de 60, avançaram os debates sobre a diversidade religiosa, começando a despontar algumas minorias. Só a partir do século XX o Espiritismo ganharia espaço, com acentuado crescimento em terras lusitanas.

### 1.5. Família e sociedade

Família, casa e sociedade compõem as bases sociais dos meios de produção e de reprodução do “estado das coisas” que configura a sociedade. Via de mão dupla, a família portuguesa não poderia passar incólume por tão pronunciadas transformações vividas pela sociedade, em especial a partir de 1850. A sociologia histórica tem proporcionado relevantes contribuições ao firmar um novo olhar em relação à família, permitindo, inclusive, ao observador contemporâneo escapar de ideias preconcebidas sobre o espaço privado.

Há que distinguir também *família* de *casa*, em virtude das palavras abrigarem concepções distintas. A família, tal como a conhecemos, é conformada por dois elementos conjugados: o parentesco e a co-residência, o que evidencia a percepção moderna, restrita ao pai, mãe e filhos, sob o mesmo teto.

No Antigo Regime, a família compreendia os servos e todos os outros que viviam sob a proteção do dono da casa. Referia-se também aos descendentes, parentes e aliados. Em 1858, por ocasião do recenseamento, ainda se definia família como um “grupo de pessoas, parentes ou não, que residem usualmente na mesma habitação, vivendo em comum, na dependência de um mesmo chefe.” (SILVA, 1858, p.10-11). No referido recenseamento, as mulheres que respondessem por suas famílias não eram consideradas chefes de família, cabendo a algum outro residente do sexo masculino a responsabilidade formal. Como Graça Feijó observa:



Esta concepção de parentesco inclui duas linhas – uma vertical, ligando as pessoas pelo nascimento, pelo sangue, numa cadeia interminável; e uma linha horizontal, integrando indivíduos na rede de parentesco pelo casamento. Da primeira se diz consangüinidade; da segunda, de afinidade. (...) A cadeia horizontal de parentesco é, no seu conjunto, mais fraca que a de consangüinidade ou mesmo de afinidade restrita. No entanto, ela oferece uma importante possibilidade: a de integrar no seu seio qualquer pessoa, ou seja, é aberta. A importância deste facto deve ser compreendida à luz da seguinte consideração: em termos de estratificação social, as relações de parentesco ritual assumem frequentemente uma forma vertical, ligando ou consolidando relações entre grupos domésticos de diferentes níveis. (FEIJÓ, 1992, p.69)

*Casa* ou *fogo* diz respeito ao espaço físico e consta no dicionário de António de Moraes Silva como sinônimo de “casa habitada”, em contraposição a *fogo morto*, que também pode significar “propriedade agrícola abandonada.” (SILVA, 1858, p.7) O mesmo autor associa *casa* e *família*, definido a primeira como de melhor qualidade, ou seja, referente à família portadora de títulos nobiliárquicos.

Assim como não existe o burguês, também não existe a família em moldes tão demarcados. E Graça Feijó faz a distinção entre famílias nucleares, com a típica composição de pai, mãe e filhos, das famílias complexas, acrescidas de agregados familiares e diz que não se trata de pura e simplesmente categorizar as famílias, mas de compreendê-las dentro de determinados ciclos domésticos, onde sua maior ou menor complexidade decorre da dinâmica de seus diferentes atores. Verifica-se a incidência maior de famílias nucleares na cidade e de famílias complexas no campo. Vista a família como força de trabalho, depreende-se que a maior frequência de agregados complexos nas áreas rurais está intimamente relacionada com as estratégias levadas a termo para a manutenção do patrimônio e sua viabilidade econômica, conforme indica Feijó: “(...) a capacidade da sociedade rural para se adaptar às transformações legais sem por em causa o seu modo e estilo de vida explicam porque é que as estruturas familiares se mantiveram tão estáveis no meio século que se seguiu à Revolução Liberal.” (FEIJÓ, 1992, p.106)

Em meio a revolvimentos de toda ordem, os escritores do período atravessaram não só as transformações sociais, mas também as mudanças de percepção estética do romantismo tardio para o realismo. Ousaram colocar à disposição do seu público mais do que ele queria. Ofereceram narrativas envolventes, plenas de romance e lances de imaginação, sem, no entanto, se absterem de pôr na pauta do dia as grandes questões com que se defrontava a nação, a comunidade, a família. Mas exatamente a quê o público-leitor aspirava?

Segundo Peter Gay, os romancistas do século XIX discutiram todos os temas de interesse geral: o dinheiro, a classe e a política. Tudo isso, sem abrir mão do que era mais relevante: o amor. Sendo o século burguês por excelência e os atores desta classe uma “fonte inesgotável”, não havia como escapar da abordagem amorosa, pois “a história de amor tinha um interesse absorvente para todos, uma vez que era a história de todos, fosse ela estimulante ou enfadonha, real ou imaginária, um convite à experimentação ou um remédio para a ansiedade.” (GAY, 2003, p.123)

Entendendo a obra literária como algo além de um devaneio particular, há que perceber que, na verdade, ela reflete os anseios e as perspectivas desta mesma sociedade. Sendo os autores nutridos por uma educação burguesa, ilustravam o que se passava com um filtro que, apesar de subjetivo, nascia de condições bem objetivas e pragmáticas, como Maria Cristina Batalha observa:

Esta [burguesia] busca legitimação para seus ideais que são embalados e exibidos como leis naturais e não como fruto de um tipo específico de interesse econômico de classe. A Península Ibérica, embora bastante tardiamente, também será palco dos mandos e desmandos gerados pela instituição da burguesia como parcela hegemônica, dos ajustes, reações e distorções que esse processo de consolidação do poder irá engendrar. Se na história social vai se descortinar o embate entre aristocracia e burguesia, representantes de dois tipos de sociedade em confronto – a do passado e a moderna – a história literária irá refletir esta dicotomia, configurada nas duas grandes propostas estéticas que atravessam o século, a saber, o Romantismo e o Realismo. (BATALHA, 1999)

Nesse sentido, ficção e realidade se intercomunicam e os contistas portugueses obtiveram imediata empatia junto a seus leitores. Os autores selecionados, cujas obras integram o *corpus* de nossa dissertação, viveram as transições políticas, sociais e econômicas daquele tempo, incorporando-as às narrativas. Estas, por sua vez, traduzem esta travessia ao não se fixarem numa única proposta estética. Muitos dos referenciais próprios da época, aliados a um humor sutil, a princípio escapariam ao leitor do século XXI, porque intrinsecamente ligados ao panorama histórico e social oitocentista, fruto de uma literatura que não se restringia a imitar o disposto no mundo real:

A ficção, afinal, não se limitava a inventar ou registrar vidas e amores; ela os moldava. É claro que ler, assim como escrever, é um ato que possui muitas dimensões. Se escrever um romance é um complexo compromisso entre as necessidades instintivas e defensivas do autor, sua fome de aplauso e sua paixão pela experimentação, a leitura pode gratificar um desejo de informação sobre a vida, de alívio da realidade, de momentos de excitação erótica ou de deleite com a forma e o humor. Tanto no autor quanto no leitor reverberam as mesmas paixões humanas, mas suas experiências particulares são muitas vezes bastante diferentes. (GAY, 2003, p.145)

Portanto, uma leitura ancorada nos acontecimentos sociopolíticos de um Portugal dividido por brigas fratricidas, na virada da primeira metade para a segunda metade do século XIX, permite evitar olhares anacrônicos sobre a cena literária oitocentista e oportuniza uma compreensão mais clara de como a sociedade portuguesa encontrava-se num processo conflituoso, complexo, lento e contínuo de mudança.

## 2. ENCONTROS E DESPEDIDAS: AS FACES DA EMIGRAÇÃO

Lançar-se ao mar para enfrentar o desconhecido constitui o imaginário português desde século XV. Entretanto, no decorrer do século XIX, as ondas migratórias tornaram-se massivas em toda a Europa e Portugal não poderia se furtar a movimento semelhante.

O Brasil acenava do além-mar, como terra de oportunidades, para os vastos contingentes de deserdados, comunidades camponesas empobrecidas e arrimos de família sem maiores perspectivas de inclusão naquela rígida sociedade. E os que não tinham a chance de seguir para o Brasil, partiam para a África, com as mesmas expectativas, muito poucos levando a família e outros nunca mais retornando para a aldeia de origem. O canto da sereia dos ganhos fáceis escondia os imensos riscos da empreitada. Do perigo do traslado, até a chegada ao destino e a conquista da primeira ocupação, tudo resvalava no imponderável e nessas lacunas transitava a literatura, como se pretende demonstrar, a partir dos contos ora analisados.

### 2.1. Olhares sobre a paisagem

Compilado em volume único, *Serões da Província*, lançado em 1870, abrangeu os contos de Júlio Dinis, publicados entre 1862 e 1864, em jornais portuenses. O conto *Justiça de Sua Majestade*, apesar de ser o primeiro escrito por Júlio Dinis e publicado em 1858, no jornal *A Grinalda*, foi incorporado ao volume dos *Serões* na terceira edição do livro, conforme advertência do editor, na publicação de 1876.

Neste, desvela-se a disposição de Júlio Dinis de buscar um novo ideário estético, mais voltado para a realidade, em detrimento dos “romances de imaginação”, em voga até então. Passando ao largo de cenários luxuosos e exóticos, passou a descrever pormenorizadamente as paisagens campesinas, tal e qual a objetiva de uma câmera:

Por toda a parte se realiza um gênesis. No solo é o grão que germina; nos troncos as novas folhas que brotam; nos ramos as flores que desabrocham; nas águas, nas florestas, nos vergéis, nos ares, uma jovem e inquieta geração de aves e de insectos que surge, animando tudo com seus magníficos concertos, com as valsas incessantes e rápidas, iluminadas por um sol vivificador. (DINIS, 1990, p.8)

A descrição torna o tempo narrativo mais elástico; tratamento bastante diverso da sucessão de acontecimentos dos romances de peripécias correntes à época. Percebe-se também a mudança de ritmo entre uma descrição e outra. O ambiente rural, em ritmo lento, porque relacionado com o tempo biológico, funciona como contraponto ao ritmo artificial que se estabelece nas cidades. Não foi por acaso que Júlio Dinis se notabilizou como escritor rural, ao retratar o cotidiano das aldeias portuguesas como o *locus* da pureza e das tradições, em oposição ao universo citadino, onde havia de sobressair o ritmo mais acelerado e a intervenção humana:

No Porto trabalhavam com azáfama as modistas, os alfaiates, as luveiras e os doceiros; enchiam-se a deitar por fora as hospedarias; (...) Na Rua das Flores e à entrada das hortas erguiam-se arcos triunfais de madeira e lona e de uma arquitectura problemática; no cais da Ribeira construía-se um pavilhão de duvidosa elegância; no centro da praça de d. Pedro terminava-se um obelisco, diversamente comentado pelos cadeirinhas do passeio do poente, pelos políticos do do sul, pelos vigias e empregados municipais do do norte, e do lado do nascente pelos grupos de elegantes e literatos, que então estacionavam nas imediações de Guichard, aquele café que há-de merecer uma menção honrosa na história da literatura portuense, se alguém se lembrar de a escrever um dia. (DINIS, 1990, p.9-10)

Essas linhas nos remontam à *paisagem*, que diz respeito a qualquer porção de terreno contemplada sob uma perspectiva natural ou estética. Palavra-chave para os geógrafos que desde o século XIX se ocupam particularmente do seu estudo, ganhou peso nas reflexões literárias mais recentes, seja porque a mudança de paisagem sinaliza o trânsito dos personagens — do campo para a cidade, entre as diferentes cidades transmontanas (migração) e entre os espaços intercontinentais (Portugal, Brasil e África) — seja porque demarca os deslocamentos que esses mesmos personagens experienciam, em meio às diferentes travessias.

Como deixa claro no seu volume póstumo, *Ideias que me ocorrem*, só publicado em 1910, Júlio Dinis busca “desenhar bem as feições características das personagens e dar-lhes um colorido de carnação que simule a vida” (DINIS, 1962, 115), além de iluminar as suas inclinações interiores. Desse modo, possibilita uma identificação do leitor com os personagens, cujo liame se estende até o final da trama.

## Júlio Dinis



Figura 6 - Júlio Dinis, pseudónimo de Joaquim Guilherme Gomes Coelho -. BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO, 1989.

Os temas principais das narrativas dinisianas trazem à baila as preocupações cotidianas da população. E, nesse sentido, *Justiça de Sua Majestade* é exemplar, por mostrar ao leitor descrições detalhadas do cotidiano oitocentista.

Rodrigo Paganino, que publicou, antes de vir a falecer precocemente, um drama e um livro de contos, *Os Contos do Tio Joaquim* (1861), também recorre à paisagem para descrever a protagonista, no texto *O Fruto Proibido*:

Não parecia do campo, nem, mesmo da terra. Devem ser assim aquelas fantásticas visões, que, aljofradas por milhares de pérolas de orvalho da manhã, se esboçam na atmosfera ao romper do Sol por entre as névoas da aurora. Delicada flor, que a mais terna aragem encurvara, parecia quebrar-se no andar. Resvalava pelo chão, deixando apenas uma suave fragrância a denunciar a sua rápida passagem e uma indefinida sensação na mente dos que a viam. (PAGANINO, 2003, p.72-73)

A beleza exterior de Rosa e características outras, como a fragilidade e a delicadeza que compõem sua beleza interior, se traduzem na metáfora da flor, como atributos intrínsecos da protagonista. Por sua vez, Camilo Castelo Branco também recorre à descrição da paisagem para dimensionar os espaços interiores das personagens:

Respondeu que tinha em Benguela uma filha, com quem andara viajando na Suíça. E que a sua Deolinda, estanciando nas empinadas serras de S. Gortardo, lhe dissera que seria feliz se morasse no topo duma montanha, em casa imitante de outra onde pernoitara, e donde vira levantar-se o sol do seu leito de neve. (BRANCO, 1960, p.257)

A paisagem também presta uma contribuição quando Camilo Castelo Branco, por meio do narrador de *Aquela Casa Triste*, mostra a decadência da aristocracia em relação à burguesia nascente. Ao mesmo tempo em que promove um coroamento do arrojo, o autor não se furta a ironizar os meios por que se faz jus à riqueza:

O palácio cavaleiroso que desaba e o palácio industrial que se levanta. Aquele recorda as manhas épicas do peito ilustre lusitano, a indústria da lança que atirou da Índia para ali, na ponta ensangüentada, a pedraria dos reis de Chaul, Calecut e Mombaça. Ergue-se o novo palácio para assinalar à posteridade que o peito moderno lusitano é ainda ilustre e empreendedor, diferenciando-se do antigo somente no que vai entre a adaga e o azorrague, entre o acutilar o índio pela frente, ou verberar o etíope pelas costas. (BRANCO, 1960, p.257-258)

A casa, delimitação do espaço privado, adquire, portanto, uma dimensão simbólica e reifica o *mito do retorno*, o que, por si só justifica os sacrifícios do empreendimento. Esse português que volta coberto de riquezas, segundo o imaginário popular, ganha a alcunha de *brasileiro* entre os patrícios, quando volta do Brasil.

O *minhoto* retornado, portanto, não traz só o dinheiro no bolso, mas também uma nova mentalidade à moda burguesa. Ele tem não só o desejo de triunfar. Deseja alardear a conquista e apresentá-la como fruto do seu empreendedorismo.

A iniciativa de emigrar era realmente arriscada, haja vista a média de vida de um homem branco no continente africano, em meados do século XIX, ser abreviada em dez anos em relação à terra de origem. Ao aportar em Benguela, a paisagem não poderia ser mais desoladora:

Casas modestíssimas, de pau a pique, cobertas de capim, comprometidas pela corrupção do salitre, a emparceirarem com as cubatas gentílicas; erva espinhosa e salgada, em redor de pântanos multiplicados pela natureza alagadiça dos terrenos; falta de recursos e de higiene e do conhecimento das origens do paludismo (malária); calor húmido e sufocante da quadra chuvosa, agravado pelo frio do cacimbo, com contrastes violentos para os corpos enfezados pelas moléstias; a mata do Cavaco, em pano de fundo, ninho de feras que vinham, à noite remexer os detritos e desenterrar os corpos despachados, ao acaso, para a terra-mater; eram bases materiais da vida inicial da sede do reino do Sul (governo do reino de Benguela), pejada de maldições pelo destino. (DELGADO, 1945, p.157-158).

A partida do emigrante representa, portanto, o rompimento com a antiga vida e o estremecimento de laços parentais, mas também a atração pelo inusitado e insuspeitado, com o brilho do ouro chamejando ao limiar do horizonte.

Com esse norte, levadas e levadas de emigrantes portugueses puseram os pés na terra nova, no decorrer de Oitocentos. Suas histórias reais ou lendárias mexeram com a imaginação de toda uma nação e receberam vários encaminhamentos ficcionais. Sua ressonância na sociedade portuguesa, trazendo na bagagem novos ares e novas formas associativas, teve em Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco e Rodrigo Paganino observadores atentos, que os incorporaram às narrativas, criando personagens proeminentes e contraditórios.

## §

A novela *Justiça de Sua Majestade*, publicado em 1858, ilustra bem o período de maior estabilidade política e econômica: a Regeneração (de 1851 a 1867). O que desencadeia a narrativa sucedera vinte anos antes. E os anos 30, por conta das convulsões em torno do liberalismo, perduraram como reminiscências muito vivas na memória da população:

No espaço de vinte anos, o Porto, e o Norte do reino, assistira a muitas revoluções, passara por muitos sacrifícios, defendera a todo o transe o estandarte da liberdade, plantado por suas mãos



nas memoráveis areias do Mindelo; acontecimentos políticos quase sem análogos na história das nações observaram-os o Minho [...] (DINIS, 1990, p.10)

Em meio a tantas voltas e reviravoltas políticas que as lutas liberais suscitaram, surge, na narrativa, o personagem José Urbano; um bem-sucedido negociante. Tem um discurso progressista e vê o processo civilizatório com bons olhos. Ao chegar a Vila Nova de Farmalhão, José e demais passageiros, que inauguravam a primeira viagem da Companhia Viação Portuense, viram-se confundidos com o séquito da rainha D. Maria II. Após vinte anos, o Minho tornava a receber uma visita da realeza, o que “era para toda esta gente quase um espetáculo novo.” (DINIS, 1990, p.10) Acabada a queima de fogos em homenagem à rainha, José Urbano saltou da carruagem, desconcertando os locais com o seu bom humor:

Vocês sem querer saudaram um grande acontecimento – a inauguração da Companhia da Viação Portuense, da qual eu possuo vinte e três ações. Não sabem o que saudaram com esses foguetes? Saudaram o Minho, saudaram Braga, saudaram o progresso, os melhoramentos dessa nossa terra, o engrandecimento da província, do comércio e da agricultura. (DINIS, 1990, p. 20)

De suas palavras emana a crença no Liberalismo. Sua simpatia pela causa liberal e o acaso o aproximam de dois militares que estavam ali para fazer a guarda da rainha: o major Clemente Samora — que peleara naquela mesma região há vinte anos — e o alferes Filipe de Rialva. Quando José Urbano o saúda, o major redargue:

— Devagar, devagar, meu ilustre amigo. Não posso com a patente. General! Safa! Como vai depressa! Major, major, e graças à febre promotora da Regeneração.

— Major! – disse José Urbano, instalando-se sem mais cerimônia no quarto do seu inesperado companheiro. \_ Como é isso? Apre! Que tem andado a passo, meu salvador, Major!

— Que quer? Servi na Junta do Porto em 1846. Está explicado o atraso.

— Hum! Então é dos meus! Está na presença de um patuléia. Fique desde já sabendo.

— Folgo imenso.

E os dois apertaram novamente as mãos. (DINIS, 1990, p.22 -23)

Esse breve diálogo evoca a revolução de 1845-1846 e a postura aguerrida de seus habitantes. Por servir na junta insurgente, o major Samora amarga a baixa patente e mesmo assim se alegra, pois a Regeneração o reabilitara. José Urbano demonstra compartilhar com ele os mesmos ideais ao se declarar um *patuléia*, em suma, um homem do povo. Como um legítimo representante das classes mais baixas, José Urbano compartilha conosco as suas aventuras de mocidade para ascender socialmente. José Urbano menciona que, quando jovem, curtiu “o coração ao sol do Rio de Janeiro e nas roças do sertão.” (DINIS, 1990, p.27) e, como

outros, engrossou os largos contingentes de emigrantes direcionados para a lavoura. A intrepidez da juventude rendeu-lhe os frutos de uma velhice confortável. Entretanto, esse mesmo José Urbano há de colher dissabores por suas escolhas. Quando se dispôs a tentar a sorte, estava solteiro, órfão de pai e mãe e deixara para trás, como único vínculo familiar, a irmã menor de idade:

O Brasil principiou-me então a sorrir com as suas promessas de riquezas, com que a tantos atraí. Não descansei mais enquanto não realizei o meu intento. Regulei com um negociante meu amigo uma mesada a minha irmã, e deixei-a em companhia da Roberta, que foi ama de nós ambos, e parti. (DINIS, 1990, p.104)

A ida do emigrado, por si só, representava uma promoção social. Este partia com o objetivo de enriquecer, deixando a família, a quem direcionaria as economias amealhadas nos anos de trabalho incessante. Ao mesmo tempo em que passavam anos separados maridos e esposas, pais e filhos, em alguns casos definitivamente, os que ficavam na terra recebiam as divisas que tiravam a família da miséria. O mito do retorno é imanente à condição do migrante, porque quase todos os que partem têm a expectativa de voltar:

Estive no Brasil por ocasião da guerra da independência. Basta que diga isto. Mas a minha perseverança não me deixou soçobrar. No fim de seis anos, aumentava consideravelmente a mesada da minha irmã. No fim de oito, podia-me dizer rico. Mais um ano no Brasil, e voltarei para Portugal, disse eu comigo. (DINIS, 1990, p.104-105)

Desde a conquista, passando pela colonização, crescendo em volume absoluto no final do século XIX e adentrando o século XX, o aspecto mais relevante da emigração portuguesa é a sua continuidade. Entretanto, com as lutas da independência, no Brasil, o sentimento antilusitano crescia entre os habitantes locais, o que aumentava as dificuldades de adaptação para a massa de aportados. Como diz Mirian Halpern:

O emigrante português sofre no século XIX uma evidente degradação do seu estatuto social no Brasil: deixa de pertencer automaticamente ao estrato privilegiado duma sociedade colonial para ser objeto de uma hostilidade originada por um passado de opressão, que demoraria a atenuar-se. (PEREIRA, 1981, 30)

Com a saída de José Urbano para o Brasil, restam uma criança e uma criada. A ama, Roberta, surge como um ponto de convergência que impede a dissolução da família. Ela própria não dispõe ou não demonstra ter outras referências familiares que não a dos seus patrões. Trata-se, como aponta Michelle Perrou, da “impossibilidade de ter uma vida privada, familiar ou sexual, já que ela não dispõe de qualquer tempo ou espaço próprio, nem do direito de tê-los.” (PERROUT, 1995, p.184)

Durante os anos em que seu patrão estivera fora, Roberta funcionara como chefe da família, reduzida a ela própria e à menina. Completamente inserida na dinâmica familiar, penetra em todos os meandros da intimidade. Como Michele Perroux secunda:

Essa devoção servil é tal que algumas criadas, de fato, já nem possuem qualquer outro teto, qualquer outra família além dos patrões pelos quais velam como eternas amas-de-leite. (...) o espírito “serviçal” é um meio inconsciente de não sofrer, de vir a ter uma justificativa, de encontrar uma forma de enobrecimento na familiaridade partilhada com os deuses. (PERROUT, 1995, p. 185)

O compartilhamento do espaço privado entre criados e patrões, com o robustecimento da burguesia, deixava, gradativamente, de ser acessível à criadagem. Mas Roberta era “da família” e recebera a responsabilidade de criar a irmã de José Urbano, Maria Luísa. A menina, após alguns anos morre por razões, de início, obscuras, o que faz José Urbano retardar a volta por mais alguns anos. Julgara perder o seu último vínculo de sangue com a terra natal, mas, quando volta, encontra uma menina com a mesma idade e mesmas feições da irmã ao deixá-la. Descobre então que Maria Clementina é a filha natural de Maria Luísa. Roberta lhe explica: “A infeliz foi enganada por um infame que, abusando da sua inocência, fora a causa do seu infortúnio e da sua morte.” (DINIS, 1990, p.106)

José Urbano reata, a partir de então, o vínculo com a família remanescente, assumindo a criação da sobrinha. Entretanto, uma mudança se faz necessária: “A sorte infeliz da minha irmã era muito notória, para que eu pudesse viver feliz na minha terra. Vim por isso para Braga, deixando Barcelos, onde nascera, com vivas saudades.” (DINIS, 1990, p. 107) Anteriormente o que o empurrara para fora do país fora a pobreza. A nova migração objetiva proteger os seus, assim como a si próprio da desonra sofrida pela irmã falecida. Nesse ambiente interdito Maria Clementina adolece.

José Urbano e a família tornarão a transitar, quando a jovem, de passagem pela aldeia, passa por grave constrangimento ao ser indiscretamente beijada por um alferes. O embaraço obriga a família a migrar da cidade para uma quinta distante. O deslocamento interno dificulta o reencontro dos diferentes atores. O militar que seduzira Maria Luísa, tornando ao lugar onde vivera o romance, não mais encontra vestígios da família.

Vinte anos depois, o major Samora torna à região que fora palco de suas paixões em companhia de um colega de regimento. Há um ano, o moço flertara com uma menina da terra

e comprometera inadvertidamente a reputação da moça. As duas mulheres, objeto do interesse destes oficiais, são a irmã e a sobrinha de José Urbano.

Querendo evitar o destino trágico da mãe, a ama busca justiça não só para a filha de Maria Luísa, como também para si própria. Pensando encontrar a própria rainha, Roberta pede a uma dama do séquito que interceda em favor de Maria Clementina. Como a dama abordada era a mãe do alferes, ela decide mediar o encontro dos jovens e propõe o casamento como a melhor saída para ambos.

José Urbano — irmão da primeira mulher vilipendiada e tio da segunda— revela o episódio que comprometera irremediavelmente sua irmã, vindo a concluir: “(...) Agora já vê V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a razão porque eu há pouco lhe dizia que a proposta que se dignou a fazer era impossível. Maria Clementina é filha ilegítima e eu não conheço o pai.” (DINIS, 1990, p.107)

Nesse ponto, bifurcam-se os caminhos de mãe e filha. A morte da primeira é resultado direto do seu não-lugar naquela sociedade. Quanto à segunda, qual a possibilidade de encontrar um lugar que, desde o nascimento, lhe é negado?

Ao reconhecer em Maria Luísa a mulher que amara e se descobrir pai da protagonista, o major Samora dissipa a pesada interdição e se redime junto à família desonrada. Assumindo a paternidade de Maria Clementina, liberta-se do jugo do passado. E consuma-se o final feliz, por meio do perfilhamento e do posterior casamento de Maria Clementina e Filipe de Rialva.

O emigrante José Urbano contribui tanto para o enriquecimento quanto para o esfacelamento do espaço doméstico. Ao fugir do horizonte restrito que a ascendência lhe reservara, altera o seu percurso individual e o de sua família. O seu retorno marca, portanto, o reassentamento do núcleo familiar, mas o mal-estar paira sobre os seus membros. A entrada de Clemente Samora como o elo que faltava nessa cadeia de relações restabelece o equilíbrio entre os pares, pois a orientação patrilinear é muito forte na criação portuguesa. Mais do que o reencontro dos amantes, o reconhecimento de pai e filha torna-se o verdadeiro *final feliz* do conto.

Ao assumir os erros do passado, o militar ouve de José Urbano: “Ainda bem, major Samora, que só nos reconhecemos na idade em que se apagaram os fogos da juventude; ainda bem.” (DINIS, 1990, p.108) Em tempos nem tão remotos assim, dívidas dessa natureza seriam

cobradas com atitudes violentas e definitivas. Mas, em meio à Regeneração, a civilidade começa a prevalecer na resolução dos conflitos. É o próprio José Urbano quem, por fim, estende as mãos para Samora, conciliando a paz familiar com a prosperidade tão duramente conquistada.

## §

Diferentemente do que ocorrera no Brasil, a colonização dos territórios portugueses na África ganhou viés diverso. Apesar de conhecerem e estabelecerem alguns postos desde o período dos Descobrimentos, Portugal só voltou a atenção para suas colônias africanas quando o Brasil logrou a independência. Até então, a ocupação do território africano ficou restrita ao litoral, com alguns postos de comercialização que avançavam mais adiante. A independência brasileira, em 1822, tornou premente a colonização mais efetiva da África.

As pretensões portuguesas visavam estender o domínio do reino para o interior do continente, na faixa territorial entre Angola e Moçambique. O chamado *mapa cor-de-rosa* não se concretizou, porque esbarrava nos interesses ingleses, franceses e, mais tardiamente, alemães. Mesmo assim, a diplomacia portuguesa conseguiu defender, numa briga entre grandes, os seus antigos domínios.

O século XIX, portanto, marcou para os portugueses a ocupação sistemática do continente africano. Em meio a tal panorama, Camilo Castelo Branco escreveu *Aquela Casa Triste*, conto que compõe a coletânea *Noites de Insônia*, publicada em 1874. Trata-se de uma narrativa não linear. No terceiro parágrafo, os leitores somos informados que os proprietários daquela casa não mais existem. Em seguida, tornamo-nos sabedores de que um de seus moradores fora um emigrado que trabalhara por anos na colônia africana, até finalmente estar em condições de retornar à metrópole, bafejado pela fortuna.

Esse emigrante era “um sujeito, na pujança dos anos, magro, macilento e tostado pelo sol da África.” (BRANCO, 1960, p.257.) Era também “um homem muito rico, e viera do cabo do mundo, e se chamava o *duque* por apelido, e o *africano* como alcunha.” (BRANCO, 1960, p.257.) António adquire, desse modo, nova identidade. Conquista posição social por méritos próprios, mas recebe como apelido um título nobiliárquico, assim como os burgueses da metrópole, que, tão logo enriqueciam, tratavam de casar ou casar seus filhos com os filhos da aristocracia falida. Enriquecidos, chegavam até mesmo a comprar um título, cujo valor era tão

somente a distinção social. Mas António recebe também a alcunha de *africano*, qualificativo que o deprecia, por fazer eco à forma como acumulara a sua riqueza. Ao fim de 40 anos, chegaria a comerciante abastado em Benguela, mas iniciara o seu percurso bem-sucedido no tráfico de escravos. Como Adelino Torres observa:

No cimo da pirâmide sócio-econômica da Angola oitocentista, temos os comerciantes, em parte ex-degredados ou mesmo ainda degredados, enriquecidos com o tráfico e a permuta com o sertão, instalados nos sobrados de Luanda, dominando o comércio do *import-export*, freqüentando o poder político e interferindo mesmo nele. (TORRES, A. 1991, p.60)

Assim como muitos emigrantes, Antonio “Duque” seguiu jovem, solteiro e sozinho para os costados da África. Não há menção de que tenha deixado familiares em terras lusitanas. “(...) negreiro – no comêço da vida mercantil, mas depois (bendita seja a civilização!) – filantropo seguidor das leis humanitárias impostas pelo cruzeiro [...]” (BRANCO, 1960, p.258), constituiu família mestiça e passou a proprietário rural, ou membro legítimo da burguesia colonial claramente marcada em relação à metropolitana, com interesses, por vezes, conflitantes, o que mantinha os laços comerciais dos primeiros mais fortalecidos com o Brasil do que com a própria metrópole. Como Ralph Delgado considera, um emigrante que enriquecesse na África, de antemão se percebia ser um tipo invulgar:

Se pensarmos na dureza da travessia dos sertões, por vagos caminhos gentílicos, sob o sol dos trópicos, muitas vezes sem alimentação e sem água, à mercê do acaso e da traição; se avaliarmos o pavor da vida, quâsi isolada, em terras inhóspitas, sem assistência médica, sem comodidades e sob a ameaça contínua de inimigos internos e externos; emudecemos espantados perante a envergadura, a adaptação e a valentia dos primeiros colonos de Benguela e dos desbravadores iniciais do seu vastíssimo e misterioso *hinterland*. (DELGADO, 1945, p.133-134)

Logrando o sucesso que poucos alcançavam, tornaram ao peito minhoto as saudades da pátria. Acresce ao sentimento típico de todo migrante, os zelos de pai, cuja principal razão de ser era contemplar a filha única, a “sua Deolinda”, cuja singularidade o narrador destaca

Era mulata, e bela quanto cabe ser, com a face beijada por aqueles raios ardentes e o sangue escaldeado das lufadas do deserto – mulata, com as feições levemente denunciativas da raça materna, quase tirante a esmaiado amarelido, um bem harmonizado conjunto de graças, avantajadas ao que se diz beleza, debaixo deste nosso céu de rostos níveos, sangue pobre e epiderme alvacentas. (BRANCO, 1960, p.259)

A descendência do *africano* se resume à única filha, por sua vez, órfã de mãe. A miscigenação tornara-se corrente no período, quando um contingente predominantemente masculino aportara na colônia e travara contato com as tribos, em especial com as mulheres negras. Até meados do século XX, a colonização portuguesa na África fomentou a

mestiçagem. Os mulatos, apesar de comporem um baixo percentual no universo da população, destacavam-se socialmente.

Deste modo, desenvolve-se entre pai e filha uma relação de cumplicidade, isolados que estavam no continente. Não restam raízes na terra natal de Deolinda que os impeça de partir. Diante das possibilidades de moradia em qualquer lugar da Europa, ela opta por voltar ao Minho, terra de origem de seu pai. Fazendo o percurso de volta, o *africano*:

Vendeu as fazendas, enfiou as bestas e os negros, abarrotou a galera de carregação sua, esquipou a tolda, decorou de frouxéis de sêda o camarim da filha e proejou à pátria. Parecia um dos antigos vizo-reis que voltavam da Índia (BRANCO, 1960, p.258)

A viagem, que começara promissora, tomou outra feição quando a tempestade se anunciou e, na costa de Cabo Verde, a embarcação foi a pique. Quando soube que, dentre tantas riquezas, só a vida haveria de levar, António “Duque”:

(...) rouquejou como um arranco da vida. Só! Só a vida! O meu suor de quarenta anos, os meus duzentos contos de réis não se salvam? Eu hei de sair pobre de entre esta riqueza que é minha, que é o repouso da velhice, o património da minha filha? Só! (BRANCO, 1960, p.260)

Antonio compreende que, naufragadas as conquistas, perde a recolocação na terra natal. Afinal, partira pobre, produzira riquezas e, ao fim, voltava como dantes. Em meio à desgostosa notícia, não percebe que sua filha apaixonara-se por um ex-degredado que voltava na mesma viagem à casa materna. Entre as razões que mais levavam à emigração para a África, as mais correntes eram o degredo de condenados pela justiça ou a fuga ao serviço militar, que mobilizava os recrutas por três anos, submetia-os a maus-tratos e não oferecia maiores oportunidades de inserção profissional. Desde que Deolinda o ouvira:

(...) acendeu-se no coração combustível da mulata o fogo que costuma purificar as culpas do homem amado, tanto monta que ele seja moedeiro falso, como homicida, quer negreiro, quer ladrão de encruzilhada. (BRANCO, 1960, p.261)

A diferença entre o ex-degredado e António “Duque” é que o segundo passara de negreiro a proprietário e voltava com a ostentação de um *viso-rei*. Outra diferença evidente: António, o proprietário, consegue se salvar. O ex-degredado, ao contrário, se junta à massa de afogados sem nome. Cada um contribuíra a seu modo para a formação da hierarquia social em Angola:

(...) largos extractos das camadas populacionais economicamente preponderantes em Angola, [são] formados por indivíduos cultural e socialmente “rejeitados” pela sociedade de referência (a Metrópole) o que não pode deixar de introduzir, senão um corte, pelo menos tensões profundas. Esses indivíduos podem ser divididos em três categorias: degredados; que são,

quase por definição, o exemplo típico; os colonos pobres(...) e os mestiços(...). (TORRES, A. 1991, p.61)

A rejeição que Adelino Torres menciona, permeia o imaginário social africano e cria sujeitos deslocados de sua real condição, uma vez que são banidos ou considerados indivíduos de segunda classe em seus locais de origem, mas em terras alheias ganham nova roupagem.

A cidade lhes reserva uma recepção festiva, mas a dura transição que o *africano* e sua filha experienciam da opulência à penúria, tornam-nos arredios e incompreendidos. Sem saberem do acidente e diante da suposta indiferença dos homenageados, os locais “disseram entre si que o Africano, faltando à hora da espera triunfal, bem demonstrava ser filho do capador da Lamela.” (BRANCO, 1960, p.267) Apesar do apelido “Duque” evocar a aristocracia, seu portador não passa do filho de um capador – um castrador de animais –, o que remonta a sua verdadeira origem sob o verniz do enriquecimento.

A atenção que o *africano* dirige aos patrícios é inversamente proporcional aos cuidados que dispensa à própria filha. A falta de outros vínculos restringe a interação de pai e filha a eles próprios. Esse universo muito particular se mantém, seja em Benguela, seja no Minho. Mas o fio que sustém a relação é cindido. Deolinda, a partir do trauma que anula a sua existência, determina o desfecho da narrativa. Primeiramente, pela degradação física, que o pai busca acompanhar “à custa de se remirar no seu infortúnio, de cortar bem dentro as fibras ainda rijas do coração” (BRANCO, 1960, p.271) Deolinda confia ao pai o porquê dos seus infortúnios:

Não quero ir desta vida sem dizer-lhe um segredo com que não devo morrer. No meu baú está uma caixinha de folha, que o mar lançou á praia, depois do naufrágio. Levaram-me em Cabo Verde esta caixinha, cuidando um marujo que fosse minha. Abri-a, e vi que encerrava cartas de uma mãe muito extremosa para seu filho. O filho era aquêl rapaz que vinha do degredo, e salvou os velhos e as crianças antes de morrer. A mãe, que lhe escrevia, diz-lhe em algumas cartas que tem sentido as angústias da fome. Chama-se ela... Meu pai lhe verá o nome e a terra onde vivia. Se ainda viver, meu pai, mande-lhe como esmola o que ficar do meu espólio e diga-lhe que eu... lhe amei o seu filho... até morrer... pôr ele! (BRANCO, 1960, p.172)

A revelação provoca um efeito devastador no *africano*, desnudando a frágil estrutura familiar. No duo harmônico de outrora, tornam-se perceptíveis duas pessoas isoladas:

— Cumprirei a tua vontade, minha filha – respondeu o pai.

Ditas aquelas palavras o africano encarou a filha com a fixidez torva de um amaurótico. Depois, como se sentisse dobrar os joelhos, saiu da alcova, atirou-se como ébrio para o leito, e murmurou estas vozes:



— Meu Deus! Morro por amor de minha filha e ela... morre por outro. Bem podia consentir a desgraça que eu morresse sem este desengano... Vinte anos a adorar esta filha, um ano a agonizar ao pé de sua agonia... e afinal ouço-lhe dizer que morre por um homem... que não era seu pai... (BRANCO, 1960, p. 172)

O devotamento de António a Deolinda mais se equiparava aos sacrifícios que o adorador deposita aos pés da musa. A vidência paterna no momento do naufrágio – “abraça-te em mim, que eu não quero chorar-te nem que me chores, filha... Morreremos juntos.” (BRANCO, 1960, p.259) – acaba por cumprir-se. E a casa, ao invés de concretizar os sucessos da empreitada, se converte em túmulo, guardando entre as pedras de cantaria os desejos inconfessos.

Quando o jovem António aporta na África, vem premido pela necessidade. Sobre a sua ascendência, sabemos ser o “filho do capador de Lamela”. Sua baixa condição e a falta de patrimônio acenam para um destino adverso. A saída que se apresenta é a emigração. António começa a vida como lavrador, passa a negreiro e ascende à burguesia colonial. Acumula bens, criadagem e capital superior a duzentos contos. Assim como o sol do Rio de Janeiro que fustiga José Urbano, em *Justiça de Sua Majestade*, também o *africano* sofre com as condições gerais da nova terra. Ambos chegaram como mão-de-obra desqualificada e buscaram novos caminhos.

José Urbano tem a família presa à terra de origem e é para lá que se propõe a voltar, mesmo quando julga não dispor de qualquer vínculo de parentesco, depois da morte da irmã. Quanto a Antonio “Duque”, nada o prende à terra onde fez fortuna, nem o impele para a terra onde nasceu, a não ser a determinação de sua filha. Sem outro vínculo familiar, seu único esteio é a filha e, nesse momento, as duas narrativas se desirmanam. Os personagens de *Aquela casa triste* primam pelo isolamento, seja em Benguela, seja no Minho. E o movimento migratório nos sugere o desenraizamento dos atores. Enquanto não se apresentam interlocutores outros que interfiram na dinâmica privada, o duo Deolinda/Antonio funciona satisfatoriamente. Mas, no que Deolinda se apaixona, a família se fragmenta e caminha a passos largos para a destruição.

O *brasileiro* e o *africano* dialogam com os seus papéis de diferentes maneiras. Enquanto o tio José Urbano sabe que não tem como suprir o vazio da paternidade de Maria Clementina, o pai Antonio almeja prover Deolinda de todo o tipo de amor existente, pois está integralmente voltado para ela.

## Paisagens de Portugal



Figura 7 – “Escadinhas do Duque.” Grafite e crayon, por Carlos Botelho. Fonte: RIBEIRO, 1957. p. 119

Apesar de a Carta Constitucional reconhecer a liberdade de emigração, *a posteriori* não houve regulamentação. O império, ainda arraigado à tradição mercantilista, não via com bons olhos a livre circulação de pessoas. Os produtores rurais atentavam para a carência de mão de obra, caso fosse normalizada a emigração, o que no entender de alguns historiadores nada mais era do que preocupação patronal de manter os salários miseráveis, por pressão da massa ociosa. O fato é que o reino não tinha muitas opções para oferecer à grande massa de deserdados, primando por ignorar a evasão de uma parcela significativa da população.

Em ambas narrativas, o espaço doméstico percute a solidão dos personagens. Migrantes, no intervalo entre o caminho de ida e de volta, não são mais os mesmos. Tornam-se estrangeiros em sua própria terra. É na família que problemas tais se agudizam e, de uma forma ou de outra, se equacionam. No primeiro caso, chamando para a vida, uma vez que os atores realinham os seus rumos depois que o major Samora se revela como o pai de Maria Clementina. Na segunda narrativa, no entanto, a revelação de Deolinda arrasta pai e a filha para a morte. A casa idealizada — misto de estabilidade e ostentação — deixa de concretizar as conquistas do emigrante, para ganhar as feições de um jazigo.

## 2.2. Dilemas e saídas

*O Fruto Proibido*, de Rodrigo Paganino, trata de uma paixão de infância e principia pelo rompimento entre Rosa e Estêvão. Jovem e natural pretendente, ele não dispõe de bens que venham a apetecer ao pai de Rosa, ao contrário do escolhido que, apesar da rusticidade e idade avançada, é proprietário de terras há muito cobiçadas. A inflexível decisão paterna precipita Rosa para um casamento sem amor, enquanto o namorado de infância toma o rumo dos deserdados, deixando a mãe idosa à sua espera:

No dia seguinte, Estêvão partia a bordo da *Joaquina Primeira* para a Costa de África e um mês depois Rosa casava com Januário, quase sem perceber que mudava de estado. Tinha decorrido um ano depois do encontro de Rosa com Estêvão, que ultimamente relatamos. Não haviam chegado notícias deste último, e corria pela terra que morrera das febres de África. Rosa nunca mais proferira o nome do seu antigo apaixonado; mas quem lhe devassasse o íntimo da alma reconheceria que a imagem querida não lhe saíra nunca do pensamento. (PAGANINO, 2003, p.83)

Em tão agrestes condições, parte Estêvão para se desvencilhar da desilusão amorosa. Não era exagero pensar que o aspirante às riquezas podia quedar-se por lá mesmo, sob sete palmos. A malária e demais doenças mais afeitas ao clima subequatorial grassavam no continente e dizimavam os que lá aportavam para tentar a sorte.

Os navios destinados para esse fim eram a porta de entrada para um comércio significativo, cujo produto era a negociação de vidas humanas. O “lançar-se ao mar” tornara-se constituinte do “ser português” e, por conseguinte, lugar-comum na literatura portuguesa, metaforizando a dinâmica da vida e as incertezas decorrentes. Desde a captação dos interessados, passando pelas condições precárias de transporte e os perigos da clandestinidade, até o “salto no escuro” que representava o aporte ao continente africano, tudo contribuía para transformar o evento numa aventura suicida.

Diferentemente dos contos anteriores, não consta que Estêvão tivesse enriquecido ou criado novos laços afetivos. Fato é que sobrevivera e retornara. Volta ao mesmo lugar, porque Rosa é o seu continente. Mesmo tornando ao ambiente familiar, sente-se um estrangeiro. E no auge da frustração, agride Rosa:

– Pensas que te não vi sempre diante de mim, nas tribulações da vida, nas ondas do mar, nos sertões da África, nas extensões do céu... Sempre, sempre! Pensas que não me lembrava sempre que eras de outro, tu, que só poderias ser minha! Pensas que não me deram por doido; que me não arrojai ao mar, por mais de uma vez, para lá ficar para sempre? (PAGANINO, 2003, p.87)

A África corporifica a solidão porque passam os amantes. Estêvão não se torna um *africano*, porque não é a fortuna o que ele busca, mas o esquecimento. Desprovido de bens, deseja punir a si próprio e à amada, quando se aventura por situações de risco. Além de Rosa, prende-o à terra natal a mãe idosa que esmorece com a sua ausência. Rosa assume o papel de filha e assiste ao pai, ao marido, ao filho, mas também à mãe de Estêvão, que se mantém à sua espera.

A incompreensão do ex-namorado não arrefece com o tempo e a distância, o que leva Rosa a se oferecer em sacrifício. Estêvão deixa de olhar para o próprio sofrimento e compreende a enormidade do amor que lhe é devotado. Nas linhas finais, somos sabedores de que Estêvão ainda conseguiu ser feliz, pois “o correr dos anos enregela a alma e acalma os horrores da paixão” (PAGANINO, 2003, p.89)

Estêvão distingue-se dos personagens emigrantes da narrativa oitocentista portuguesa, por não se deixar atrair pelas promessas de enriquecimento. Na verdade a sua postura é de escapismo, frente a uma situação que lhe é adversa. Também deseja, por meio da auto-imolação, punir a amada. Suas motivações para a viagem são, portanto, de cunho estritamente passional.

A questão da emigração em *O Fruto Proibido* não altera significativamente o percurso dos atores, mas torna a narrativa mais elástica, no plano espaciotemporal. Válvula de escape para a frustração amorosa, o movimento de Estêvão põe mais lenha na fogueira do desejo, pois a viagem para a colônia africana e o tempo decorrido neste afastamento mantém os sentimentos à flor da pele. Só o retorno do emigrante e o acerto de contas final com a ex-namorada permitem a conclusão definitiva do colóquio amoroso e da narrativa.

De certa forma, como diz José Carlos Barcellos (2010), Estêvão delineia um novo tipo de masculinidade, cujos arroubos e inclinações violentas compõem o seu aspecto viril. Saindo do perfil aristocrático, segundo o qual as virtudes desejáveis para um homem seriam a disposição para a guerra, a coragem e a lealdade, surge um novo homem que, segundo os moldes burgueses, haveria de tornar-se o provedor, aquele que assume as responsabilidades. Estêvão não tem a oportunidade de demonstrar as qualidades de chefe de família, uma vez que surgira para desposar Rosa alguém mais apto, segundo a avaliação de Feliciano. Mas ele reassume o seu lugar junto à mãe idosa e as responsabilidades decorrentes, alcançando, por esse atalho, a remissibilidade e a felicidade possíveis.

## §

*O Filho Natural*, escrito por Camilo Castelo Branco, em 1876, compõe as *Novelas do Minho*, e também nos apresenta a figura do emigrante. Mais uma vez, trata-se daquele que não encontra perspectivas na própria terra. Nesta narrativa, a emigração é decorrência dos acontecimentos principais: a sedução e abandono de uma mulher provinciana por um fidalgo da terra e o fruto resultante desse relacionamento.

Diante do drama que é ter um filho sem reconhecimento, a mãe, sozinha, leva a termo a sua criação, batizando-o como Álvaro Afonso da Granja, ou seja, com o nome do avô e o apelido da avó, despojado do sobrenome paterno Marramaque.

Quando o filho de Tomásia chega à adolescência, o abade, seu padrinho conclui que o melhor para ele é fazer a vida no Brasil. Como a mãe do menino nada aceitara a título de reparação do ex-amante, ambos quedaram muito pobres.

A precariedade impulsionava o movimento migratório, pois propunha uma viragem de rumos que, a partir do mérito pessoal, haveria de se estender para toda a família. Entretanto, o percurso era de tal modo arriscado que “o pequeno abraçava-se na mãe, e pedia-lhe que não o deixasse ir para o Brasil. Dizia ele que ia morrer porque era muito fraco.” (BRANCO, 1979, p.75-76) No período, era comum que crianças entre oito e doze anos fossem embarcadas sozinhas. Aos capitães das embarcações eram transferidas pelas famílias praticamente todas as responsabilidades e direitos sobre a criança. Muitos desses meninos aportados no Brasil passaram a perambular pelas ruas e a inflar os índices de delinquência, o que não chegou a acontecer com Álvaro Afonso.

Como, anos antes, emigrara para o Brasil um enjeitado, também afilhado do abade de Pedraça, o padrinho, sabedor que seu afilhado *brasileiro* enriquecera, conta-lhe a triste história deste filho sem pai — Álvaro como ele — e pede-lhe que cuide da criança.

O campesinato empobrecido não via outra saída para ascender. Uma passagem de navio era um investimento a médio prazo. Desse modo, aqueles que prosperassem no novo mundo poderiam proporcionar às famílias que permaneciam na metrópole, por meio do envio de divisas, a mobilidade social tão almejada. A partir desta viagem, em alguns anos, a vida do jovem Álvaro muda como previra o abade, assim como a narrativa, quando o rapaz já crescido assume gradativamente, o papel de protagonista. Ao final de alguns anos, Álvaro chama pra si as responsabilidades sobre a mãe que o aguardava, levando-a para o Brasil.

Com a morte do mentor, Álvaro da Granja herda todos os bens e pode-se dizer rico. Faz o percurso de volta e procura acercar-se do pai e sua família. O bastardo retornado consegue, por fim, ocupar o lugar que de origem lhe fora negado. Salva a família paterna da insolvência e obtém as simpatias da meia irmã Maria da Piedade, que passa a viver com ele e sua mãe em Lisboa, por seis meses, e com a família de berço, no período remanescente. Dessa forma, o autor consegue cruzar duas variáveis — o desejo e o dinheiro — que à primeira vista pareceriam incomunicáveis, como observa Paulo Motta de Oliveira:

Não seria a obra de Camilo, nesta perspectiva, uma vasta exposição das variadas formas como estas duas forças atuam, dos vários arranjos e equilíbrios que podem ser atingidos por estes dois vetores, muitas vezes opostos, por vezes no mesmo sentido? (OLIVEIRA, 2010, p.121)

Álvaro aspira por uma família, mas só consegue essa colocação entre os Marramaque quando, retornado e rico, assume as responsabilidades de provedor. É mais um laço de parentesco criado e uma nova maneira de viver em família, o que nesse tempo parecia impensável.

Antes da partida de José Urbano, de *A justiça de sua majestade*, prevalecia o equilíbrio da família nuclear; apesar da perda de pai e mãe do personagem. Com a sua emigração, começam a surgir as primeiras melhorias materiais, que não impedem, no entanto, o desequilíbrio do núcleo familiar; agora restrito à irmã e à criada.

Mesmo tornando à condição de chefe da família, José Urbano não tem como suprir as lacunas que se abriram com a sua partida. Morre-lhe a irmã, implicando-o na criação da filha ilegítima. Ao reassumir o seu lugar, José Urbano abraça o que é mais caro ao perfil burguês, quando chama para si a responsabilidade. Claro está, por seu relato, que José Urbano alçou a tão sonhada promoção social e que a emigração foi um passo decisivo para permitir-lhe o ganho que veio a usufruir na maturidade.

Em *Aquela Casa triste*, António emigra sozinho e constrói uma família na colônia. Bem-sucedido, ele encarna o sonho do retornado enriquecido. O equilíbrio prevalece até a volta, porque pai e filha não dispunham de outros vínculos familiares. A viagem de volta marca o início da ruína, com o estabelecimento de um triângulo amoroso, culminando com o naufrágio. A família empobrece, esfacela e míngua. A casa, único trunfo de um passado de glórias, vela os mortos.

O tema da emigração surge em *O fruto proibido* como saída para a desilusão amorosa, mas também para confirmar os valores de Rosa (a obediência e a dedicação) e os de Estêvão (a virilidade e o desprendimento). Ele dispõe-se a enfrentar céus e terra por amor e reconhecimento. Ao final, não se menciona se Estêvão retorna rico ou pobre, mas, conforme a narrativa, ele ainda teve a oportunidade de se apaziguar e usufruir algo além dos valores mundanos.

Em *O filho natural* confirma-se a emigração como saída para os que nada têm, pois é essa a porta que se abre para a significativa mudança socioeconômica de Álvaro Afonso da Granja e sua mãe Tomásia. Parte criança e retorna adulto, senhor de si e endinheirado. Seu

principal objetivo é alcançado com o dispêndio de sua fortuna, ao reabilitar o pai, que passa por sérias dificuldades financeiras, e cuidar da mãe, sustentando assim dois núcleos familiares, aos quais tornaremos mais adiante.

Sendo a pobreza a mola-mestra da emigração, muito lucrou o reino com o *derramamento dos invisíveis*, como Mirian Halpern (1981) chama as remessas enviadas às famílias pelos emigrantes. Mas também, numa sociedade predominantemente patrilinear, os custos são muitos, a começar pelo desenraizamento dos atores, a perda identitária, o estranhamento na chegada à terra nova e as dificuldades para a reinserção familiar, no retorno.

Tornar-se *brasileiro* ou *africano* tem o seu quê de promoção social, mas também demarca uma fronteira entre *nós*, os que permanecemos, e o *outro*, aquele que, com a sua experiência, contribui com um novo olhar, para um mundo em transformação.



## Rodrigo Paganino



Figura 8 - Rodrigo Paganino – Disponível em <http://armariumlibri.blogspot.com/2009/04/rodrigo-paganino-1835-1863.html>

### 3. TERRA, CORPO E LIBERDADE

O século XIX, não só em Portugal como em todo o mundo, foi marcado por profundas transformações, como as relacionadas no primeiro capítulo, dentre as quais o acesso à terra. As áreas comunais cultivadas pelos camponeses passaram ao *status* de propriedade de alguém melhor afortunado.

O senso de propriedade também marca, desde a Antiguidade, as questões de gênero. A domesticação de animais, seguida da observação do seu comportamento biológico, fez o homem compreender o seu papel na procriação, levando-o a estender o seu domínio sobre as mulheres, fossem esposas, mães ou filhas.

O patriarcalismo, portanto, não é de hoje, mas as ditas transformações por que passava o Ocidente no século XIX fragmentaram a figura do pai, antes um ser totalmente poderoso e inquestionável. Ao mesmo tempo em que a cultura burguesa enaltecia o espaço privado e o burguês enquanto “senhor do seu castelo”, as fissuras nessa mesma sociedade já prenunciavam o seu gradativo desmoronamento, que foi se tornando mais e mais perceptível com o avanço do século.

#### 3.1. Vergar para não quebrar

Partindo dessa perspectiva, tornemos aos *Contos do Tio Joaquim* (1861), de Rodrigo Paganino (1835-1863). Todos os contos desta coletânea trazem uma mensagem moral, a opção por ambientes rurais e um forte apoio na cultura regional, o que, à época, fez com que caíssem no gosto do público e influenciassem contemporâneos como Júlio Dinis e Teófilo Braga. O narrador se apresenta como o compilador das histórias contadas pelo Tio Joaquim, um camponês de idade avançada, que tirou lições da experiência vivida, transmitindo-a para as demais gerações.

Em *O Fruto Proibido*, Tio Joaquim introduz o conto com um diálogo entre enamorados — Rosa e Estêvão — e o rompimento, devido à interdição pelo pai da moça. No núcleo familiar principal estão Rosa e Feliciano. Enquanto Rosa, descrita como “delicadamente formosa”, “branca como alabastro”, “lembra os enlaces dos anjos com as

formosas filhas dos homens” (PAGANINO, 2003, p.73), seu pai evidencia um nítido contraste:

(...) homem de letras gordas, e mais para o dinheiro do que para o sentimento. Tinha casado com a senhora Plácido, depois de lhe namorar os pintos e não a fisionomia. Vivera feliz a seu modo porque tivera os cômodos da vida, e não compreendia felicidade possível sem dinheiro ao canto do baú, pão na arca, vinho na adega e azeite na talha. Todo esse palavreado de amor e paixão era egrimanço, que espremido não deitava nada; nem julgava que boas razões pagassem dívidas ou enchessem barrigas. (PAGANINO, 2003, p.73-74)

Como Feliciano acumulara bens, por meio do casamento, e fora, segundo a sua ótica, feliz, não via em Estêvão as qualidades necessárias para tornar-se o seu genro. Mesmo sendo um belo rapaz, Estêvão não dispunha de propriedades a recomendá-lo como um bom partido.

O casamento era um desses momentos capitais — tal como o nascimento e a morte — e, por isso, cercado de rituais. Era também um desses negócios imperdíveis, no qual a família se imiscuía para sacramentar o destino dos filhos. A aceitação do novo membro familiar era bastante criteriosa, pois um “mau passo” haveria de resultar em prejuízo ou, quando bem-sucedido, gerar dividendos para todos. Como Eric Hobsbawm observa:

A “família” não era meramente a unidade social básica da sociedade burguesa, mas também a unidade básica do sistema de propriedade e das empresas de comércio, ligada a outras unidades similares por meio de um sistema de trocas de mulheres mais propriedade (o dote do casamento) em que as mulheres deveriam ser, pela estrita convenção derivada de uma tradição pré-burguesa, *virgines intactae*. Qualquer coisa que enfraquecesse essa unidade familiar era inadmissível. E nada a enfraquecia mais do que a paixão física descontrolada, que introduzia herdeiros e noivas “inadequados” (isto é, economicamente indesejáveis), separava maridos de mulheres e desperdiçava recursos comuns. (HOBSBAWM, 1996, p.329)

À revelia do pai da moça, Rosa e Estêvão nutriam expectativas futuras em relação à vida em comum, mas não ultrapassavam os limites do namoro. Esse esforço para iniciar cada vez mais tardiamente a vida sexual implicava no que Freud chamava de “preamar da repressão sexual” (POSTER, 1979, p.187). Como resultado, as orientações de gênero eram diferenciadas, apartando sexo, amor e casamento.

Quando Rosa se dá conta de que o pai contratara o seu casamento, com interesse nas terras de Januário, tenta inultamente se esquivar. Mas Feliciano não espera uma negativa como resposta:

— Eu, meu pai; estou assim bem, eu não quero casar!...

A resposta não se fez esperar muito. Feliciano soltou uma torrente de imprecisões, acompanhamento estrepitoso de uma bofetada não menos estrepitosa, que já cortava os ares ainda mal a rapariga não acabara de dizer que não queria casar.

— Grandessíssima atrevida!... Eu te ensinarei a ter querer! Não queres casar, hein? E pensas que engulo essa!... Vocês lá que bebem ares por um marido! Mas tu o que não sabes é com quem está metida; eu não nasci ontem e não hás de ser tu, minha lesma, que me fazes o ninho atrás da orelha. Não queres casar, hein!... Ora mete-me o dedo na boca a ver se to mordo! É volta de festa, é namorico no caso, mas apanhei-te eu, que verás por uma vez os meninos órfãos a cavalo. Não queres casar! Mas quero eu que te cases e é o que basta. O vizinho Januário pediu-te ontem e eu resolvi que havias de ser sua mulher! E é dar graças a Deus, pela pechincha! Onde podes ir que mais valhas? Andar para diante e cara alegre, quero que estejas

contente, que mostres ao vizinho que tens gosto no casamento, e que agradeces os seus afectos, senão ponho-te fora de casa depois de te moer os ossos, e não quero mais que me chames de teu pai. (PAGANINO, 2004, p.76-77)

Apesar da tapa no rosto configurar-se como o único episódio de agressão física, o discurso paterno continua a repercutir o clima opressivo no correr da narrativa. Estêvão espera que Rosa se insurja contra a imposição paterna, mas ela não consegue se desimpedir do temor que nutre por Feliciano. O pai ameaça lançá-la no desalento e negar-lhe o nome, o que a deslegitimaria perante o grupo social. Como se não bastasse, as preocupações da jovem são ainda mais profundas:

Se o coração falasse unicamente, se não se tratasse senão de resistir à cólera e maus tratamentos do pai, a escolha não seria duvidosa. Matasse-a embora, que morreria contente se até aos últimos momentos a deixassem amar Estêvão; mas a maldição paterna troava-lhe ainda aos ouvidos, e todas as fibras daquela organização delicada estremeciam, só ao lembrar-se de que ele lhe proibira o nome de filha. A religião, a crença, a educação, tudo lhe falava em favor do seu pai; em favor de Estêvão só o muito que o amava, mas não era o bastante. Amaldiçoada, via os tormentos do inferno, o penar da sua alma, a espada de fogo do arcanjo exterminador, a condenação eterna, e a memória da sua infância, e os santos da sua devoção a sumir-se-lhe para sempre. (PAGANINO, 2004, p. 80)

Dividida entre o amor de filha e o amor de mulher, o que efetivamente imobiliza Rosa é a convicção religiosa. Chamando as mulheres para o virtuoso combate, a Igreja Católica associava a imagem da mãe à da educadora, no intuito de cristianizar toda a família pelas mãos da mulher. Micaela di Giorgio aponta que “o catolicismo do século XIX inscreve-se, pois no feminino. A feminilização das práticas, da piedade, do clero, aí está para demonstrá-lo. *Deus muda de sexo*, diagnostica em meados do século Michelet, pioneiro de um século sexuado aplicado ao credo religioso que perdura até hoje.” (GIORGIO, 1991, p.202)

Peça de menor valia, Rosa engole o choro e adoce. Curada, acata a decisão paterna, mas paga um alto preço pela renúncia: “Deixou de se pertencer. Fez-se cadáver, transformou-se em instrumento da vontade do pai, instrumento inerte, impassível, sem vida, sem pensamento próprio. Não tivera ânimo para se matar; mas definhava lentamente naquele doloroso suicídio moral.” (PAGANINO, 2003, p.81)

Rosa queda sozinha diante do martírio. O marido, rústico como seu pai, não tem sensibilidade suficiente para entrever o sofrimento no íntimo da noiva. Estêvão, cego de amor e despeito, se evade para a África. Quanto a Feliciano, entende que fez “um excelente negócio. Trocara a filha por uma courela de dez alqueires de sementeira: isto é, uma mulher que tinha de sustentar por uma terra que dava de comer.” (PAGANINO, 2003, p.75)

Rosa tem diante de si pai, marido e um filho recém-nascido. Torna-se o pilar de sustentação da família, a figura nutriz à qual todos os demais personagens estão ligados. Mas

também funciona como objeto; pronta para atender as demandas dos outros, sem oportunidade para lidar com as próprias necessidades. Trata-se de um corpo subjugado neste universo predominantemente masculino, como salienta Michelle Perrou: “O corpo das mulheres não lhes pertence. Na família ele pertence a seu marido que deve possuí-lo com uma potência viril. Mais tarde, aos seus filhos, que as absorvem inteiramente.” (PERROUT, 2005, p.447)

Desde a morte da mãe, Rosa assumira a governança da casa. A distinção de trabalho por gênero — no caso, as funções da mãe— restringe o seu movimento ao espaço doméstico. Em meio a tantos papéis a desempenhar — filha, mãe, mulher casada —, Rosa torna a deparar-se com Estêvão a exigir-lhe a prova de um amor que, malogradas todas as esperanças, não chegou a se concretizar. Prova dessa natureza só poderia redundar em adultério por parte da jovem esposa, o que era, à época, passível de punição penal, como o jurista Viveiros de Castro assim considera, em 1872:

A base da nossa sociedade é a família; nossa legislação civil está de acôrdo com este principio. Elle determina que todos os filhos nascidos durante o casamento de uma mulher casada, têm por pai o marido. Ella impõe ao pai gravíssimos deveres para com os filhos, obriga a sustental-os, a educal-os, a socorrel-os em casos de miséria e indigência, a legar-lhes após a morte a maior parte de seus bens, excluindo outros parentes e aliados. Mas o adultério da mulher casada torna incerta, levantando suspeitas o pai de seus próprios filhos, oppõe-se ao fim da lei e póde ter como effeito privar filhos legítimos ou outros parentes e aliados da herança que legalmente lhes pertence. Por esta razão o adultério não póde deixar de ser considerado um delicto. (CASTRO, 1872, p.19-20)

De fato, essa discussão passara a arregimentar vários segmentos da sociedade. O adultério tornara-se particularmente rumoroso e despertava o fascínio das classes médias. Tanto que a literatura mais e mais se acercava do tema, seja assumindo um viés moralista ao tentar aplacá-lo, seja como gratificação, para os que queriam usufruir do gozo sem chegar a “pecar” literalmente. Estêvão não dimensiona o sofrimento de Rosa e entende que ela mentira sobre a veracidade do seu amor. Por isso, fica desconcertado quando ela se oferece de corpo e alma:

— Amanhã esta criança acordará, e aqueles dois velhos levantar-se-ão sorrindo para mim como sempre, cheios de confiança e de... amizade. Como até hoje julgar-me-ão filha honrada, mãe honesta... esposa fiel!... Sacrifico-te, aqui, junto deste berço... e daquele leito, todo o meu passado, todo o meu futuro, tudo!... Aqui me tens, Estêvão, vê agora se te amo. Sou tua!... E resignada, nobre, altiva, caminhou para ele, que recuara, como os mártires deveriam caminhar para a fogueira... serena, tranquila, orgulhosa pelo seu sacrifício, iluminada pela divina auréola do amor. (PAGANINO, 2003, 88)

Ceder ao desejo significaria queimar todos os navios, deixar de desempenhar os papéis de esposa, mãe e filha, para tornar-se amante. E, para escapar a esse espaço degradado, nada mais dignificante do que oferecer a sua pureza em altar de sacrifício. Ao invés de dar vazão ao desejo, Rosa goza com o seu próprio martírio, diante da impossibilidade de concretização

do amor. Ao vê-la como mãe e esposa (de outrem), Estêvão acaba por assentá-la em um patamar mais acima, purificado e, por isso, inacessível.

Só pela auto-imolação Rosa haveria de se entregar a Estêvão, pois o envolvimento em relações espúrias, no século XIX, não tem para o homem o mesmo peso que tem para a mulher. A esse respeito, na *Carta de uma mulher dirigida a Alexandre Dumas Filho*, uma suposta dama incógnita considera que: “há ainda uma diferença entre a sua situação e a do homem; e é que, se ella se deixa prender num amor ilegítimo fica deshonrada, despresada, enquanto que o homem as deshonra sem que fique por isso deshonrado.” (LOBATO, 1872, p. 30) Estêvão percebe, finalmente, a faceta divinal deste amor, mesclada a uma miríade de sentimentos: frustração, temor, religiosidade, desejo.

A decisão extrema suscita em Rosa a última centelha de erotismo. Após esse episódio, fica órfã e enviúva, mas não refaz o seu caminho em busca da satisfação pessoal. Ela transfere para a criança todos os afetos interditados, como é próprio da família burguesa oitocentista: “O amor de seu filho consumiu-lhe a vida toda. Nunca mais se tingiram as faces de cor, nem o mais leve sorriso lhe entreabriu os lábios: poucos a ouviram falar, raras vezes proferia alguma palavra.” (PAGANINO, 2003, p.89) A maternidade e a forte religiosidade funcionam como amarras, tornando-a assexuada e cada vez mais identificada com Nossa Senhora das Dores, de quem é devota, à maneira como Michaela di Giorgio a retrata:

O progresso do sentimentalismo religioso no século XIX está em estreita relação com o sentimentalismo familiar: o modelo feminino católico é exclusivamente o da esposa e o da mãe. À esposa a Igreja pede submissão e espírito de abnegação. Se o mundo é para todos um vale de lágrimas, é-o em especial para as mulheres. Os aspectos afectivos – e ainda menos os aspectos sexuais – do amor conjugal não são abordados pela pudica literatura católica oitocentista. Um silêncio que se prolonga até as primeiras décadas do século XX. Raramente, e sempre em poucas linhas, se faz referência aos “deveres conjugais” a que a esposa não pode negar-se mesmo se para “praticar a virtude”. O marido é uma dádiva de Deus que conduz a mulher, através do sacrifício, à santidade. (GIORGIO, 1991, p.206)

Ao final da narrativa, o que resta é um casamento bem sucedido, sob o ponto de vista econômico; uma mulher virtuosa que se mantém, apesar de todas as tentações, no “bom caminho”; e homens – pai, marido, filho, ex-namorado – assegurados no lugar que a sociedade patriarcal, graças à renúncia de uma mulher, lhes reserva. Entretanto, os leitores não nos comprazemos com esse desfecho, porque o narrador, ao se compadecer das muitas provas porque passa a heroína, compartilha conosco os seus desejos e recalques, assim como a impossibilidade de romper com um mundo que é o seu esteio. O caminho que encontra para transitar por esse mundo sem compreensão sobre a feminilidade é o do emudecimento.

**Os Contos do Tio Joaquim**

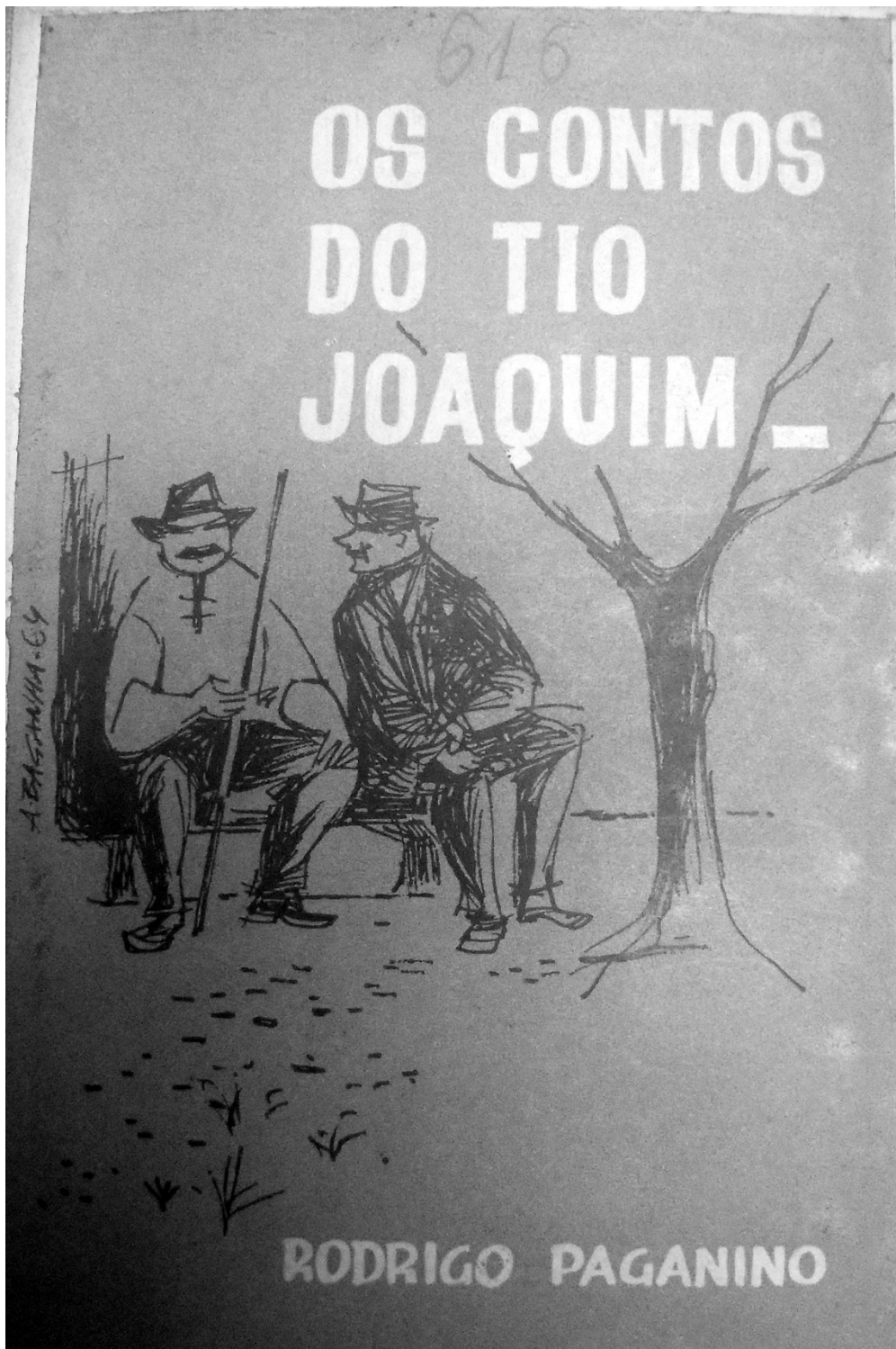


Figura 9 – Capa de “Contos do Tio Joaquim”- PAGANINO, 1964.

Rosa paga caro por sua obediência, mas se constitui em pilar do espaço privado. Atrai para si a estima da família e o respeito da comunidade. Isso porque concepções tais sobre família, casamento, criação de filhos e autoridade paterna foram de tal forma relevantes para a constituição da burguesia, que passaram a influenciar as demais estruturas familiares, perdurando, por vezes, até os nossos dias.

### §

Apesar das rígidas regras sociais continuarem a impor a virgindade da noiva como condição *sine qua non* para a realização de um bom casamento e a ingerência dos pais no direcionamento de seus filhos e filhas, no decorrer de Oitocentos mais e mais jovens aspiravam tomar para si a escolha do futuro cônjuge. Tais iniciativas foram se tornando mais aceitáveis à medida que a classe média passou ao trabalho assalariado, vindo a sofrer um achatamento econômico e um corte nas expectativas vindouras.

Na mesma coletânea, Rodrigo Paganino, por meio do Tio João, narra *O romance de um céptico de aldeia*. Vizinhos levantam suposições sobre a vida de um homem de comportamento reservado, cuja família vive em isolamento. O único a defendê-lo é o pároco local. Apesar do casal não aparentar maiores problemas conjugais, algo de grave os denuncia, o que se percebe pelo silêncio e os olhos “arrasados de lágrimas” da esposa, o aspecto taciturno do marido e a exclusão da filha do casal do círculo de amizades.

Quando o padre é chamado a dar a extrema-unção ao homem alvo das más línguas, descobre-se, por meio de sua confissão, que ele se envolvera com uma moça da terra e a engravidara. Ambos passaram a viver maritalmente, mas sem formalizar a união e enfrentando toda sorte de preconceitos, como ele próprio admite:

Um modo fácil de remediarmos tudo era o casamento; porém eu, que não acreditava na santidade daquela ligação, não queria, nem por sombras, cair em semelhante fraqueza. (...) O remorso rala-me a alma: a lembrança daquelas santas (as mães de ambos) atormenta-me de dia e de noite: a vista da mulher, que perdi, desvaira-me; e a ideia da minha filha, a filha querida da minha alma, a quem não posso dar nome perante Deus porque ainda não foi purificada pela água santa do baptismo dos pecados de seus pais, nem perante os homens, porque o seu pai e sua mãe não se podem assim chamar à face do mundo, quase me enlouquece. (PAGANINO, 2003, p.30-31)

Saliente-se que as Ordenações Monárquicas  $\rightarrow$  compilações das leis vigentes sobre assuntos cíveis e penais que vigoraram em Portugal até vir à luz o Código Civil de 1867  $\rightarrow$  puniam com rigor os crimes de sedução ou violação. Entendia-se que a mulher estava sempre no lugar da vítima, nunca uma possível cúmplice, e não tinha necessariamente de ser menor,



nem virgem. Entretanto, a força do estigma haveria de operar por si uma condenação tácita à mulher, mesmo em se considerando criminosa a investida, que — conforme o consenso geral — era invariavelmente masculina.

Para Joana, a mulher apaixonada, a maternidade trouxe a desonra e o isolamento; para a sua mãe, o desgosto e a morte; para a criança, prova viva do pecado cometido por seus pais, o estigma e a exclusão; e, para o moribundo, a culpa. A fé católica tornou-se mais e mais reduto das mulheres, porque a sensibilidade feminina conjugava-se com essa Igreja que, afrontada pela aparente descrença masculina, oferecia amplas possibilidades de conversão. Ou como diz Michelle Perroux:

Os vínculos entre mulheres e religião são antigos, poderosos, ambivalentes. Sujeição e liberação, opressão e poder estão ali imbricados de maneira quase indissolúvel. (...) A Igreja trabalha pela proteção das solitárias e das viúvas, pelo reconhecimento da dignidade feminina, pela necessidade do consentimento no casamento de uma mulher individualizada. Tudo isto não poderia ser subestimado. Mesmo no século 19, em que a religião tende para o lado da submissão das mulheres, as coisas são complexas, com muitas nuances e diferenças, segundo os credos, ricos em modelos educativos variados. (PERROUT, 2005, p.272)

O pecado maior do chefe da família foi ser coerente com a sua descrença, não aceitando os sacramentos, visto não acreditar em Deus, nem na Igreja. De certo modo, reside aí uma crítica aos que se utilizam da religião como uma regra de etiqueta a mais dos manuais de civildade, sem crer, no entanto, nas Escrituras. Como se Paganino dissesse nas entrelinhas: “para ser cristão, sê por inteiro”, mostrando-se radicalmente contra uma religião de aparências.

O testemunho cabe ao cético, cujo arrependimento e conversão abrem as portas do acolhimento, no seio daquela comunidade. À mulher confrangida não cabe nenhum pronunciamento, como se mais culpada fosse por sua fraqueza. Ao não respeitar as convenções, passa a ser massacrada por pesado julgamento, pois a maior parte do preconceito respinga nela.

Caso continuassem a viver como párias, não haveria remissão possível para os três. A situação persiste até sua filha “despertar-lhe a fé adormecida.” (Paganino, 2003, p.32) Piedosamente o padre confere à família os sacramentos do batismo e do casamento, reconduzindo-os, por fim, ao universo católico. Desse modo, o recém-convertido, vindo a falecer, pode ser enterrado conforme as prerrogativas da Santa Madre Igreja.

O percurso tortuoso das personagens ajuda a compreender o porquê de o meio rural se manter tão arraigado às crenças e valores da Igreja católica. Tratava-se de uma concepção de mundo, mas também de uma forma identitária e de sociabilidade que dificilmente haveria de

se expurgar do universo campesino, sendo as mulheres as suas mais diligentes evangelizadoras.

### 3.2. Antes quebrar que vergar

Mais conhecido por suas contribuições à história e botânica portuguesas, Francisco Manuel de Melo Breyner, o Conde de Ficalho deixou em *Uma eleição perdida* (1888) o seu legado no meio literário. Com *A maluca da D'Os Corvos*, narra a história de uma mulher que, seduzida e abandonada, enlouquece. Diferentemente dos dramas elencados por Rodrigo Paganino, com clara intenção confessional, o Conde de Ficalho, no último quartel do século XIX, já vivera os desencantos da Regeneração e propunha-se a retratar *a vida como ela é* ou tal como lhe parecia. Ao nos oferecer um retrato dos padecimentos por que passa a mulher camponesa, diz tratar-se de “uma história velha, sabida e de uma simplicidade extrema.” (FICALHO, 1888, p.188)

Diante da curiosidade despertada por uma louca que vaga pela rua, tomamos conhecimento da história de Mariana, órfã de pai, que vivia relativamente bem com sua mãe: “duas mulheres sós, sadias, trabalhando no campo, não passavam privações.” (FICALHO, 1888, p.190). Requisitada a trabalhar no rancho da Sovereira-formosa, Mariana conhece João, o filho do proprietário das terras e rapidamente se envolve com ele:

Não sei se elle lhe falou do futuro, se lhe prometeu casamento – é provável que não. A Marianna deu-se sem pensar, sem calculo, sem exigir garantias; deu-se com a inexperiencia de selvagem, com os impulsos do seu coração, com os ardores do seu sangue de serrana vigorosa e forte. Mas deu-se toda e para sempre, e julgou que a tinham tomado para sempre. (FICALHO, 1888, p.192-193)

Mariana acede ao impulso sexual, mas, ao engravidar, sofre a primeira punição: a exclusão do mundo do trabalho. Tanto a mulher quanto o filho natural não dispunham de amparo e o Código Civil de 1867, resultado das mudanças comportamentais que chegavam a reboque da monarquia constitucional, não faziam menção a direito de qualquer tipo que salvaguardasse a mulher ou a criança.

Nesse ínterim, o pai de João contrata o casamento deste com a filha de um comerciante da região, o que representava um vantajoso negócio para ambas as famílias:

O lavrador de a Sovereira tinha umas contas com o lojista – quem as não tinha? De anno a anno as contas iam se enredando, complicando-se em mysteriosos labyrinthos de juros e juros. Lembrou-se de as saldar pelo casamento do filho. Mandou sondar o terreno e suas propostas foram bem recebidas. O lojista conhecia-lhe os negócios a fundo, sabia que os seus

embaraços não eram graves; e depois uma aliança com os Seabras da Sovereira lisonjeava-lhe todas as vaidades. (FICALHO, 1888, p.195-196)

Em princípio o moço resiste em propor casamento à outra, mais por temor do que por algum sentimento terno que tenha perdurado. Para estimulá-lo, o tio relata as suas aventuras de rapaz e secunda: “Ellas lá se arranjam... Ellas lá se arranjam... E olha, terminava o tio João Máximo, o melhor que a gente leva cá deste mundo é... rir e divertir-se sem estar lá com essas coisas!” (FICALHO, 1888, p.197) Trata-se, portanto de um discurso que inocenta o jovem burguês, reduzindo a gravidade do ato a desatinos da mocidade, e transferindo o dolo integralmente para a mulher.

A tia, por sua vez, não tinha o mesmo senso de humor, mas volta a sua ira para as supostas aventureiras: “— Umas doidas, umas... — é necessário espurgar cuidadosamente o vocabulário da tia Dorothea, que no entanto era uma honesta senhora – umas doidas sem vergonha que andam mettidas com um e com outro! Que sabes tu se lhe deves alguma coisa?” (FICALHO, 1888, p.197) Desqualifica-se Mariana, a ponto de se duvidar que João seja o pai. As classes médias tinham uma visão preconcebida das massas camponesas, as quais julgavam licenciosas. Funcionavam como um contraponto à reserva moral que a burguesia oitocentista entendia deter.

Sendo Mariana uma mulher oriunda das camadas proletárias, existe uma vigilância muito menor sobre os seus passos. A jovem é órfã de pai e não há registro de censura por parte da mãe. Na comunidade local, percebe-se que Mariana vai ficando “falada”. Mas, apesar dos olhos complacentes da sociedade diante do início e da evolução do romance, a sentença é, por fim, inexorável: “Ellas lá se arranjam...” Desnuda-se então um comportamento típico da família burguesa, como Eric Hobsbawm observa:

Não havia hipocrisia nos países (sobretudo católicos) onde um comportamento francamente duplo era aceito: castidade para mulheres solteiras e fidelidade para as casadas, a caça livre de todas as mulheres (exceto talvez filhas casadoiras das classes médias e altas) por todos os jovens burgueses solteiros, e uma infidelidade tolerada para os casados. Aqui as regras do jogo eram perfeitamente entendidas, incluindo a necessidade de uma certa discrição nos casos onde a estabilidade da família ou da propriedade burguesa pudesse ser ameaçada. Paixão, como qualquer italiano da classe média conhece, é uma coisa, a “mãe dos seus filhos” é outra bem diferente.” (HOBSBAWM, 1996, p.325)

O que para o rapaz redundava em “aborrecimento”, para a moça repercutia em julgamento moral. Nada havia para ampará-la ou à criança, não fosse algum lume de consciência que rapidamente se apaga. Diante da promessa de uma vida regalada, João, assente e se decide pelo casamento com D. Angélica, mas nada diz à camponesa.

Meses depois, quando João retorna à aldeia, tem a carruagem interceptada por Mariana, com o filho nos braços. A esposa instiga-o a se explicar. João nega conhecê-la, taxando-a “doida”. Só então a jovem enxerga que não há futuro para si ou para seu filho. Em transgredindo, restam poucas possibilidades de escolha, todas à margem do universo da respeitabilidade, do qual ela é para sempre banida. A prostituição seria uma destas possibilidades de sobrevivência, mas diante de tão poucas condições, Mariana parte para uma terceira via:

Apertou o filho ao peito, e deitou-se ao pego. Uns cortadores que andavam alli no montado viram-na de longe correr para a ribeira, e seguiram-na. Dois ou três mais affeitos lançaram-se á água e poderam tiral-a a custo. Estenderam-na ao sol, de costas, na herva da margem. Branca, os olhos cerrados, os longos cabellos negros, desatados, cheios de água, espalhados sobre a relva florida, a chita molhada das roupinhas firmes dos seios, a rapariga parecia morta. Passados momentos descerrou os lábios numa funda inspiração; uma onda leve de sangue tingiu-lhe as faces; as pálpebras tremeram.

Voltava á vida; mas ao peito apertava nervosamente o cadáver da creança afogada. (...) quando a separaram do cadáver, não percebeu; e, enrolando o seu chalé molhado, apertou-o ao peito acalentando-o com seu sorriso triste. (FICALHO, 1888, p. 201)

A loucura equivale ao fundo do poço. Como diz Michelle Perrou, trata-se de um “pavor: a doença mental, [...] adquire consistência nesse século que presencia o surgimento da clínica. Uma jovem ‘perturbada’ [...] envergonha seus familiares, introduzindo uma dúvida quanto ao equilíbrio deles.” (PERROUT, 2009, p.254)

Ultrapassada a linha tênue entre a razão e a alienação, nada mais lhe resta além da compaixão de alguns, descrédito de todos e um filho morto nas mãos. Pobre e esquecida, a expensas da mãe, ela caminha em sentido oposto ao do ex-amante: “O João está presidente da camara municipal; e o sogro espera, por ocasião das eleições geraes, obter para elle o titulo de visconde.” (FICALHO, 1888, p.202)

No “mundo real” de Oitocentos começam a surgir os primeiros matizes. As distinções entre homens e mulheres, ricos e pobres, loucos e sãos ocupavam até então pólos extremos, No entanto, como nem todos estavam dispostos a serem infelizes para sempre, as estruturas passaram a mover-se e coube à literatura retratar esses conflitos.

## §

Em “Honra Antiga”, Álvaro do Carvalho problematiza a livre escolha no campo do amor como afronta à autoridade paterna. O conto trata de um alferes cuja filha, em idade casadoira, dispensa todos os pretendentes. Desejoso por vê-la enfim casada, o alferes escolhe o futuro genro, exigindo a obediência da jovem. Envolvida por um conde, Petronilha mantém

o segredo da família, mas decide compartilhá-lo com o pretense noivo, que por sua vez rompe o contrato e faz saber ao pai o real motivo. Este articula a vingança, que culmina na morte dos amantes.

Por meio do narrador, diretamente implicado com a diegese e portador de uma visão de mundo próxima à da avó, somos apresentados ao alferes “um velho de rija têmpera peninsular”, criado de acordo com tradições seculares, as mais arraigadas. Entretanto, esse mesmo tradicionalista “como *voluntário* gladiara nas pelejadas lutas da liberdade [...] Filho do povo, não consentiria em mesclar seu sangue com o sangue dum nobre, nem talvez à custa da própria vida.” (CARVALHAL, 2004, p.102) Cioso do lugar que ocupa à frente do clã, atento à hierarquia e às tradições, caracteriza-se como “a honra em pessoa, mas a honra consoante a entendia ele, tal como nós não a entendemos hoje.” (CARVALHAL, 2004, p.102) Apesar de tomar para si a causa liberal, lutando efetivamente por ela, o pai de Petronilha ainda tem os olhos voltados para relíquias do passado, incrustadas em sua formação. Para ele, o intercâmbio entre as classes e o desrespeito à sua autoridade são iniciativas impensáveis.

A filha, à sua maneira, também faz eco à figura paterna, a começar pelo aferramento às próprias ideias. Petronilha, de formação burguesa, tem os olhos da Regeneração, período em que a distinção entre nobres e burgueses foi esmaecendo. Comenta o narrador a influência que produção folhetinesca da época exerce sobre a jovem leitora: “Era de uma romanesca imaginação. Antes queria ser a amante aviltada dum príncipe proscrito e mendigo, do que a esposa respeitável dum rico burguês. Julgue-se do que sofreria.” (CARVALHAL, 2004, p.105) Cristóvão adianta para o público-leitor que o fato de acreditar na prevalência do amor sobre os demais valores trará dissabores a Petronilha. Na iminência de ser presenteada com um cônjuge escolhido por outrem, começa a demonstrar o seu querer, o que não é sequer considerado por seu pai:

— Cala-te. Esperei muito, fartei-me de esperar que, a teu jeito, escolheesses para amparo e companheiro o homem que o teu coração desejasse. Queria deixar-te livre a eleição. Hoje é tarde, porque escolhi eu. Rejeitei a princípio a violência, opto por ela agora. É tempo. Eu e tua mãe vamos no entardecer da existência. Temos a cova aos pés. E, quando se fechar, não queremos que a terra pese demais sobre nós por ter abandonado aos enredos perigosos do mundo a filha, que estremeceamos. Que destino seria o teu, pobre criança, confiada a ti mesma, com a inocência por defesa, com a paixão por conselheira e com a credulidade por norte? [...] Casarás porque eu mando e quero. Entendes? (CARVALHAL, 2004, p.106)

*Petronilha* remete a *petrus* e não se curva diante da autoridade paterna. Diante da imposição, busca um estratagema para fugir ao compromisso firmado, mas suscita o escândalo. As palavras finais, entre o quase-sogra e o quase-genro, dão cobro ao desconforto que se estabelece:

— Estamos mais à vontade aqui. Não nos importunarão. Posso, pois, declarar-lhe com afoiteza...

— Que rejeita minha filha.

— Justamente.

— Rejeitá-la! E por quê?

— Há um fantasma, chamado dignidade, que o determina.

— Como?

— Não pode ser minha.

— Quem lho disse?

— Ela. [...]

— Mentiu, mentiu. Impossível. Uma hora de fraqueza seria a sua última hora. Morreria de vergonha. Quem é o sedutor? (CARVALHAL, 2004, p.111)

Questão de honra para pai e filha, a defesa incondicional do amor, que implica no direito à escolha do parceiro e o direito à disposição sobre o próprio corpo são as premissas de Petronilha. Mas o pai vê a peçonha da traição, infiltrada em sua própria casa e executa a sentença por ele decretada.

Petronilha beira o abismo, ao caminhar em direção ao desejo. Esperando o amado na alcova, durante a madrugada, ela enlaça o próprio pai, por engano: “Santo Deus! Em vez do almejado bem, aparece-lhe um demônio. (...) Como um espectro, que ressurgiu irado de entre os mortos, para vibrar a blasfêmia e o anátema dos preceitos contra o algoz, tal se eleva diante da filha a agigantada figura do alferes.” (CARVALHAL, 2004, p. 113). Ao não aceitar a determinação paterna, como o senso comum poderia sugerir, revelava-se pronta a assumir a responsabilidade pelos seus atos. Petronilha cerra fileiras com:

Mulheres, casadas ou não, que de fato resistem, se recusam a fazer amor com um homem que lhes desagrada, tomam um amante, vão embora. Essas mulheres estão reivindicando, com vitalidade e franqueza surpreendentes, seu direito à liberdade de escolha e movimento; [...] Elas afirmam a autonomia do próprio corpo. Mas pagam caro, muitas vezes com a própria vida. (PERROUT, 2009, p.260)

A violência galga novos patamares: das palavras cruéis que o pai profere para e sobre a filha ao embate físico entre ambos, na iminência da chegada do jovem conde. Petronilha resiste:

— Foge, fuge! Grita, fora de si, esforçando-se por levantar a vidraça. Reprime-a o alferes, e arrasta-a dali, pondo-lhe na boca, como mordaca, a nervuda mão. Ela, feroz como a loba a quem furtaram os cachorrinhos, resiste temerária. Não durou a luta. Resvalou no chão, alquebrada e dolorida. Mas, espumando de raiva, crava até ao osso, crava os dentes na mão que a macerava. (CARVALHAL, 2004, p.116)

A personagem, arrastada para a alcova, some da nossa vista, quando o conde entra em cena. O diálogo que segue, entre o rapaz e o pai é aterrador:

— Petronilha é uma mulher das ruas, uma perdida.

— Alferes!

— E esta casa um alcouce, acrescenta o velho. Eu sou o rufião. Não se revoltam as cãs, nem estas rugas. O branco é cor muito atreita à mácula. (CARVALHAL, 2004, p.117)

Em meio a pedidos de desculpas e promessas de casamento, quase acreditamos que o amor tudo pode. Até degelar o coração enrijecido do velho, o qual, por fim, parece aquiescer: “— Entre. Vá oscular a sua mulher. Consinto. O conde hesitava. Não sei que lhe leu na fisionomia. A cortina caiu sobre ele como um sudário.” (CARVALHAL, 2004, p. 119) Ao deparar-se com o cadáver da noiva, o jovem conde compreende tudo e aguarda a consumação da sentença. Supõe-se que a narrativa tenha chegado ao fim. Mas no derradeiro capítulo, a mãe de Petronilha descobre, pela boca do marido que:

— Petronilha, essa filha de nossa ternura, atraçou-nos. Atirou-se de braços abertos ao seio da depravação. Cedeu às instâncias sedutoras do conde, e, sensual como uma barregã maldita, não soube guardar o depósito de honra, que lhe confiamos. (...) Pediu-ma o conde em casamento. Dei-lha. Dorme com o esposo no mesmo leito. Foi magnífica a boda. Não correu o vinho em jorros, mas correram jorros de sangue. (CARVALHAL, 2004, p.123)

Quanto ao alferes “vestiu pesado luto por sua filha, e foi oferecer a garganta ao barão do algoz.” (CARVALHAL, 2004, 121) Veio a ser condenado, porque, ainda que houvesse tolerância para com os que tomavam por suas próprias mãos a defesa da honra de sua família, tratava-se do assassinio de um membro da aristocracia, por um militar de baixa patente. De todo modo, a vingança estava consumada. Ainda que bestial, encontra uma leitura à luz da história antropológica, conforme Aurízia Anica esclarece:

A vingança é um subsistema de controle social da violência regulado pelos princípios da reciprocidade, da solidariedade e da distância social. A vingança põe em relação de oposição dois grupos: um composto pelos que são solidários com a vítima; outros, pelos que são solidários com o agressor. Simultaneamente solidifica as relações e as identidades no interior de cada um dos grupos. A vingança é, portanto, um mecanismo de reequilíbrio do capital simbólico dos indivíduos e dos grupos porque restaura as posições individuais e os papéis sociais, ao mesmo tempo em que regula os conflitos entre os indivíduos e entre os grupos em que estes se inserem. (ANICA, 2005, p.44-45)

Em meio à Regeneração, a justiça privada tornara-se um anacronismo, e os crimes passionais eram cada vez menos tolerados pelos juristas, que passaram a entendê-los como “negação da lei, retorno à barbárie, regressão para a animalidade [...]” (PERROUT, 2009, p.262)

Mesmo pagando com a vida, o velho alferes deixou sua marca na família. Remanescentes, a avó e o neto rendem-lhe tributos, firmando a obediência incondicional e o respeito às tradições como seus mais preciosos bens. Com as transformações trazidas pelo liberalismo, atitudes como a do alferes seriam coisa do passado.

Entre os caminhos e descaminhos em defesa da honra, tornamos à coletânea de contos do Conde de Ficalho e nos deparamos com *A caçada do malhadeiro*. O conto principia com o relato de um forasteiro que, estando em caçada com outros da terra e tendo perdido a presa, chega à casa do Tio João, um malhadeiro já idoso, para se abrigar da chuva. Conforme o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antonio Moraes Silva:

Malhadeiro, a, adj. De malhada (choça); grosseiro; rústico; (...) de engenho curto; que leva pancadas frequentemente, ou que precisa levá-las para aprender as cousas § Em quem todos malham com zombarias. (SILVA, 1858, p.316)

Inferimos tratar-se de um homem rústico, integrado ao cenário rural, onde se passa a narrativa. O episódio, ocorrido há sessenta anos, nas primeiras décadas de Oitocentos, relaciona-se com o período em que Napoleão, por meio de Junot, sitiou Portugal e forçou o reino a se posicionar em favor dos franceses em questões de interesse comercial. Como o reino português se manteve neutro, sobreveio a invasão, o que levou a família real a partir em 1807 para o Brasil. Restaram às populações rurais se defenderem da agressão. Grandes extensões do reino, como Algarve, Trás-os-Montes e Minho não ficaram imunes à violência. Évora, Beja, Tomar e Leiria foram palco de grandes massacres, mas também de grandes derrotas infligidas aos franceses, de modo que o temperamento luso se forjou à custa de muitas vidas, em favor da propriedade, da soberania e da honra.

O velho malhadeiro inicia o relato: “Isto aqui no tempo dos francezes esteve mau... muito mau!” (FICALHO, 1888, p.174) Instado a falar sobre a sua melhor caçada, o narrador retrocede à época em que tinha dezessete anos e vivia com o pai e duas irmãs: “(...) a Ignez, a mais nova, que ainda vive, era mais velha do que eu um ano; e a Mariana, Deus lhe perdoe, teria então os seus vinte ou vintaum.” (FICALHO, 1888, p. 174)

Em meio à debandada, um grupo de oito homens perdeu-se do destacamento e adentrou as terras do pai do narrador, também ele malhadeiro e atirador conhecido pelos arredores. Os soldados franceses retornavam sem comando, sujos, famélicos e rotos. Os forasteiros foram avistados ainda de longe e o pai recomendou ao filho que escondesse as armas. O tio João relata a violência decorrente, a partir da sua chegada:

Os francezes, prosseguiu o tio João, comeram beberam, estavam já alegres, rindo e gritando. Um d’elless, um loiro, que tinha um galão e parecia mandar alguma coisa nos outros, quando a minha Ignez passou ao pé d’elle, deitou-lhe um braço á cintura, sentou-a á força nos joelhos e deu-lhe um beijo. (FICALHO, 1888, p.175)



A demonstração de força dos soldados contra a família campesina vinha expressa no gesto abusivo. Conforme narra o malhadeiro, à audácia inimiga sucedeu imediata reação:

Eu vi isto, e no mesmo instante vi meu pae de pé, e um machado de cortar azinho direto á cabeça do francez. O francez era leve, furtou-se; e quatro ou cinco d'elles agarraram-se a meu pae e depois de uma lucta deitaram-no no chão. Eu tinha levado uma coronhada pelos peitos, e estava encostado áquella arca seguro por outros dois. O louro ria-se, com um riso mau, mas dizia – quis-me a mim parecer – que não nos fizessem mal, que nos atassem. Estava ahí uma corda grande e de enchirir, com que elles ataram o pae de pés e mãos. A mim ataram com um baraço e com a minha cinta. (FICALHO, 1888, p.176)

O jovem e o velho foram vítimas da truculência inimiga, mas os alvos dos crimes seriam as mulheres. E sobre elas desabou a maior brutalidade. As moças sobreviveram, mas a afronta estava consumada:

Eu ouvia minhas irmãs chorar lá dentro, chamando-nos, que lhes acudíssemos; e via o pae deitado no chão, com a camisa rasgada, e as mãos atadas atraz das costas. Na lucta, quando cahiu, partiu a cabeça na esquina do banco. Um fio delgado de sangue corria-lhe da testa até ás suissas brancas, e, dos olhos muito fitos, vi correrem-lhe as lagrimas, que se misturavam com o sangue. [...] Não posso dizer o tempo que isto durou; mas pareceu-me muito. [...] (FICALHO, 1888, p. 176-177)

A narrativa não registra uma palavra que seja das raparigas, após o episódio, nem discrimina os abusos cometidos. Na narrativa oitocentista não há espaço para a descrição criatural, mas o leitor preenche as lacunas da narrativa com a sua própria imaginação, sobrepesando a barbárie. A respeito das sobreviventes, Tio João pronuncia: “A Ignez não dava acordo de si; mas a Mariana, muito branca, muito enfiada, veio cá fora desatar o pai.” (FICALHO, 1888, p.177)

Uma família composta por mulheres, velhos e crianças, aparentemente sem maiores defesas, no caminho de homens embriagados e bestializados pela guerra haveria de suscitar a ofensa. Os franceses estavam ancorados na certeza da impunidade. Ao subjugarem toda a família, os soldados exercem também a sua superioridade, por serem os invasores e estarem em maior número, deixando uma mensagem direcionada para o chefe do clã: um exercício de poder dos que se refestelam, à sua revelia, em sua própria casa. Nesse sentido, os corpos violentados das mulheres são o mais evidente sinal de jugo, como observa Michele Perrout:

O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, suas formas, suas roupas, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa seu sexo, vulcão da terra. Enclausurá-las seria a melhor solução: em um espaço fechado e controlado, ou no mínimo sob um véu que mascara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo está em perigo, um legitimando o

outro. Se algo de mau lhe acontece, ela está recebendo apenas aquilo que merece. (PERROUT, 2005, p.447)

São as mulheres as mais penalizadas, mas o “recado” estendido a toda família avilta a honra de todos. Para romper com a suprema humilhação, urge uma resposta, que venha a dirimir a gravidade do ato. Trata-se, mais do que tudo, de garantir a sobrevida no âmbito privado, pois, como Michelle Perrou salienta:

A família não é apenas um patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha a sua reputação, que mancha seu nome é uma ameaça. Cerra fileiras contra o estranho que lhe faz uma ofensa. O erro comprometedor de um membro seu mergulha-a num constrangimento cruel. Solidariedade na reparação, punição do tribunal familiar, exclusão, cumplicidade do silêncio: todas as reações são possíveis. Ai daquele porém que traz a desgraça! (PERROUT, 2009, p.250)

A justiça privada remonta as origens da humanidade e até o final do século XVIII era usual que assim ocorresse. Própria das organizações primitivas, era a resposta da parte ofendida diante de um desagravo, buscando atingir não só os agressores como todo o grupo do qual fizessem parte, no caso, os invasores franceses que afrontavam sobremaneira a sociedade portuguesa e apavoravam as populações camponesas.

Tio João e seu pai encampam a caçada dos soldados e vão ao seu encalço como se rastreassem animais. No decorrer da tocaia, eliminam todos os agressores que não conseguiram escapar do labiríntico terreno. Pode-se avaliar que a vingança levada a termo por pai e filho foi maior do que a própria ofensa, afinal a família, apesar de subjugada, foi poupada. Os oito soldados não tiveram a mesma sorte; foram todos dizimados.

A resposta chegava num tom mais elevado do que a indignidade cometida, porque a correção era dada pelo próprio ofendido. Como a maior parte dos crimes atentava contra a honra da vítima, a avaliação tornava-se subjetiva, porque era difícil mensurar qual a medida para reparar o dolo. A Lei de Talião moderava que a sanção deveria ser em nível compatível com a ofensa, daí a máxima “quem com ferro fere, com ferro será ferido”. A sociedade liberal foi pouco a pouco pondo fim a tal sorte de coisas.

Pai e filho atuam, portanto, como um tribunal de última instância e o julgamento sumário exige a imediata execução da pena. Os franceses são alvejados por ambos e, um a um, executados. Só então, com a dignidade restabelecida, pai e filho voltam para casa: “Meu pae ao entrar em casa não disse nada; mas agarrou as filhas e teve-as muito tempo abraçadas, e nunca até á hora da sua morte o ouvi fallar no que tinha succedido. (FICALHO, 1888,

p.182) Nada mais há para ser dito. O silêncio, aqui, ganha a dimensão do respeito que é devido a todos os que compartilham dos mesmos dissabores, mas que permanecem, apesar de todos desgastes, unidos por laços indissolúveis de sangue.

### 3.3. Desejo e reparação

Em meio às grandes questões do patriarcado, esse era o modo de encarar o crime e o castigo no antigo Portugal. A partir do século XIX, a vingança privativa evoluiu para a crença na justiça divina, até chegar à justiça legal. O Estado passou a pleitear para si a atribuição punitiva, tirando do indivíduo o papel de justiceiro.

Uma nova mentalidade preocupada em fazer valer os princípios da civilidade, modernidade e regeneração social, principiava por condenar a barbárie. Entre 1750 e 1850, a sociedade atravessou o Período Humanista, em que pensadores europeus discutiam e condenavam o absolutismo. Ainda na primeira metade do século XIX começaram a surgir as primeiras propostas de reforma das prisões, mas, mesmo com o forte embate entre os juristas, a reforma do sistema prisional não foi adiante em Portugal, nesse período.

Com o início da Regeneração (1851), o primeiro fruto não tardou a amadurecer e em 1852 surgia o primeiro Código Penal. Ainda no período da Regeneração, Portugal tornou-se a primeira nação ocidental a abolir a pena de morte. Tudo isso deixa entrever que a vingança privada levada às últimas consequências, tanto em *Honra antiga*, quanto em *A caçada do malhadeiro*, eram práticas que perdiam terreno, mesmo que na zona rural os atores fossem mais apegados às formas tradicionais de vida e de morte, transmitidas pelas gerações.

Em *Honra Antiga*, o velho alferes, ao mesmo tempo em que decreta a morte de sua filha e do amante, oferece a sua cabeça ao verdugo, para que se cumpra a pena da sua própria execução. Em nenhum momento, no entanto, transparece arrependimento pela decisão tomada.

Em *A caçada do malhadeiro*, pai e filho são vítimas, juízes e algozes dos criminosos franceses que invadem a casa. Iniciativas desse tipo eram comuns no início do século XIX e

mais ainda devido ao contexto histórico de ameaça à soberania pelo inimigo externo. Com o apoio dos aldeões, tornaram-se lenda viva na comunidade.

*O fruto proibido* e *O romance de um céptico d'aldeia* explicitam a crença na justiça divina. No primeiro conto, Rosa, em meio aos seus infortúnios, identifica-se com Nossa Senhora das Dores e chega a apresentar-se como mártir diante de Estêvão. No segundo conto, o forasteiro só consegue visualizar a remissão dos seus pecados, a partir do momento em que se vê absolvido pela justiça divina, aquela que tudo vê e tudo pode.

Para Mariana, *A maluca d'a Dos Corvos*, no entanto, não há justiça que a redima. O conto de 1888 mostra um desencanto com o liberalismo, diante da magnitude de promessas e expectativas que pontuaram o seu percurso desde as primeiras lutas liberais. Nesse tempo, o Estado não ainda não voltara seus olhos para os deserdados, mas grupos de filantropos, que passaram a atuar na assistência às famílias pobres, tornaram-se, com o passar do século, cada vez mais ruidosos. Mariana e sua mãe, miseráveis e esquecidas, representam o quanto a justiça precisaria avançar até chegar à proteção da mulher pobre e do filho ilegítimo, o que só passaria a ocorrer no século vindouro.

Por constituir-se enquanto *locus* da moralidade, segundo o paradigma burguês, grande parte dos conflitos que assombram a família passam pela sexualidade. O desejo entra em choque com os demais interesses, como a concentração de bens e propriedades. Diante de fileiras tão cerradas em favor da proeminência da razão sobre o sentimento, que fazer do desejo? Freud, na Europa finissecular, começou a deslindar o seu funcionamento, descobrindo que as pulsões são as molas propulsoras do homem, compelindo-o à transformação de si e do mundo em que vive. Afinal, o homem só se reconhece em outrem.

A família, portanto, é o esteio da civilização, mas progresso tão ansiado tem o seu custo, pois avança em prol do coletivo, na mesma medida em que amputa as demandas individuais. As mulheres, taxadas como frágeis e intelectualmente inferiores, são, conseqüentemente, as mais relegadas ao silêncio. Entretanto, o lugar da mulher não é o da eterna vítima, pois como lembra Michelle Perroux:

Recusamos a pretensão de contar também a história das mulheres, mascaradas sob os traços de uma dramaturgia eterna – em algum lugar, sempre, o coro das mulheres – e de uma simbologia fixa no jogo dos papéis e das alegorias. É preciso se libertar destas imagens, pois elas modelam a história em uma visão dicotômica do masculino e do feminino: o homem criador/ a mulher conservadora. O homem revoltado/ a mulher submissa etc. [...] se as mulheres eram tal alvo para o poder, por um lado, era devido à sua importância verdadeiramente axial na família e, por conseguinte, na sociedade, mas também,

provavelmente em razão da sua opacidade à cultura do alto, da inércia ou da resistência que elas opunham às estratégias de dominação do povo. (PERROUT, 2005, p. 200)

As escolhas de mulheres e homens oitocentistas, fossem quais fossem, tinham o seu custo, pois, se o enfrentamento pode implicar em destruição física, também a subserviência pode implicar a morte em vida. Mas nem tudo são dores, como veremos adiante. O velho mundo, também em Portugal, começava a se mexer.

#### 4 MATER SEMPER EST, PATER NUNQUAM

Durante a primeira metade do século XIX, as questões legais eram dirimidas à luz das ordenações monárquicas. Constituindo a base do direito português, as Ordenações Filipinas não mais faziam face ao impasses do tempo. Na Regeneração, passou a vigor o Código Seabra, em 1867.

Muitas das alterações propostas no novo código civil buscavam dar maior salvaguarda à mulher, mesmo que sob a tutela de pai ou marido. O Estado, tomando para si o papel de regulador das questões internas da família, restringia a onipotência paterna e erigia tímidas medidas de repressão aos agressores e proteção às mulheres. Mesmo assim, o estigma que pesava sobre as violadas e seduzidas era imenso e mais se acentuava com o nascimento de filhos naturais, contribuindo para a alta mortalidade de recém-nascidos e o grande número de expostos. Como mostra Aurízia Anica:

Acentuou no processo de transformação da família o papel das reivindicações concorrentes das mulheres das crianças e a tutela que o Estado passou a exercer especialmente sobre as famílias pobres. Neste contexto de transformações, o pai patriarcal pode não ter desaparecido completamente, mas o seu poder foi corroído, tendo surgido ao lado do patriarca múltiplas figuras como a do pai migrante, a do pai ausente e a do pai separado (ANICA, 2005, p.290-291)

As relações entre pais e filhos, mulheres e maridos foram se transformando no decorrer século, e os impasses passaram a serem dirimidos sob a ótica da Justiça. A legislação que, ainda incipiente, buscava a proteção da família, pressupunha a ingerência do Estado, em especial sobre as famílias mais pobres, com o argumento de combate à negligência paterna. Estavam lançadas as bases para a corrosão da imagem do pai, até então dotado de autoridade absoluta. Michelle Perroux observa:

A história da vida privada oitocentista pode ser lida como uma luta dramática entre o Pai e os Outros. [...] O fim do direito testamentário, que, de acordo com Le Play, equivale a um assassinato do pai, possibilita e estimula a divisão dos patrimônios e dissolve o poder dos patriarcas. Nas regiões de famílias mais numerosas, essa abolição é acolhida como algo destrutivo, e resiste-se a ela contornando o Código Civil [...] (PERROUT, 2009, p.86)

Mesmo a Justiça avançava a passos lentos e a mãe solteira e seu filho “sem nome” já constavam na pauta de reivindicações de filantropos e ativistas. Na prática, continuavam à margem da sociedade.

Em meados do século, a burguesia chega à supremacia política e econômica, tornando-se também modelo de comportamento. Os manuais de civilidade se multiplicavam, possibilitando, mesmo aos que não nasceram com o “sangue azul”, ingressar em grupos mais sofisticados. Dentre as regras de bom-tom, figurava uma especial atenção ao comedimento das moças. Mesmo que aqui e ali pontilhassem dúvidas sobre a fé católica, não se deixava de batizar os filhos legítimos e casá-los na Igreja. Portanto, rebentos de relacionamentos obscuros, mais do que mero deslize, representavam nódoa que dificilmente se apagava.

Os casos de bastardia ofereciam, portanto, material vasto tanto para a narrativa folhetinesca, quanto para os autos infracionais. Envolviam tanto interesses materiais, quanto convicções religiosas. Implicavam na transgressão do que era mais preconizado pela sociedade como um todo. E resultavam em profundo sofrimento para todos os atores, inclusive para a criança. Para dar a ideia da agudeza do tema em Oitocentos, dos onze textos analisados, em seis deles figura um personagem bastardo.

#### 4.1. Mulheres e senhoras

Em *A justiça de sua majestade*, a personagem Maria Clementina é aquela para a qual se reivindica a tão propalada justiça. Nascida após um breve romance entre sua mãe e um alferes, com o Minho em meio às primeiras lutas liberais, a menina ficara aos cuidados da criada, enquanto o tio emigrava para o Brasil. No retorno, já ciente da morte de sua irmã, José Urbano se depara com o fruto da relação ilícita:

— Quem é esta menina, Roberta?

— É sua sobrinha, filha de sua irmã.

Dei um salto, como se aquelas palavras me atravessassem o coração. Um relâmpago terrível me iluminou o espírito; ia a passar das carícias a talvez alguma crueldade (...) Voltou-me o ar sinistro que aquela criança me havia conjurado, e disse a Roberta que me contasse a história de minha irmã. A história era curta:

— A infeliz foi enganada por um infame, que, abusando da sua inocência, fora a causa do seu infortúnio e da sua morte. (DINIS, 2003, p.182)

Como o próprio José Urbano sinaliza, “a voz da minha consciência acusava-me mais do que a ela.” (DINIS, 2003, p.182). Culpava-se por ter saído pelo mundo, fragmentando a

família. Essa falta faz com que Maria Clementina seja acolhida. O tio, a menina e a criada acabam por se mudar de Barcelos para Braga, pois os rumores em torno de sua origem ganharam notoriedade. A mãe era facilmente determinada, por conta do próprio nascimento; mas, quanto ao sedutor, quem haveria de imputar-lhe a paternidade? Sequer estava previsto na legislação esse tipo de responsabilidade.

Entre as máximas, a mais frequentemente encontrada nas obras dos juristas portugueses sobre o tema da filiação é *mater semper certa est, pater nunquam* – literalmente “a mãe é sempre certa, o pai nunca”. (CABRAL, 2003, p.92) Seguindo essa linha de raciocínio, vale salientar que as evidências da gravidez e do parto conferem à mulher o *status* inequívoco de mãe. Quanto ao homem, há que presumir a sua participação para que se determine a progenitura. Ou seja, a mãe é “a chave que abre as portas à constatação da paternidade”. (PINTO, 1983, p. 305)

Maria Clementina, educada conforme o parâmetro burguês, em colégio de freiras, traz consigo uma melancolia difícil de dissipar: “Se o major soubesse o motivo porque eu vivo triste, talvez, longe de me estranhar a tristeza, se admiraria de ainda me ver sorrir... às vezes.” (DINIS, 2003, p.114). Mesmo com todas as posses e bens conquistados por seu tio, durante os anos longe da pátria, vive alijada do convívio social, seja encerrada no convento, seja na quinta, afastada da cidade.

Marcada pela falta de filiação paterna, Maria Clementina acaba por se envolver com um jovem alferes, de passagem por Braga, como ocorrera com sua mãe há vinte anos. E mesmo que a “traquinagem” não passe de um beijo furtivo, já é o suficiente para desqualificá-la. Não mais pode voltar ao colégio de freiras, quedando encerrada na quinta, distante da cidade.

O narrador, ao nominá-la “heroína”, não só busca absolvê-la das custas que sua ancestralidade já pagara com a própria existência. Reside nesse perfil um quê de modernidade, um questionamento subjacente que subverte o tratamento destinado à mulher, conferindo-lhe heroísmo pelo modo como encara o seu destino, ainda que pela resignação.

Júlio Dinis, portanto, trata de atenuar a nódoa do “pecado original”, fazendo com que, por obra do acaso, a menina se encontre com o seu pai biológico, sem que ambos saibam. Objetiva-se reparar a impetuosidade do alferes Rialva, no que a mediação de sua mãe, Dona



Joana, é fundamental. Entretanto, anuncia-se como sério embaraço o fato da moça não dispor de linhagem paterna. Mesmo sendo Clementina oriunda da burguesia comercial, e Rialva, das hostes aristocráticas, nada disso parece escandalizar a mãe do pretendente, que acredita na virtude da moça.

Como o major Clemente Samora vem a saber, nesse momento, de toda a verdade, confessa que se envolvera com uma rapariga da terra, no mesmo período em que se passa o infortúnio de Maria Luísa. Logo, Samora entende ser o pai de Maria Clementina e, perfilhando-a, desconstrói barreiras que causariam futuros constrangimentos.

Da mesma maneira, Amélia de Landim, d'*Aquela casa triste*, vive o dissabor de ter nascido enjeitada. Amélia protagoniza o segundo capítulo da narrativa de Camilo Castelo Branco, em narrativa paralela à principal. As diferentes fases de vida de Amélia constituem-se em um conto dentro de outro conto. Sobre a digressão, o narrador comenta:

Mas a que propósito caiu êste conto, que não tem que ver com AQUELA CASA TRISTE!... Ah! Foi por amor da requinta da música de Ruiivães, que está agora silvando na Barca da Trofa, à espera de Antonio Duque, o *Africano*. (BRANCO, 1960, p.266)

Ao divagar sobre as bandas musicais da terra, o narrador passa à história de “Amélia de Landim”, deixada na “roda dos expostos”. A “Roda” foi uma solução humanitária para acolher milhares de pequeninos, que, por conta da filiação ilegítima, eram deixados à própria sorte. Por vezes, os pais eram conhecidos, mas não podiam se comprometer dadas as diferenças sociais ou não tinham condições econômicas para manter a criança.

Diante do alarmante crescimento da mortandade pós-natal, a roda surgiu ainda em 1811, na França, e logo grassou pela Europa. Permitia-se, desse modo, que os pais se mantivessem incógnitos e entregassem seus filhos à caridade pública. Foi essa uma das primeiras medidas de assistência social de que se tem registro e se prolongou até o último quartel do século XIX, quando as últimas rodas foram abolidas.

O próprio Camilo, cuja biografia, atravessada por lances dramáticos, era tão intensa quanto a sua obra, teve uma filha exposta na “Roda”, e tornou ao tema da filiação ilegítima outras vezes, chegando a transformá-lo no principal mote da novela *O filho natural* (1876), que abordaremos mais adiante.

Amélia, cujo sobrenome advém do local de nascimento — a freguesia de Landim, no concelho de Vila Nova de Farmalicão, em Braga —, ao se destacar por sua formosura, desperta suposições: “(...) naturalmente, porque era linda e pobre, ou se vendera ou tinha sido vendida” (BRANCO, 1960, p.263).

Amélia apaixonou-se, “perdendo-se” aos quinze anos. A partir daí, sem reparação nem arrimo, assume o lugar que lhe estava reservado. Cai na vida, até ser reabilitada por prova documental. O pai desconhecido esperou morrer para legar-lhe em testamento os bens e o nome. E, como Pina Cabral observa: “apesar do vínculo de sangue ser definido como se aplicando tanto à filiação materna, como à filiação paterna, na usagem comum do termo, a filiação paterna assume primacidade”. (CABRAL, 2003, p.97)

Em suma, Amélia de Landim pode não saber quem é a sua mãe, mas, ao tornar-se Amélia de Mendanha, por meio do reconhecimento paterno, nasce para o mundo. Apesar de afortunada, não é algo que Amélia intimamente comemore, porque entre ela e o pai ausente cria-se um fosso quase sem remédio.

Não há possibilidade de resgate da relação entre o pai aristocrata e a filha ex-prostituta, o que sedimentaria o “princípio da legitimidade”. Ou, como sugere Pina Cabral, “subjacente a este complexo imagético, está presente uma tentativa de construção simbólica da necessidade de paternidade.” (CABRAL, 2003, p.83). Reposicionada socialmente, Amélia pode dar vazão ao seu desejo. Uma vez senhora e rica, declinando de propostas casamento em meio a parentes ávidos por comentar a sua vida pregressa, Amélia torna à paixão que a desencaminhara:

— António - disse ela - conheces-me?

— A senhora, a senhora... acho que é... – tartamudeou o lavrador agadanhando no occipital.

— Sou a Amélia de Landim. Quando tinha quinze anos, amei-te. Era então inocente. Esperava ser tua mulher, e perdi-me. Teu pai não te quis deixar casar comigo, porque eu era pobre. Sei que sofreste, e quiseste fugir para o Brasil a fim de ganhares dinheiro para depois me receberes. Eu não te deixei ir. Sabes qual foi a minha vida depois. Hoje estou rica, ainda te amo, porque foste a origem da minha desventura. Queres casar comigo? Responde.

— Quero.

— Então, segue-me. (BRANCO, 1960, p.266)

Até mesmo a mãe do lavrador, que antes não permitira o romance entre Amélia e António, passa se regozijar com a união. Ela, a exemplo de tantos outros personagens

camilianos, como diz Paulo Motta de Oliveira, “pode mostrar que para fortunas bem formadas não existem limites.” (OLIVEIRA, 2010, p.124)

Com a superação dos obstáculos de ordem social, Amélia consegue a remissão de seus pecados pregressos ao associar desejo e dinheiro. De maneira ortodoxa compõe uma nova família, transitando da penúria à opulência.

#### 4.2. Pela defesa da honra

Em *Honra Antiga*, (1868), de Álvaro do Carvalho, chegam ao leitor, por meio de Cristóvão, o imbróglio e o trágico desenlace da narrativa, em que a defesa da honra tem a primazia e liga-se intimamente à perpetuidade da própria família. Logo de início, Cristóvão assim se apresenta: “Sou filho do pecado. Devo a existência a uma insignificante distração de minha mãe. Perdera-se a desvairada, perdera-se de amores por um simpático moço, de condição muito sobranceira à sua. **Se era mulher!**” (CARVALHAL, 2004, p.102)

Também Estêvão, d’*O fruto proibido*, desabafa, diante de Rosa: “(...) Pensei que não houvesse forças no mundo que nos separassem, pensei que nem mesmo Deus tivesse poder para tanto! Enganei-me. Foi bem feito. **Se tu és mulher!...** (...) (PAGANINO, 2003, p.82) Ambos põem em relevo uma crença fundada na voluptuosidade feminina, marcada pela fragilidade e sempre à mercê do desejo masculino.

Mais uma vez se percebe a clara partição de papéis, tão característica de Oitocentos: o homem que se atirava a muitas mulheres era tratado com tolerância, por conta da virilidade reafirmada; já a mulher, que acedia ao chamado do desejo, era tratada de forma implacável. Como Michelle Perroux observa: “De modo geral, a honra é mais moral e biológica do que econômica. O erro sexual, o nascimento ilegítimo são objetos de uma censura muito maior do que a falência, a qual também é mais reprovada que hoje em dia [...]. em suma, a vergonha chega através das mulheres, sempre situadas do lado da vergonha.” (PERROUT, 2009, p.250)

Continuando o relato, Cristóvão observa que foi absolvido do pecado original por força da religião: “ainda não tinha quinze dias, quando me chimpei de mergulho na onda fresca dum lago. O lago era a pia batismal. Mergulhei buliçoso como uma enguia, e emergi radiante como um querubim. (...) O nome dos meus pais, esse é que ficou nas águas turvas, ainda por algum tempo.” (CARVALHAL, 2004, p.102) Ou seja, o recém-nascido mergulha

no universo simbólico pelo batismo. A partir daí, torna-se isento dos pecados e inserido no modelo católico, cuja interferência é ainda mais acentuada no meio rural.

O neto, “fruto inocente de uma ruim árvore” (CARVALHAL, 2004, p. 121), conforme as palavras do avô, principia um discurso isento, tentando não se colocar lado a lado com os envolvidos. Mas não existe neutralidade possível. Ele assume o papel de narrador onisciente. Não participa diretamente da trama, ocorrida antes do seu nascimento, mas emite juízo de valor já nas primeiras linhas, quando inicia o relato sobre o seu nascimento.

Como visto anteriormente, Petronilha, a filha do alferes, se envolve com o jovem conde e, atenta contra a vontade paterna, que acertara o seu casamento com outro pretendente. Recebe repetidas vezes o amante em seu quarto; desrespeito que o velho pai não perdoa. No escuro do aposento chega a enlaçar o próprio pai, pensando ser este o ser amado, mas logo reconhece o engano e recua aterrada.

Apesar dos atos violentos entrarem em declínio, ainda era vista com bons olhos a correção imposta pelo pai. Isso porque, para o Estado, mais servia o cidadão fruto de uma educação rigorosa, estando ele, na maioria das vezes, apto a integrar a comunidade em conformidade com os padrões estabelecidos, do que os filhos tratados com leniência, podendo gerar rebeldes e desocupados.

Após a morte dos amantes, perpetrada por seu avô, e a conseqüente condenação e execução deste último pela justiça, o narrador conclui: “Minha avó, ainda hoje, quando é mais lauto o jantar e maior o número de convivas, conta, entre a sobremesa e o café, conta, com orgulho de leoa, como na sua família se castiga uma afronta.” (CARVALHAL, 2004, p. 123) O que perdura é a violência física praticada e aceita pelos membros remanescentes, como um instrumento para a correção de supostos desvios e insubordinações.

O narrador, portanto, estende o seu olhar sobre um tempo em que o desafio à imagem do pai levava a atos violentos e irremediáveis. Como o modelo da família burguesa torna-se proeminente, “a conflitualidade violenta tende, a partir dos anos 70, a restringir-se no que respeita à gravidade dos gestos, que não comprometem a sobrevivência das vítimas.” (ANICA, 2005, p.290-291). Por isso, a evocação ao “trono manchado de sangue”, típica do drama elisabetano, evidenciando o poder esvaziado. Justifica-se, portanto, a simpatia do narrador pela imagem preservada do patriarca, mesmo que a sua prevalência demande a destruição dos que lhe trouxeram à vida.

O revolvimento no seio da própria família deixa à mostra as fissuras de um mundo que à primeira vista parece ordenado e previsível. Mundo esse que, mais adiante, há de ganhar nova conformação, diante das contundentes transformações finisseculares que afetarão a família e o país.

Cristóvão, por fim, conclui “prometo cem anos de indulgências plenárias do nosso Beatíssimo Padre a quem quer que me descubra um homem da estofa do meu avô.” (CARVALHAL, 2004, p. 126) Trata-se de crítica às mudanças nos relacionamentos, consoantes com as voltas que o mundo dá, mas também de um réquiem para aquele que não pode mais funcionar como paradigma de uma sociedade que ganha outra conformação.

### §

Também na narrativa de Rodrigo Paganino, experienciamos, enquanto leitores, a mais completa solidão, por meio d’*O romance de um céptico d’aldeia* (1861). Como exposto anteriormente, o protagonista é um homem que não acredita em Deus e que, mesmo depois de arrastar consigo a amada por um tortuoso caminho, mantém-se firme à sua convicção: “Ela acreditava em mim como num livro aberto. Convenci-a da loucura dos seus desejos, e da fé que me prestava, nasceu a descrença na fé em que se criara. A minha maldade crestou a inocência daquela virgem, como o mau vento cresta a relva: e a apaixonada donzela conheceu que era mulher, e envergonhou-se de o ser.” (PAGANINO, 2003, p.30)

Ana Silvia Volpi Scott (2002) guarda as diferenças etnográficas entre a Europa e a Península Ibérica e mais precisamente entre o norte e o sul de Portugal, sendo que nestas últimas regiões estas demarcações permaneciam perceptíveis havia cinquenta anos. A autora observa que vetores de maior contundência no Entre Douro e Minho — a emigração é um deles — resultaram em maior mobilidade da população, menor taxa de nupcialidade e crescimento das uniões informais, assim como o maior número de filhos ilegítimos. E prossegue: “Embora estas formas de relacionamento alternativo não fossem exclusivas das mulheres das camadas sociais menos privilegiadas, percebemos uma nítida afinidade entre a ilegitimidade, o concubinato e algumas parcelas mais pobres e sem terra da população.” (SCOTT, 2002, p.25) Isso porque o processo para legalizar as uniões era dispendioso para as camadas mais baixas.

### Álvaro do Carvalho: o maldito



Figura 11 - Retrato de Álvaro do Carvalho, réplica de outro existente na sala de sua neta Dra. Mariberta Carvalho – Disponível em: <http://clubehistoriaesvalp.blogspot.com/2011/02/167-aniversario-do-nascimento-de-alvaro.html>

Da “pedra fundamental” lançada em 1821, até a sua concretização em 1867, o projeto do código civil se arrastou por quarenta e seis anos. Um dos maiores entraves para os legisladores dizia respeito ao Capítulo I, referente ao casamento e, mais precisamente, o artigo 1057º, redigido da seguinte forma:

Os catholicos celebrarão os casamentos pela forma estabelecida na egreja catholica. Os que não professarem a religião catholica celebrarão o casamento perante o official do registo civil, com as condições, e pela fórma estabelecida na lei civil. (CÓDIGO CIVIL, 1872, v.2, p.4)

Apesar de o registro civil ter sido criado por Mouzinho de Oliveira ainda em 1832, este só se tornou obrigatório em 1911, com o advento da República. Não existindo registros civis nas localidades, coube aos párocos continuarem atuando na legalização das uniões, mantendo o caráter dúbio do casamento, à medida que se mantinha a inovação formal estreitamente vinculada à tradição religiosa.

O que faz um sujeito que não acredita em Deus e se vê instado a constituir família? A opção pela união sem registro civil e/ou religioso acontecia mais do que era desejável, nas camadas populares, mas continuava a ser motivo de vergonha para o casal e os familiares. Há que levar em conta a época e o lugar e, desde o início do conto, percebe-se um preço a pagar pela ousadia. Continua o narrador: “Para ninguém podia já ser mistério o seu estado [a gravidez de Joana]: a pobre mãe que vira a perdição da filha deixou-se finir de mágoa.”. (PAGANINO, 2003, p.30)

Deixando a terra natal por conta das maledicências, ambos perdem as raízes familiares e comunitárias e, com elas, a identidade. Nem o forasteiro, nem sua família interagem com os novos vizinhos, marcados que estão pela insígnia da vergonha. Sequer sabemos os prenomes e sobrenomes do homem e da criança. Joana chora, mas não se queixa, porque calar é uma virtude feminina, como Michelle Perroux salienta:

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. (...) Pois o silêncio era ao mesmo tempo disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social e familiar — as paredes das casas abafam os gritos das mulheres e das crianças agredidas — pessoal. Uma mulher conveniente não se queixa, não faz confidências, exceto as católicas a seu confessor, não se entrega. O pudor é uma virtude, o silêncio, sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza (...). Este convém à sua posição secundária e subordinada. (PERROUT, 2005, p.9-11)

Mais que um simples documento, o que está em jogo é o poder do sacramento, numa sociedade predominantemente católica, e uma promessa de futuro. Nada pode assegurar uma

vida tranquila à filha do casal; daí a imensa amargura que acomete a mãe e a culpa que assola o pai.

Desde o primeiro Código Civil de 1867 que a lei da filiação estava dividida segundo dois tipos de filiação; a legítima e a ilegítima. A finalidade declarada dessa distinção era a proteção do que se chamava então “a família”. O conceito de “paz das famílias” era aplicado só a famílias legítimas, isto é, as que se baseavam num matrimônio legalmente constituído.

Este primeiro código ia ao ponto de proibir o reconhecimento oficial pelos pais de crianças adúlteras. Para além do que, inspirando-se no famoso artigo nº 130 do Código Napoleónico, proibia ações de investigação de paternidade. (CABRAL, 2003, p.104)

De acordo com a narrativa, a única saída possível para o impasse é a conversão, que se processa no pai, graças à intervenção da menina, como ele próprio confessa: “Aquele voz infantil veio despertar-me a fé adormecida, como à mãe extremosa, quando a dormir, os choros do filho querido acordam. Desde esse momento, um raio de luz alumiu-me as trevas em que vivia”. (PAGANINO, 2003, p.32)

O padre, chamado para ouvir a confissão, apresenta-se como a chave para formalizar a família, por meio do casamento e do batismo, todos ministrados à beira da cama do moribundo. O sacramento da Extrema Unção também é significativo, porque, ao aceitar Deus e se arrepender, o forasteiro está apto a ingressar no universo católico, o que não só consola, mas também confere a sensação de pertencimento a uma comunidade.

Dessa forma, garante-se não só um assento para o pai na “outra vida”, mas também um esteio para a mulher e a criança, que hão de prosseguir a caminhada. Ademais, estando as más línguas apaziguadas, se contemplaria a comunidade como um todo, o que nos leva a concluir, com Ana Silvia Volpi Scott, que:

Quando não era possível aceder aos modelos, contornava-se a norma, subvertia-se a ordem, mas no inconsciente coletivo todos buscariam incessantemente atingir a perfeição familiar. As famílias alternativas, o desvio, o concubinato, só têm lugar quando a família legítima era inviabilizada, dada pouca disponibilidade de parceiros, ou pela dificuldade de se estabelecer um novo agregado, ou devido a sistemas de acesso e propriedade da terra pouco igualitários, ou ainda pela existência de sistemas de herança que privilegiavam uns herdeiros em detrimento de outros. Nestas condições os mecanismos alternativos poderiam aparecer e trazer mais complexidade e diversidade às organizações familiares. (SCOTT, 2002,21-22)

Parafraseando Camões, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” e mudam-se também os agregados domésticos, adequando-se conforme os ventos e as intempéries. Mesmo que restritos pelo gesso institucional se reinventam sempre, seja como for.



Em *A maluca d'a dos Corvos* (1888), a personagem principal é Mariana que, como o título indica, faz triste figura ao perambular demente e desgrenhada:

Vi na estrada uma mulher rota, descalça, muito miserável, mas conservando na figura e no andar uns restos de mocidade e de elegância. (...) fitou em mim os olhos grandes, luminosos, n'uma expressão intensa e dolorosa de interrogação. Foi apenas um clarão instantâneo. A luz apagou-se, e, baixando a cabeça com um sorriso idiota, apertou contra o peito, carinhosamente, um embrulho informe de trapos, como se acalentasse uma creança. (FICALHO, 1888, p.186-187)

Para compartilhar com o leitor a forte impressão que ela lhe deixara, o narrador, um forasteiro, procura se inteirar com um morador local sobre a sua história. Trata-se de uma camponesa, cujo pai não é mencionado, que trabalhava com a mãe na colheita da azeitona. Não sendo ambas possuidoras de terras ou outros bens que lhes amparem, levam mesmo assim uma vida digna. Ao se envolver com João, o filho do proprietário, Mariana engravida e, solteira, tem a criança. O amante propõe casamento a uma senhora de posses e continua a iludir a camponesa. Meses depois, ao encontrar com ele e a esposa na rua, Mariana se defronta com a verdade crua e perde o rumo. Particularmente, para as massas camponesas, o custo de uma gravidez ilegítima era muito maior, porque privava a trabalhadora do seu sustento. A gravidez, portanto, acentuava a desgraça. O próximo passo possível para a mulher estigmatizada seria a prostituição, de que Mariana escapa através da alienação.

Quanto ao recém-nascido, figura como um termo acessório, faltando-lhe a identidade, relegado que estava, desde o início, à marginalidade. Mariana evoca Medéia, que ceifa a vida de seus filhos, por amor a Jasão, e enlouquece. Diferentemente da tragédia grega, o infanticídio não ocorre por vingança, mas por desengano, já que a jovem mãe também se dispõe a morrer, diante de uma sociedade cruel e fechada em suas regras.

Primeira edição de “Uma eleição perdida”

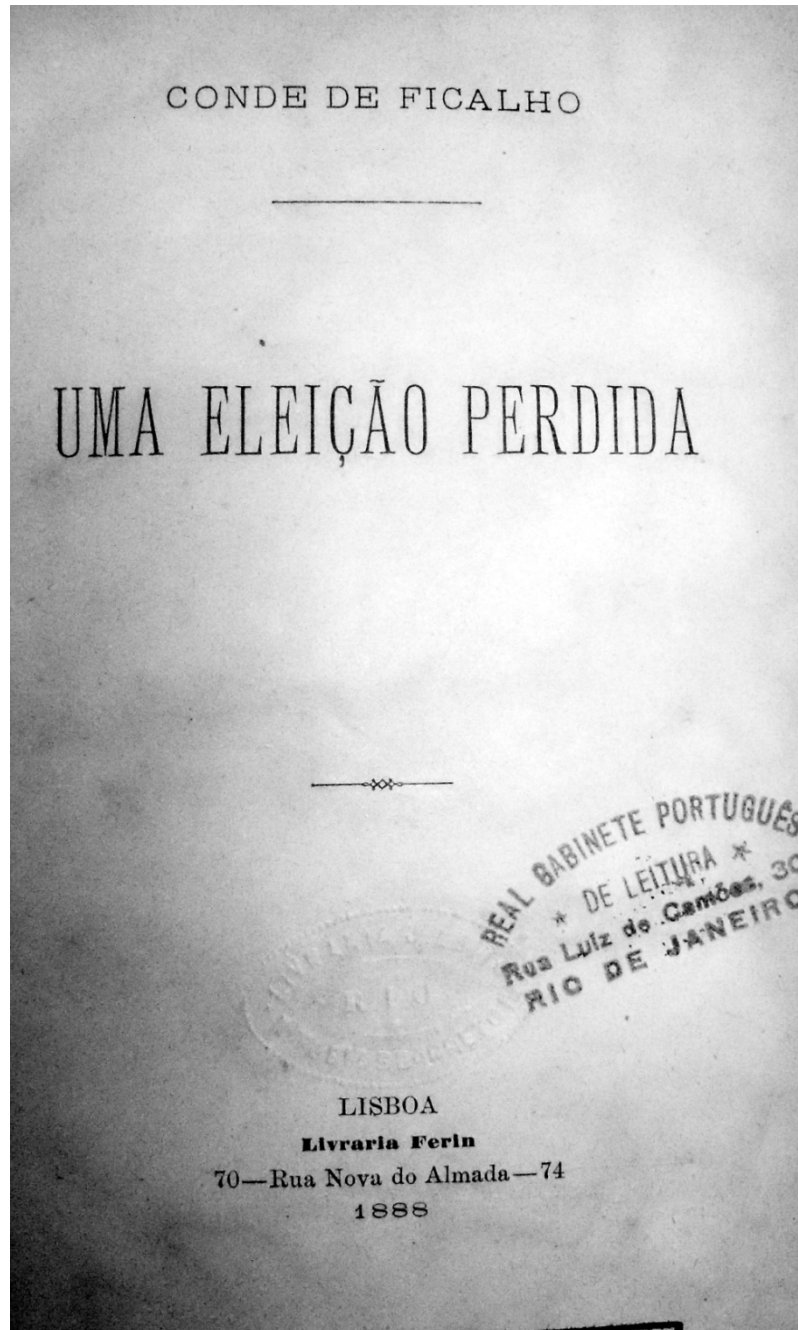


Figura 9 - Folha de rosto da primeira edição de “Uma eleição perdida” – FICALHO, 1888.

A distinção por gênero mais uma vez é determinante no destino das personagens. Mariana tem a vida arruinada, na mesma medida em que João ascende socialmente. Livre do constrangimento da paternidade, “o João está presidente da camara municipal; e o sogro espera, por ocasião das eleições geraes, obter para elle o titulo de visconde”. (FICALHO, 1888, p.202)

Respeitado pesquisador da fauna e da flora, o Conde de Ficalho mostrou-se também um acurado observador da natureza humana, procurando imprimir verossimilhança às narrativas ficcionais. Assim como o escritor, seu público leitor, que depositara as esperanças na Regeneração, encontrava-se desencantado, porque as expectativas em relação às mudanças pretendidas pelo liberalismo eram maiores do que a capacidade do Estado de dar seguimento às promessas.

### §

Camilo Castelo Branco torna a abordar o tema da bastardia na novela *O filho natural*, constante no segundo volume das *Novelas do Minho*, de 1876. Em princípio, a *Tomásinha da botica* guarda algumas semelhanças com a Mariana, do conto do Conde de Ficalho, no que concerne à ingenuidade e à inexperiência, que as impele à paixão, sem sobrepesar as consequências futuras. O roteiro segue previsível: após a sedução, a gravidez indesejada, o enfado do amante e o abandono da seduzida.

No entanto, a partir desse ponto, as narrativas se desirmanam. Enquanto Mariana se evade pela janela da loucura, Tomásia toma um atalho insuspeitado. Em princípio, a filha do boticário mostra-se uma leitora ávida de romances, e, a esse respeito, o narrador adverte as famílias: “Contemplai uma victima dos romances, ó paes e mães de famílias!”(BRANCO, 1979, p.17) Na verdade, Camilo realmente acreditava no que dizia, a respeito de certa literatice que grassava com o crescimento do universo de leitores, em especial junto ao público feminino. Como Paulo Motta de Oliveira observa:

É natural, que o autor várias vezes chegue a afirmar que a literatura não tem, nem pode vir a ter nenhum poder pedagógico. Se, por várias vezes, fala dos malefícios causados pelos romances – num tópico que mais uma vez o aproxima de Flaubert, [...] em alguns finais dos seus próprios romances explicitará a sua descrença em qualquer função edificante da sua produção literária. [...] o romancista não pode esperar que a literatura produza um efeito salutar em um mundo em que a moralidade parece não ter espaço. (OLIVEIRA, 2010, p.128)

Pela suspirosa donzela se apaixonou um aristocrata de antiquíssima família, no que é plenamente correspondido. Quando o pai descobre a desonra que mancha o nome de sua filha, Vasco, o sedutor, retira-a de casa e passa a viver com ela. Desde já se percebe que não era o amor, mas a linhagem o que o impelira ao “ato de nobreza”.

O modelo de virilidade no qual Vasco decalca a própria masculinidade fora construído no universo aristocrático, do qual faz parte. Como a paixão não turva o seu olhar, ele percebe claramente que a rapariga a quem oferece o braço, num gesto de galanteria, não se equipara às de sua classe social. Mesmo assim, ele segue em frente por ser um nobre desde a criação e sentir-se no dever de estender a mão à mulher decaída.

O boticário fecha a farmácia, passa a vestir luto fechado e, por fim, morre de desgosto. Tomásia, nesse ínterim, já começara a viver os seus próprios dissabores, visto Vasco começar a se entediar com a vida provinciana. Mesmo nos derradeiros carinhos, “o que ele sentia era dó – uma piedade preventiva que se condói da mulher destinada ao abandono, piedade que não torna quando afinal soa a hora do tédio e do desamparo.” (BRANCO, 1979, p.26) Ela sofre com a indiferença do amante, sente saudades e culpa por ter abandonado o seu pai, mas ainda acredita na aura mágica da maternidade para reverter o desengano:

[Tomásia] fiava-se, ainda assim, nos maviolosos enleios da porvindoura criança. O egoísmo não lhe dava laço de recordar-se com angústia da causa que a fazia esperar tanto do amor paternal: devia ser o grande amor que seu pai lhe tivera, o insano mimo com que ele a criara, acalentando-a nos braços, desde os quatro anos em que ficara órfã de mãe. (BRANCO, 1979, p.29)

Tomásia tem uma ideia de paternidade preso doente e responsável, porque assim fora criada pelo pai viúvo. Mas Vasco Marramaque, criado em conformidade com o modelo aristocrático, tem opinião diversa, que ele externa quando do nascimento da criança:

Dizia que ficava muito jubiloso com a notícia; arranjasse uma ama e mandasse criar fora o menino, porque a estação ia muito agreste; mandava que recomendasse à mãe que se acautelasse do frio, que o baptizasse em nome dela e lhe pusesse o nome que lhe agradasse; ordenava finalmente ao feitor e à mulher que fossem padrinhos. Era uma carta em que não ressumbrava sentimento amoroso de pai nem de amante, salvo a recomendação de que tivesse cuidado com as constipações. (BRANCO, 1979, p.36-37)

Nas entrelinhas da carta, percebemos que Vasco deseja se desimpedir do constrangedor legado. Mas observamos também ideias sobre a criação de filhos oriundas da classe social que representa, como aponta Mark Poster, a partir de análise da estrutura do lar aristocrático:

As crianças estavam na mão de fâmulos e criados desde o momento em que chegavam ao mundo. Pais e mães raramente se preocupavam com os filhos, especialmente durante os primeiros anos formativos. Os cuidados com os filhos eram considerados abaixo da dignidade de uma dama aristocrática. As crianças eram consideradas pequenos animais, não objetos de amor e afeição. No dito sarcástico do ensaísta Montaigne: “Adoramos as crianças pequenas, para o nosso próprio divertimento, como macacos, não como seres humanos.” Nesses, e em todos os outros aspectos, a aristocracia apresenta um acentuado contraste com a burguesia do século XIX. (POSTER, 1979, p.198)

Portanto, a frieza na acolhida das notícias sobre o seu primeiro filho e as duras recomendações para os padrões do tempo são fruto da própria educação que recebera, enquanto membro da linhagem dos Marramaque. Como a história se inicia com o jovem Vasco, em 1846, aos 23 anos, tornando-se pai três anos mais tarde, entende-se que nesse tempo a aristocracia portuguesa já se encontrava em franca derrocada e a “onda burguesa” já batia às portas, o que se tornaria definitivo em 1851, com o início da Regeneração. No entender de Tomásia, entretanto, não seria essa a educação destinada ao seu rebento, como, na carta seguinte:

Respondeu a Vasco, dizia que o menino seria baptizado sem nome de pai, e com os padrinhos indicados; quanto, porém, a mandá-lo criar, declarava que a ama de seu filho havia de ser ela; mas se Vasco instasse pela criação fora, em tal caso teria ela de sair com o filho. (BRANCO, 1979, p.37)

Além de demonstrar compreender bem o lugar para o qual seriam rechaçados, ela e o bebê, Tomásia sugere também um modelo de criação atrelado à visão de sua própria classe. Novamente Mark Poster nos ajuda a dimensionar a educação burguesa:

O padrão emocional da família burguesa é definido pela autoridade restringida aos pais, profundo amor parental pelos filhos e uma tendência para empregar ameaças de retirada de amor, a título de punição, em vez de castigo físico. [...] A estrutura da família burguesa é eminentemente adequada para gerar pessoas com estruturas do ego que alimentam a ilusão de que elas são seres autônomos. Tendo internalizado os padrões de amor e autoridade num grau sem precedente ao fixar num superego as energias corporais deslocadas, o burguês vê-se como sua própria autocriação, o senhor de sua alma, quando efetivamente é o resultado de complexos processos psicossociais. Pode-se avaliar a importância política e social desse fenômeno quando se percebe que o proletariado acabou adotando essa mesma estrutura de família. (POSTER, 1979, p.196)

Mesmo no auge da atribulação, em que se pergunta sobre o futuro de ambos, Tomásia não deixa de agarrar-se à criança e encontrar nela motivos para amparar-se também. Torna esta ligação indissolúvel por toda a vida.

Sem liturgia ou bens, a chegada da criança representa para a mulher jovem, solteira e desonrada mais um obstáculo. O abade de Pedraça resume a real situação do recém-nascido: “O Sr. Vasco Pereira não pode reconhecê-lo no acto do baptismo, isto é, não quer, porque, reconhecendo-o, prepara complicações e dificuldades aos filhos legítimos, se os tiver. E é

natural que os tenha, porque o Sr. Vasco é rapaz, é fidalgo, e, mais hoje mais amanhã, casa.” (Branco, 1979, 41) Tomásia vê o chão a seus pés ruir. O arrependimento bate à porta, não só pelo que fizera à sua ascendência, mas também pelo que oferece à descendência. Como Michelle Perroux observa:

O “nascimento ilegítimo” é a vergonha sem remissão e, para o bastardo, uma tara indelével. Sem legitimidade, ei-lo entregue a todas as explorações, a todas as humilhações. As vilas [...] acumulam-no de apelidos ridículos. A sociedade vê os enjeitados como delinquentes em potencial, e trata-os como tal. Os filhos ilegítimos seguem do orfanato para o reformatório, como um caminho natural. (PERROUT, 2009, p.252)

Diante de iminente tragédia, não admira que Tomásia se lance ao chão aos gritos e rasgue as roupas, tal qual um coro grego. Ela recusa a reparação econômica que o ex-amante deseja fazer. Há de voltar para a casa de seus pais e reassumir a botica, que lhe ficara de herança.

Abre-se, portanto, uma janela para que se mantenha a dignidade de Tomásia e seu filho. E o mesmo abade, que vem comunicar-lhe o fim da infeliz união, se comove com a altivez da mulher abandonada e se pronuncia como padrinho da criança: “Deu-lhe o seu nome, o sobrenome de seu avô boticário e o apelido de sua avó materna. Chamou-se o menino – Álvaro Afonso da Granja.” (BRANCO, 1979, p.49)

Álvaro passa a viver unicamente com a mãe que, por sua vez, torna-se o chefe da família, ainda que nenhuma mulher seja reconhecida como tal pelos censos da época. Quando Álvaro adolece, o padrinho convence a mãe a entregar o menino a outro afilhado seu, um enjeitado – Álvaro, como ele - que fizera fortuna no Brasil. “Escrevera ele ao afilhado do Rio prevenindo-o que estava educando um outro Álvaro para lho entregar, contava-lhe sentimentalmente a história desta criança sem pai. O brasileiro não respondeu; veio pessoalmente buscar o seu prometido filho. “Sê tu pai dele” – dissera-lhe o padrinho. (BRANCO, 1979, p.76-77) Apesar da mãe opor alguma resistência, a verdade é que “(...) o filho de Vasco Pereira Marramaque era um menino pobríssimo, que o amor materno não devia esquivar ao trabalho e ao destino que o padrinho lhe talhara.” (BRANCO, 1979, p.75)

Antes de viajarem, o brasileiro ainda encontra oportunidade de apresentar o menino, que pelos idos de 1863 contava com doze anos, ao seu pai. O deputado Vasco Marramaque tornara-se há dias o visconde de Alvide e estabelece com o Álvaro mais velho o seguinte diálogo:

— O senhor?... Então enriqueceu? Muito folgo. E este menino é seu filho?

— Não senhor respondeu Álvaro a meia voz. Este menino é filho de V. Ex.<sup>a</sup>.

O visconde fez dois gestos indecisos entre a surpresa desagradável e o receio de que os lacaios escutassem.

— Vai comigo para o Rio – prosseguiu o Brasileiro – e, como a morte por lá é mais frequente, não quis eu que ele, tendo de morrer na flor dos anos, fosse deste mundo sem conhecer seu pai. Eu aprecio muito este lance porque fui enjeitado.

O menino fitava como assustado o rosto do visconde, que também o encarava atentamente. (BRANCO, 1979, p. 82)

Pai e filho se encaram como estranhos. Para o bastardo é defrontar-se com o que nunca teve. Para o pai, a maior preocupação diz respeito à hierarquia social. Para este último, nada havia de mais deplorável que a bancarrota, para onde se encaminhava a passos largos.

Após o seu casamento com a Sr<sup>a</sup>. Leonor de Mascarenhas, o fidalgo fiara-se nos oito contos de réis acumulados com a venda de terras, estabelecendo uma família de acordo com seus parâmetros nobiliárquicos. Como o conceito de família para a aristocracia era mais amplo, além da família nuclear “incluíam uma mistura de parentes, dependentes, criados e clientes. Podiam consistir num agrupamento desde 40 a 200 pessoas. [...] Os aristocratas consideravam-se parte de uma rede de relações de parentesco ou linhagem, cuja preservação era de suprema importância.” (POSTER, 1979, p.196) Tendo o sogro, dois cunhados e seis filhos para sustentar, uma mulher para prover e exhibir, somado a um gosto desmesurado pelo jogo, não era de estranhar que a herança fosse à míngua.

Quanto a Álvaro, à medida que se torna adulto, passa a protagonizar a narrativa. Granjeia fortuna no Brasil e leva para lá a mãe, após alguns anos. Mesmo assim permanece melancólico. “Na verdade aquela criança bebera no leite da mãe as lágrimas que ela represara. Crescera tolhiço, magrinho e pálido, como os filhos das casas opulentas e velhas raças.” (BRANCO, 1979, p.76). Trata-se de uma primeira identificação com os ancestrais nobres.

No retorno, Álvaro depara-se com as agruras por que passa o pai tornadas públicas. Tanto que até o próprio visconde “gelou de espanto quando assim, aos 44 anos de idade, se viu desvalido com seis filhos, com a importância política perdida, desacreditado porque a nenhum era útil nem temível. (BRANCO, 1979, p. 87) Decide-se, com o apoio da mãe, a ajudá-lo. Para isso, cria uma artimanha para se reapresentar, dizendo-se mal-sucedido na empresa ao Brasil e necessitando do auxílio paterno. Uma vez diante do pai, Álvaro:

Premeditara o que quer que fosse na hipótese de ser bem ou mal recebido; mas o gélido sossego com que o pai lhe falava impunha-lhe moderação no artifício dos arrebatamentos finais. De mais a mais, enganara-se cuidando que o sangue dos filhos, na presença dos pais, golfava aquelas tempestades que os dramaturgos levantam nas cenas do reconhecimento. Sentia-se a falar com aquele pai como com qualquer outro visconde. Se Álvaro fosse crenteiro até à parvoíce, duvidaria se com efeito Vasco Pereira era seu progenitor, visto que a natureza não gritava. (BRANCO, 1979, p. 99)

Mais uma vez o narrador ironiza o ideário romântico da “voz do sangue”. Apesar de fazer lembrar à mãe o jovem Vasco e evocar o filho legítimo mais velho do visconde, Álvaro não se reconhece enquanto parte daquele que o concebera. A aparência não é suficiente para conferir-lhe a identidade com esse braço da família.

Mas a força do dinheiro pode lhe restaurar a condição de filho, ainda que bastardo. Álvaro não restaura junto ao pai o laço familiar cindido, mas recebe da meia irmã — a filha mais velha do visconde — a acolhida mais do que necessária. No dia seguinte, quando Maria da Piedade vai visitá-lo com o intento de entregar-lhe as suas jóias e salvá-lo, descobre ser o rapaz bem situado, encontra-se com a mãe dele e abre uma nova possibilidade de relacionamento em família: “Álvaro restabeleceu-se. Foi a felicidade que o salvou? Foi aquele amor de irmão, amor indefinível e santíssimo, que o distraiu da morte e o encheu das forças vitais que a ciência nega ao milagre e concede ao mistério?” (BRANCO, 1979, p. 105)

Apesar de não subtrair-se à condição de ilegitimidade, Álvaro conquista identidade e pertencimento. E o dinheiro lhe permite aspirar e alcançar esse objetivo. Álvaro também sugere um contraponto à figura paterna na medida em que se apresenta como um novo paradigma de masculinidade, em conformidade com os padrões burgueses, como explica José Carlos Barcellos:

De fato, dificilmente Camilo poderia passar ao largo de uma tendência muito marcada da cultura do século XIX, que a crítica mais recente vem ressaltando, a saber, a da reconfiguração do ideal de homem nos termos da assim chamada “masculinidade moderna” (Mosse, 1996). Esse ideal que se espraia para todos os âmbitos da cultura oitocentista, da medicina à pedagogia, é forjado a partir da confluência de três linhas-de-força: a estética da Antiguidade clássica, tal qual redescoberta pelo século XVIII; as virtudes militares da aristocracia (coragem, sangue-frio, lealdade, etc.); e as virtudes familiares e econômicas da burguesia (o homem como protetor e provedor do núcleo familiar). (BARCELLOS, 2010, p.98)

Álvaro passa, portanto, a ser o protetor e o provedor das duas famílias, justificando assim a sua existência. Definitivamente, o mundo finissecular ganhava de pouco em pouco um novo rosto.



Tantos filhos naturais nas diversas narrativas estudadas, entre 1851 e 1888, demonstram ser este um tema que mobilizava os leitores e a sociedade oitocentista, como um todo. E tanta inquietação repercutia nas discussões entre os juristas, demandando leis que dirimissem impasses, solucionassem jurisprudências e atendessem a população mais pobre e também a classe média. Aos poucos, mães solteiras e crianças ilegítimas passaram a ser içadas das águas turvas em que tinham estado e ainda permaneceriam, apesar dos tíbios avanços, por um longo tempo.

Como Peter Gay indica, “a ficção do século XIX funcionava como uma ponderada advertência contra os perigos das paixões precipitadas, das alianças inadequadas e das irregularidades conjugais.” (GAY, 2003, p.134) Mas também gratificava o leitor em busca de emoções mais fortes, pois antes do “temido castigo” que a gravidez indesejada proporcionava, havia a paixão, a entrega e o gozo dos amantes. Por isso os romances açucarados mantinham as suas legiões de adoradores e detratores, e os próprios autores alertavam para os ‘estragos’ que essa literatura podia causar às moças, sobretudo. Havia uma “incerteza burguesa do século XIX em torno da expressão erótica, a ansiedade desesperada tanto pelo conhecimento quanto pela ignorância.” (GAY, 2003, p.143)

Suprema vergonha e humilhação para as famílias, a bastardia foi o mote para as mais diferentes reações nos seios das famílias. Desde as soluções radicais, que resultavam em infanticídio e abandono, até as acomodações, contando com a cumplicidade entre os membros. Todos esses caminhos tortuosos resultaram em lendas recontadas até hoje, à hora do jantar, como marcas de identidade de cada agregado doméstico, sejam elas edificantes ou não. Por muito tempo, a desconfiança e o temor em relação ao filho natural perduraram na sociedade portuguesa, como Cabral relata, por conta de:

[...] uma noção estereotipada e altamente exagerada das desvantagens sociais encontradas pelos filhos ilegítimos nos seus primeiros anos de vida [que] acabam por suspeitar deles como adultos, pelos supostos defeitos de personalidade resultantes da sua educação. (...) Nas palavras do prof. Gomes da Silva, “na grande maioria dos casos, os filhos ilegítimos crescem ao abandono, sem qualquer educação e amparo, e só quando suspeitam terem provindo de um pai rico, procuram geralmente já em adultos e depois da morte dele, investigar a paternidade”. (CABRAL, 2003, p.105)

Ao fim e ao cabo, o filho ilegítimo paga pelo suposto erro dos que o conceberam. Afinal, “pau que nasce torto...” Como a conquista e a acumulação de bens e capitais eram o esteio do liberalismo, o bastardo, se perfilhado, chegaria para dividir e enfraquecer a família burguesa legalmente constituída, o que fazia da bastardia uma nódoa de difícil esmaecimento.

Houve casos como os de Maria Clementina, Amélia de Landim ou Álvaro da Granja, que conseguiram superar as adversidades. Mas houve também muitas crianças sem rosto e sem nome, que foram negligenciadas ou mortas, mandadas para terras distantes ou deixadas nas ruas.

Cabe inferir que *família* não é só uma. São várias, de tamanhos, condições e feitios os mais diversos. São os atores que interferem nesse traçado; algo que, timidamente, os escritores do século XIX começaram a descortinar.

## 5. UMA JANELA PARA O MUNDO: POLÍTICA EDUCAÇÃO E GÊNERO

*Progresso, civilização e ilustração* eram palavras de ordem no período da Regeneração, dentre as muitas “regenerações” tentadas antes de 1851 e mesmo depois de 1868. O governo não saíria incólume frente às questões oriundas do cotidiano da burguesia e do povo em geral, cujos interesses, na maior parte das vezes, eram irreconciliáveis.

O caminho para a modernidade possível não seguia em linha reta. Em meio a tantos redirecionamentos de ordem política e econômica, a vida em sociedade adquiria contornos mais plásticos: o que antes era impensável já podia ser admitido no convívio social, de forma mais acentuada nas urbes, onde aportavam as “novidades” europeias.

Nas aldeias e fogos, onde as mudanças, em meio ao século XIX, ocorriam lentamente, o poder patriarcal falava mais alto. Mas percebem-se revolvimentos sob a superfície aparentemente imperturbável.

### 5.1. Maternidade e poder

Retomando *O Filho Natural* de Camilo Castelo Branco, vale recordar como o personagem-título veio ao mundo. O filho de Vasco Marramaque com a *Tomàsinha da Botica*, Álvaro Afonso da Granja, é fruto de um namoro de portão, que cresce em dramaticidade quando a jovem, da baixa burguesia, abandona o pai para viver com o amado, um fidalgo de longínqua estirpe.

Vasco parecia contente do seu feito pundonoroso. A submissão amorosa da sua protegida a uma desonra incondicional era-lhe agradável ao orgulho. Como a paixão lhe não empoava já os olhos da alma, podia ver em si um homem extraordinário que, por simples impulso de cavalheirismo, dava em sua casa bizarra homenagem a uma rapariga da baixa condição de umas a quem a sociedade não costuma pedir contas... (BRANCO, 1979, p.22)

O autor, logo de início quebra o que poderia haver de romântico na empreitada. Não existe uma prerrogativa idílica que justifique, pelo menos da parte de Vasco, de furtar

Tomásia à ira paterna. Ao invés de um ato de amor, ele entende exercer um ato de nobreza em relação à sua “protegida”, evidenciando um claro desnível entre as classes sociais. Afinal a postura da aristocracia em relação à baixa burguesia era também uma distinção de classe, que foi se modificando à medida que as classes médias ascenderam, pelo esforço pessoal, ao poder.

Tomásia faz parte de um contingente ainda muito restrito de alfabetizados. Segundo o relatório nº 181, de 16 de agosto de 1870, emitido pelo Ministério dos Negócios da Instrução Pública, que funcionou entre junho e agosto de 1870, do universo de escolas existentes no reino, 3.700 unidades destinavam-se ao público masculino e apenas 840 contemplavam o sexo feminino. Das 4.000 freguesias, em 3650 não havia escolas para mulheres. Estimavam-se em 100 mil as matrículas masculinas, ao passo que as femininas beiravam as 27 mil matrículas. Na rede oficial a distorção era ainda mais gritante estando inscritos 85 mil alunos, contra as 14 mil alunas regularmente inscritas. (GOMES, 1985, p. 50-51) Há que salientar, no entanto, que na estatística não estavam computadas as jovens instruídas em casa. Diferentemente da formação masculina que era formal e realizada em estabelecimentos próprios, a educação feminina ocorria usualmente no ambiente doméstico, por meio de preceptores.

Além do público-leitor ser restrito, mais reservado ainda era o acesso a certos livros para as jovens, uma vez que a diferenciação por gênero demarcava as fronteiras para homens e mulheres. E para as jovens solteiras, a seleção de livros recheados com lições de moral e bons costumes constituíam-se em mais uma atribuição dos mentores.

Tomásia era como as adolescentes, suscetível às paixões, e os romances franceses como os de Eugène Sue, George Sand, Alexandre Dumas, pai e filho, eram considerados inapropriados para a formação das raparigas. Mas o boticário Macário ingenuamente não atentara para os possíveis riscos e sua filha passara a leitora contumaz dos romances que Vasco lhe ofertava. O narrador não se furta a alertar sobre este aspecto “pernicioso” da literatura:

Lia novelas que o fidalgo lhe emprestava, traduzidas do francês. A Salamandra de E. Sue fez-lhe estranhos abalos no organismo. Aquele personagem chamado Saffie, por quem as mulheres morriam de amor, enxertou-o em Vasco. Assimilava os capítulos como quem ingere cabeças de fósforos. (...) Às vezes chorava sem saber por quê. Punha a mão na testa, afastava com frenesi os cabelos e murmurava “anátema”, como Claudio Frolo. (...) Contemplai uma vítima dos romances, ó pais e mães de família! (BRANCO, 1979, p.17-18)

Quando o narrador exorta pais e mães de família a selecionarem a literatura oferecida às suas filhas, está a ironizar. Ele traz uma preocupação própria da época, quando muitos ainda acreditavam que a mulher instruída podia se contentar em ler o seu livro de orações e compilar um caderno de receitas. Como Maria Arisnete Câmara de Moraes salienta: “Quando se lê um texto sobre indicações de leitura para as incautas donzelas do século XIX, não se devem esquecer os códigos de moral vigentes que ainda estavam longe de admitir a prática indiscriminada da leitura tanto para homens quanto para mulheres.” (MORAIS, 1998) Assim como os papéis e os espaços, também as leituras eram marcadas por distinção de gênero.

Vitimados são, portanto, Tomásia e seu pai, quando ela parte sem olhar para trás. Enquanto Macário, o pai, morre de desgosto, Vasco se aborrece com aquela vida provinciana. Vai para a cidade, se elege deputado e apaixonase por uma cria legítima das casas mais tradicionais de Portugal, às portas da bancarrota.

Em vias de se casar, Vasco manda avisar Tomásia, que, a essa altura, esperava um filho seu, da decisão de não continuar a viver com ela. Para atenuar a vilania, lega à criança a propriedade onde residem mãe e filho, o que ela não aceita. Tomásia volta para a casa e a botica, que lhe restaram de herança, e sozinha passa a criar o seu filho. O abade de Pedraça fica tão impressionado com a atitude da jovem, que toma a criança como seu afilhado, vindo sua irmã a tornar-se a madrinha: “Dizia esta senhora que enquanto não se demonstrasse que as mulheres seduziam os homens, havia de ser indulgente com as seduzidas. (BRANCO, 1979, p.49)

O boticário que trabalhara para Macário começa a dar tímidos indícios de que deseja casar-se com ela. Aceitando o rearranjo, a jovem mãe garantiria o *status* de mulher casada e para o seu filho, o sobrenome do marido, que passaria, conforme as leis vigentes, a pai da criança. Passaria também a proprietário da herança que ela recebera do pai. Como sublinha Michelle Perrou, “o nascimento bastardo nos meios abastados gera as mais variadas formas de negociação. A mãe solteira não encontra casamento com facilidade, e é preciso oferecer uma compensação, sobretudo financeira.” (PERROUT, 2009, p. 252) Mas o que poderia parecer um negócio vantajoso, por lhe permitir “limpar o seu nome”, soa como inadmissível, para quem tem nos braços o filho de um Marramaque. Dissipada a aura romântica da paixão, em dezoito meses, ela descobre que a maternidade é divina para as mulheres legitimadas pelo

“sim” que dizem ao pretendente diante do padre e da audiência. Sobre as demais, paira um mal-estar perene.

Muito se discutia sobre o desamparo em que ficavam as mulheres que buscavam a satisfação dos próprios desejos, o que veio a se intensificar no último quartel do século. Gervásio Lobato — escritor, dramaturgo, jornalista e professor — traduz e publica em 1872 uma carta anônima intitulada: *Resposta de uma mulher a Alexandre Dumas Filho*, que, conforme justifica a suposta dama, busca responder algumas colocações sexistas do famoso escritor francês junto à imprensa:

(...) devo confessar-lhe que nego o código que actualmente temos o direito de punir este crime, porque as leis para serem respeitadas devem ser respeitáveis; deve ser a expressão da justiça, a manifestação mais perfeita da sabedoria; (...) ora, a immoralidade da mulher não é senão a consequencia da immoralidade do homem, em todo caso não existiria aquella se não existisse esta.

Na seducção da donzella, só pune o attentado brutal; se foi dissimulada destramente, a seducção fica impune: todas as armas são dadas á força que lucha com uma rapariga innocente e ignorante, o que é dupla fraqueza.

O homem, experiente e forte, tem todas as vantagens do seu lado, até mesmo a impunidade. (LOBATO, 1872, p.23)

Percebe-se que a insatisfação frente à impunidade masculina avança. Mas a questão suscita controvérsias entre os juristas, como Viveiros de Castro, por contemplarem a defesa da propriedade e a proteção do provedor da família frente possíveis abordagens oportunistas por parte das mulheres que se digam *ofendidas*:

Não convém julgar as virgens nem com o pessimismo de certos romancistas nem com a ingenuidade de collegial inexperiente. A moça de 17 annos sabe perfeitamente que para casar-se é necessário estar virgem, que a sociedade acolhe com respeito as mulheres honestas e repelle as prostitutas, avalia portanto as consequências da falta, defende-se e acautella-se, amparada pela vigilância da família. E se hoje as mulheres levantam-se contra a tutela masculina, se pouco a pouco vão conquistando na lei sua emancipação, se disputam ao homem na luta pela vida o acesso de todas as carreiras, não é muito exigir dellas que saibam defender-se com a mesma habilidade com que conquistam um marido ou uma posição social. (CASTRO, 1897, p.108-109)

A emancipação feminina, à medida que se aproxima o fim do século, ganha corpo, mas o relacionamento de uma mulher pobre com um homem bem aquinhoado continua a levantar questionamentos. Tomásia torna-se uma figura controvertida porque, ao deixar a casa paterna ébria de amor, personifica o maior medo da família burguesa: a desonra. Mas também é o paradigma da superação, porque subverte a adversidade, ao tomar para si as rédeas da própria vida, como Irene Vaquinhas observa:

É forçoso reconhecer à mulher uma real participação no poder, se bem que nem sempre visível ou formal e publicamente aceite. E tal participação deve encara-se de duas maneiras: de uma forma passiva, pela força simbólica do feminino, onde se cristalizam ideias e

esperanças; de uma forma activa, pela acção concreta de mulheres que reivindicam uma participação viva na vida política, tomando como ponto de partida o seu papel reconhecido pela sociedade – e também por elas assumido – na família (VAQUINHAS, 2000, p.38)

A participação de Tomásia restringe-se à própria sobrevivência, mas para isso ela é levada a sair de casa e arrumar um serviço rentável. Ela compreende que só poderá sobrepujar o preconceito pelo trabalho:

Um dia Tomásia resolveu-se: foi à Vila do Arco, onde tinha um parente. Alugou uma casinha, e anunciou-se como mestra de meninas. Quando o compadre o soube, já estava ela instalada, e exercia o professorado com seis educandas. [...] O que ele fez, melhorando-lhe a vida, foi conseguir-lhe a nomeação de mestra-régia.

Tinha muitas prendas de bastidor a filha de Macário, escrevia bem e ortograficamente, aprendera história nos compêndios de Vasco e nos romances. Deu-se zelosamente ao magistério, e chegou a tocar o sumo bem de uma vida conformada e serena. As famílias do Arco estimavam-na, recebiam-na e presenteavam-na liberalmente. A mancha estava delida. Álvaro, o pequenino anjo, parecia pedir indulgência para a mãe. [...] (BRANCO, 1979, p.71)

Tomásia sobrevive porque é filha da burguesia, mantendo os valores da classe: a austeridade, o apreço ao trabalho, a persistência e, por que não dizer, a virtude. Ela torna-se virtuosa na mesma medida em que se torna integralmente mãe, de onde emerge a possibilidade de remissão dos deslizes anteriores. E os livros, que estariam inicialmente entre os motivos para a sua ruína, são os que lhe oportunizam o ganha-pão.

Quando o filho parte para o Brasil, Tomásia permanece sozinha. Após adoecer, ele manda buscá-la. Até o fim da vida ela não torna a se casar, mas cria uma família às suas expensas. Vasco, ao contrário, com o correr dos anos, chega a visconde de Algilde, mas vê a base de sua estrutura familiar corroída, porque radicada nos moldes da aristocracia: muitos filhos e agregados em torno de um provedor, o que ameaça a sustentabilidade doméstica.

Álvaro Afonso da Granja apresentando-se sob o pretexto de pedir auxílio econômico — ele que já adulto não precisa de um vintém de outrem — ao pai, propõe-se intimamente a resgatar o que nunca teve: o reconhecimento paternal. Álvaro e Maria da Piedade — a filha mais velha do visconde — se reconhecem como irmãos e estabelecem uma ponte entre os dois núcleos familiares:

Álvaro Afonso da Granja deu pelas jóias de Maria da Piedade as quintas do visconde de Agilde, penhoradas pelo Banco Hipotecário. Piedade fez presente das quintas a seu pai, com a condição de viver seis meses de cada ano em Lisboa com seu mano Álvaro. Tomásia chama-lhe a sua filha; e D. Leonor Mascarenhas, quando fala de Álvaro, chama-lhe o bastardo. (BRANCO, 1979, p.105)

O saldo final da narrativa é uma mulher solteira que consegue, à custa de sacrifício, criar o filho com dignidade e duas famílias que estabelecem vínculo por intermédio dos meio-irmãos. Nesse sentido, a narrativa de Camilo revoluciona a enunciação sobre a maternidade, ao imbricá-la com o exercício do poder feminino. Irene Vaquinhas reflete que o *tornar-se mãe* passa a:

Uma atitude estratégica, se não mesmo tática. Invocar a maternidade é conferir dignidade e sentido de utilidade social às reivindicações formuladas, indo ao encontro de valores dominantes na sociedade, tentando transformá-los, sem, contudo, os pôr em causa. [...] Assistimos, por conseguinte, a uma estranha conjunção de elementos – uma finalidade subversiva servida por uma argumentação conformista. (VAQUINHAS, 2000, p. 48-49)

Apesar de viverem sob limites ainda estreitos, percebemos, pela movimentação dos atores, que um novo mundo nasce necessariamente no âmago da velha estrutura. E os embates liberais da primeira metade do século continuariam a percutir na mudança de mentalidades.

Tomásia apresenta uma configuração de heroína diversa das demais que figuram no presente estudo. Parte em busca do amor, o maior dos perigos segundo a moral da época, mas não morre de desengano. Em vez de aceitar um casamento de interesses com o boticário que se propõe a ampará-la, quando volta para casa com um filho para criar, ela envereda pelo caminho mais difícil, mas que paradoxalmente lhe permite manter-se íntegra. Mesmo carregando a pecha de mãe solteira e discriminada por isso, ela tem condições de se emancipar por meio de sua profissão.

As leitoras do século XIX bem sabiam como o destino pode ser cruel com as mães solteiras, a exemplo do que acontece com Mariana, da *Dos Corvos*. Entretanto, a história de Mariana, escrita doze anos depois, sob os auspícios da Geração de 70, delinea o desamparo a que estão votadas as mulheres das classes proletárias, sem o mínimo de qualificação e apoio, seja da família, seja do Estado, que lhe permitissem criar o filho com o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Tomásia, diferentemente de Mariana, não morre, nem mata; sobrevive à desilusão amorosa, graças à sua criação e ilustração, que foi se construindo no fazer diário.

Tomásia também difere substancialmente de Rosa, de *O fruto proibido*, que sobrevive em um casamento sem amor, mas se anula, ao abrir mão de sua verdadeira paixão. Tomásia ama, rompe com os padrões sociais, sofre por isso, mas sobrevive às próprias custas, mantendo-se livre. E a liberdade também tem seu custo e suas dores.



Diferentemente de Rosa, que se divide em diferentes papéis, de filha obediente, esposa virtuosa e mãe dedicada, mas não tem espaço para a expressão da própria individualidade, Tomásia abandona o pai e é abandonada pelo amante, mas dedica-se ao filho e conquista uma profissão. Seu filho, tal qual o de Rosa, torna-se um *objeto de investimento* como o denomina Michelle Perroux, ou seja, a criança passa a depositária de todo o amor das protagonistas e das expectativas em relação ao futuro. É essa dedicação incondicional que a redime dos males passados. E, como Perroux diz: “Enfim, o filho, sua saúde e educação são invocados como fundamentos dos deveres e poderes das mulheres. O próprio feminismo se apóia sobre a maternidade para fazer suas reivindicações (...)” (PERROUT, 2009, p.130)

Tomásia mantém-se solteira, mas torna-se independente e, nesse sentido, alcança condições melhores de vida, apesar do muito sofrimento por que passa.

## 5.2. Opção e direito

O casamento, mesmo no fim de século e meados do século seguinte mantinha-se como salvaguarda para os filhos e, mais notadamente, para as filhas da burguesia, o que mobilizava as famílias, com vistas ao *investimento no mercado futuro*. Entretanto, duas outras narrativas destoam dos encaminhamentos correntes, dando a entender que a situação começava a ganhar nova feição.

Na primeira, Júlio Dinis faz com que uma situação risível — a paixão de um velho médico que resulta em loucura e o percurso que faz da crença total no positivismo em busca do elixir da juventude — chegue às raias do trágico. *Uma flor de entre o gelo* integra a primeira edição de *Serões da Província* (1870). O conto foi publicado originalmente em folhetins, em 1864, no *Jornal do Porto*.

A dura vida do Dr. Jacob Granada forjou-lhe uma personalidade insensível. Como ele próprio disse: “Não conheci carinhos de mãe na infância [...] e extremos de amante na juventude. (...) quando devia viver para o sentimento, era a **razão** que dominava em mim.” (DINIS, 1990, p. 324-325) Em meio a cenário tão agreste, brotou a paixão avassaladora por Valentina; um amor refreado a duras penas pelo médico, que temia o escárnio da sociedade.

Essa flor, que degela o coração de Jacob Granada e o põe em contato com a vida, tem o seu quê de maravilhoso: o contato ainda que tardio com a sua própria humanidade. Mas também traz consigo o trágico, pois, ao perceber-se espiritualmente rejuvenescido, o personagem percebe também que tem o corpo marcado pelo tempo.

Valentina encontra-se na aldeia para se curar de moléstia não claramente diagnosticada, mas que consiste em “um mal interior que me ralava, que inquietava, que me impedia repousar. Impacientavam-me as distrações, sufocava-me a atmosfera das salas de baile e dos teatros, aborrecia-me a sociedade, sorria-me a idéia da solidão como de um claustro. Tenho a alma morta (...)”.(DINIS, 1990, p.316) É uma paciente que escapa ao controle, demole as crenças positivistas do velho médico e se distingue por expressar o que mais ninguém da aldeia tem a coragem de lhe dizer ou fazer. Não acredita nas mezinhas e recomendações clínicas, porque sabe que não vai encontrar a cura para os seus padecimentos morais. Sofre aos vinte anos, porque não se adapta, nem à vida superficial da cidade, nem à saudável, mas tediosa vida no campo. Sabe que o seu maior problema é encontrar um sentido para a vida e acredita no amor como possibilidade de remissão. Criada na corte, em muito se aproxima de Madalena, a protagonista de *A Morgadinha dos Canaviais* e de outras heroínas dinisianas: crédulas, como ela, mas também racionais e destemidas.

Quando Valentina descobre que palavras ardorosas são escritas na ermida e endereçadas a ela, cria uma cena de contos de fadas para justificar o sentimento idealizado que vê crescer. “É a história da princesa” conjectura. Vê a sua vida transformada pelo amor de um completo desconhecido e se rende, com a inconsequência da juventude.

Quem deflagra a expectativa de Valentina em relação ao amor verdadeiro é o. Dr. Jacob Após a saída de Valentina, ele subscreve os seus versos com a confissão de seu imenso e secreto amor, o que o aproxima de uma profissão de fé e sela o seu destino.

A vontade que Valentina sente de se entregar a uma paixão é forte, a ponto de suprimir o objeto amado. Faz nascer um universo onírico que não encontra sustentação no mundo real, até porque, estando ao lado do narrador, sabemos por antecipação o engano no qual a personagem incorre. A suposta condição inferior do amante seria um empecilho poderoso, não fosse o conceito romântico de que o amor transpõe todas as barreiras. Na verdade, nem todas são transponíveis, como se verifica adiante.

Valentina encontra-se à espera do seu amado-oculto, que a muito custo aquiescera a seu convite. Percebemos a inquietude, alternada com a esperança da jovem, até chegarmos ao

clímax, quando o Dr. Jacob sai da obscuridade e mostra a face de homem apaixonado. Nesse momento, o discurso em prol do amor incondicional cai por terra, pois Valentina não tem condições de arcar com o custo de sua impetuosidade. As ilusões se desfazem para ambos. A menina, que se ancorava no amor para dar um novo rumo à sua vida, vê a impossibilidade de corresponder a tão devoto sentimento, até porque o Dr. Granada é um médico, mas por ignorar as etiquetas da corte não pode se apresentar como um *elegante*.

Valentina esculpe com a imaginação o seu amado e o enquadra numa redoma “cor-de-rosa”, na qual não cabe o mundo real. Mas a realidade irrompe e estilhaça o previsível. Valentina cai das nuvens, porque, mais que paciente, é a contendora do Dr. Jacob Granada. Ela questiona a sua crença inabalável na ciência, critica a relação de poder junto a seus pacientes, zomba da sua postura de *talmud encarnado* (DINIS, 1990, p. 313) duvida que a Medicina possa dar conta dos padecimentos morais. Para ela, é impossível amar um homem assim.

Já, o velho médico consumido pela paixão, se percebe em logro, ao tirar a máscara para aquela que lhe prometera um amor despido de preconceitos. Para ele, o desenrolar dos acontecimentos é mais funesto, porque o seu equilíbrio era proveniente de costumes arraigados e de sua crença no positivismo. Apesar da couraça que o protegera até então, percebe o calcanhar exposto. A sua imagem se deteriora, apesar do coração continuar propenso a amar como um adolescente.

Seguindo o caminho inverso de Valentina, Dr. Jacob perde a conexão com a realidade e passa de médico a paciente. Mais irônica ainda é a sua loucura ter como esteio as suas premissas científicas, haja vista a referência a alquimistas ilustres e os procedimentos para alcançar a juventude eterna. Para o Dr. Granada o grande vilão passou a ser o tempo, o fio de vida se perdendo em contraponto com a vida de Valentina, que se inicia. A sua tragédia é precipitada primeiramente por se deixar guiar exclusivamente pelos desígnios da Razão, quando deveria fazê-lo à luz da Consciência. E também por conta do seu “coração indisciplinado” (GAY, 2003, 133) que lhe preparou uma arapuca.

Valentina tem “vinte anos, imaginação e futuro. Em tais circunstâncias as impressões são tão efémeras!” (DINIS, 1990, p.331) –, de forma que consegue superar a desilusão. Ela se encontra na aldeia de passagem; é uma mulher cidadina e instruída, que sabe optar e definitivamente o velho médico não faz parte dos seus planos. Diante da última reflexão de Valentina – “Para o ter amado, bastar-me-ia... Ter sido contemporânea de minha avó.”

(DINIS, 1990, p.331) o narrador cria empatia com suas jovens leitoras, pois quem, na flor da idade, não pensaria o mesmo?

§

Ao tornar-se redator do *Jornal do Porto* e *A Carta*, em 1855, Camilo Castelo Branco publica *Scenas contemporâneas*. Por meio do conto *As aventuras de um boticário d'aldêa*, Camilo transita em sentido inverso do de Júlio Dinis, transformando um tema que poderia chegar a proporções trágicas em tirada cômica.

O farmacêutico Manoel Pires firmara-se curando alguns males e, apesar de feio, fazia sucesso junto às mulheres. Numa dessas ocasiões, foi curar a tia Maria do Eiró, mãe da Mariquinhas, menina bem fornida, mas pobre de recursos linguísticos. Como tratou da rapariga e demais parentes da casa, quando o dono da casa adoeceu, o boticário se demorou mais por lá e aproveitou para falar ao coração da rapariga, vendo-se correspondido. Combinou então de encontrá-la à noite, para falar-lhe mais reservadamente, não sem antes jurar-lhe que não atentaria contra a sua honra.

Pontualmente às oito horas, conforme o combinado, estava no quintal da Mariquinhas. Mas tendo chegado o Tio João, a Mariquinhas, querendo esconder o mal-feito, levou o moço pra dentro de casa e, de tanto procurar lugar para escondê-lo, acaba por encerrá-lo no alçapão onde o pai guarda os cereais. O Tio João desconfia, há algum tempo, que a filha lhe rouba os grãos e resolve trancar o alçapão.

Manoel Pires, trancado, mas bem arranjado, com comida, bebida e um cobertor, põe-se a dormir. Quando o Tio João finalmente adormece, Mariquinhas foge com as calças do pai e as chaves para libertar o amado, mas, inadvertidamente, provoca um estrondo. O pai, na correria atrás de Mariquinhas, cai, parte a cabeça e desmaia. Depois do alarido, toda a cidade se concentra em torno da casa. Descoberto a dormir na dispensa, o Sr. Pires é instado a se explicar:

O seu character repellia tamanha afronta! A hora solemne d'uma honrosa satisfação estava chegada. O pharmaceutico, superando com a voz o ruído da turba conspirada, disse: — Chama cá a Mariquinhas que esse é que sabe do negocio como elle é. (...) essa rapariga é minha mulher se m'a derem. Eu vim aqui a troco d'ella. Em bom panno cahe uma nodoa. Mal remediado é mal acabado. Amanhã se Deus quizer lêem-se os banhos, e não há nada mais a fazer aqui! (BRANCO, 1925, p.52)

### Camilo Castelo Branco

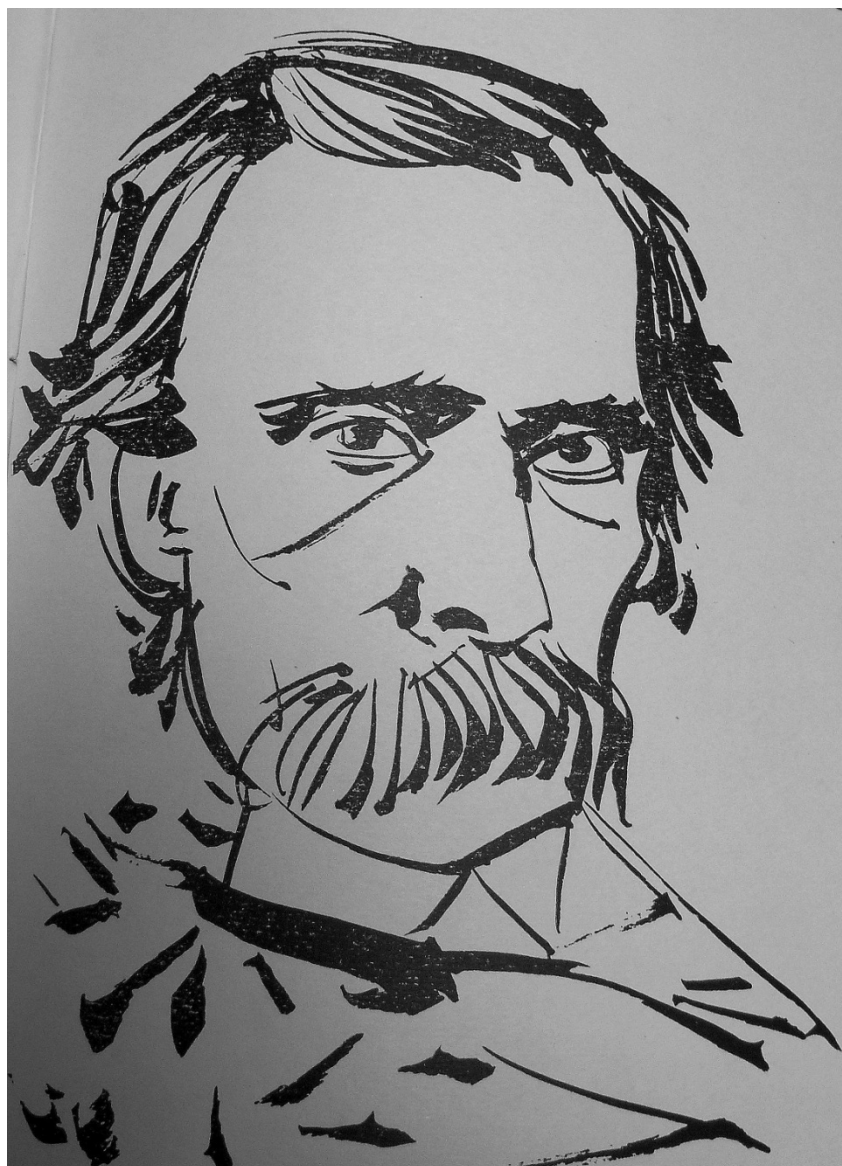


Figura 13 - Camilo Castelo Branco – Fonte: RIBEIRO, 1957. p. 206

A narrativa, que evolui para uma comédia de erros, chega ao seu clímax. Mais do que amor ou um ato heróico para salvar Mariquinhas, Manoel Pires preocupa-se em salvar a própria honra. Os presentes ficam desconcertados com o pedido de casamento, a começar pela menina e seus pais. Entretanto, sendo o boticário o melhor partido das redondezas, dá-se a situação por resolvida. Manoel Pires, de quebra:

Endireitou as costellas ao sogro, bebeu á saúde da boa companhia e casou com grande préstito, onde não faltou o juiz de paz, que teve de mais a mais o prazer de pendurar n'esse fausto dia o habito de Christo na casaca. [...] Mestre Manoel Pires espera ser deputado com um governo apreciador do verdadeiro talento; e a senhora Mariquinhas Pires já este anno veio a banhos de mar, e viu por ahi baronezas, que lhe despertaram o louvável desejo de o ser. E ha-de ser, se Deus quizer. (BRANCO, 1925, p. 52-53)

O autor brinca, portanto, com o horror que a família burguesa tem de ficar com uma filha desonrada. E jocosamente quebra a expectativa diante da situação constrangedora. No antigo regime, tal afronta, como vimos em narrativas anteriores, era suscetível a sanções violentas e definitivas. Mas os tempos são outros. A burguesia prescinde de métodos violentos para resolver suas querelas, porque o controle é também uma de suas virtudes.

O conto finaliza com as aspirações do casal: ele há de virar deputado e ela, baronesa, apesar de todas as falhas no que concerne à erudição. Esta é mais uma alfinetada que Camilo Castelo Branco dá na classe média portuguesa, que usa a titulação como porta de entrada para estratos superiores da sociedade portuguesa.

## §

Com *Uma Flor de Entre o Gelo*, obra de juventude e, por isso mais arrojada e menos afeita a um modelo, como o que fatalmente enquadrrou seus romances, que quanto mais bem sucedidos mais consolidados, Júlio Dinis ironiza a crença absoluta na Ciência e admite um final trágico para a narrativa. E a crítica subjacente à sua obra, ainda que inintencional, como diz Óscar Lopes (1990), ganha corpo e consciência, aproximando-o da Geração de 70.

Valentina é jovem, cidadina, bem informada e sabe escolher. Tanto que é ela quem desconstrói as cristalizadas convicções do médico, fazendo contraponto ao seu racionalismo.

Não há referência a pai, mãe ou irmão que a submetam. Valentina transita segundo a sua própria vontade. No entanto, Valentina apresenta sintomas próprios do sujeito urbano: melancolia e pessimismo. Tal qual um poeta romântico, Valentina escapa pela imaginação e idealiza o ser amado.

Como diz Peter Gay (2003) diante da rigidez de costumes, a saída é a paixão e o século XIX é o século do romance. O autor, no entanto, não cede ao sentimentalismo tacanho. Ele confronta o leitor com um episódio que “seria cômico, não fosse trágico.” Em tempos idos, a diferença de idade entre os casais não causaria espécie, tanto que Rosa de *O fruto proibido* casa com Januário, um homem muito mais velho, como era corrente. Mas casa por imposição paterna. Valentina toma pra si a livre escolha no campo do amor e mesmo sentindo-se amada, lamenta que não possa sentir o mesmo, após a revelação do amor secreto. O tempo é inclemente para os amantes. Valentina segue em busca do seu amor idealizado, que não sabemos se há de encontrar ou não. Para o Dr. Granada tal e qual a Mariana da *D’Os Corvos*, a única escapada possível é a alienação.

Fazendo o contraponto à narrativa trágica, temos *As aventuras de um boticário d’aldêa*. Ao jogar com tema tão sisudo segundo os padrões burgueses, o autor passa a desconstruí-lo pelo riso. Segundo Henri Bergson, equivalente a um *gesto social*, o riso:

Persegue (de modo inconsciente e até imoral em muitos casos particulares) um objetivo útil de aperfeiçoamento geral. Tem algo de estético, todavia, visto que a comicidade nasce no momento preciso em que a sociedade e a pessoa, libertas do zelo da conservação, começam a tratar-se como obras de arte. Em suma, se traçarmos um círculo em torno das ações e disposições que comprometem a vida individual ou social e que punem a si mesmas através de suas consequências naturais, fica fora desse terreno de emoção e de luta, numa zona neutra em que o homem serve simplesmente de espetáculo ao homem, certa rigidez do corpo, do espírito e do caráter, que a sociedade gostaria ainda de eliminar para obter de seus membros a maior e mais elevada sociabilidade possíveis. Essa rigidez é a comicidade, e o riso é o seu castigo. (BERGSON, 2004, p.15)

O romancista provoca o riso ao colocar o “caçador” Manoel Pires em posição de “presa”, sendo o boticário literalmente preso, primeiramente pelo alçapão e, logo em seguida, pelo casamento. Também é cômico que uma jovem com tão parca educação, evidente no seu linguajar, chegue a aspirar a um título nobiliárquico, como é próprio de uma classe emergente. Faz ver, por fim, que tudo passa a ser reparável, até a própria honra, pois como Paulo Motta Oliveira observa: “Sem ilusões, Camilo soube como poucos mapear, no mundo que o cercava, os embates e os acordos entre o dinheiro e o desejo, estas duas forças soberanas.” (OLIVEIRA, 2010, p.124)

Tanto Júlio Dinis quanto Camilo Castelo Branco, nos respectivos contos, rompem o estabelecido, na mesma medida em que subvertem o habitualmente imposto pelas convenções sociais.

### 5.3. Educação e mudança

Estudando pessoas e situações e transportando-as para o universo ficcional, Júlio Dinis veio a se firmar como romancista social. Do muito que vira e ouvira, dispôs de farto material para tecer os primeiros contos, publicados no *Jornal do Porto*, a partir de 1862. O primeiro a sair em folhetins foi *As apreensões de uma mãe*, entre março e abril daquele ano, vindo a compor posteriormente a primeira edição de *Serões da Província* (1870).

No conto *As apreensões de uma mãe*, o autor trata de uma situação comezinha: as preocupações de uma mãe com o futuro de seu filho. Ao partir de um sentimento comum aos pais e mães, particularmente os burgueses, o autor principiou por criar laços com o público-leitor, assegurando o jogo ficcional.

Segundo o paradigma burguês, capaz de criar uma dependência emocional intensa entre ambos, toda mãe tem um quê de extremoso e quase indulgente diante dos filhos muito amados, amor esse que se intensifica, no caso de um filho único.

A personagem evocada no título é uma viúva. E a viuvez lhe confere um nível de autonomia que outros estados civis não permitem às mulheres portuguesas do século XIX, embora também agregasse uma carga maior de responsabilidade na criação de um filho. Em se tratando de uma viúva com condição econômica e social acima da média, a Sr<sup>a</sup>. D. Margarida de Entre-Arroios recorre a três pessoas do sexo masculino e de relevo na aldeia (um médico, um padre e um “doutor em leis”) para, como era costume corrente, ajudá-la a encaminhar a formação do jovem Tomás.

Pelas Ordenações Filipinas, quando ocorria a morte do pai, o rapaz tornava-se órfão e a mãe passava à tutoria, o que demandava complicadas formalidades legais, com respeito aos bens de filhos menores. O advento do Código Civil avançou nesse sentido, ao associar a mãe ao poder paternal, o que até então não ocorria. Mesmo não estabelecendo a igualdade, consta no artigo nº 138 que as mães participariam do poder paternal e deveriam ser ouvidas em tudo que dissesse respeito ao interesse dos filhos. Consequentemente, na ausência ou impedimento do pai, caberia à mãe tomar a frente, conforme o artigo nº 139. Em caso de viuvez, a mãe mantinha o pátrio poder na sua plenitude (artigo nº 155), mas o pai poderia, em testamento, nomear conselheiros (artigo nº159), direito de que a mãe não gozava na mesma medida.



Ao recorrer aos três “notáveis”, D. Margarida procura se apoiar num conselho de família, formado por varões, para decidir o destino do incapaz (menor de idade). Quanto ao encaminhamento tradicional, o mais usual era um filho da elite tornar-se doutor ou padre. E esta formação dar-se-ia longe da terra natal, visto a educação formal em Portugal ser ainda nesse tempo, bastante precária.

Sobre a educação da tradicional aristocracia e da burguesia recém-chegada ao poder, cabem algumas considerações. Os ecos do iluminismo francês chegaram a Portugal em meio ao Setecentos, haja vista os textos que se referem particularmente à educação. Martinho Mendonça de Pina redigiu os *Apontamentos sobre a educação de um menino nobre*; Verney, *O verdadeiro método de estudar* e Ribeiro Sanches, as *Cartas sobre a educação da mocidade*, respectivamente em 1734, 1746 e 1760. As reformas que o Marquês de Pombal imprimiu à universidade e o impulso à academia de ciências entre os séculos XVIII e XIX foram iniciativas substantivas que impulsionaram a intelectualidade oitocentista. Portugal adentrou o século XIX com conquistas relevantes em termos educacionais, mas que não fizeram eco junto ao povo visto a estrutura contemplar os bem-nascidos, como Flausino Torres corrobora:

A educação ministrada num Colégio dos Nobres não é a mesma de um camponezito de Trás-os-montes ou de um pescador de Lagos. A educação que o regime liberal vai ministrar às classes populares não é a dos filhos membros da classe dirigente. (TORRES, F. [ca. 1974], p.167)

D. Margarida tem como direcionar a vida do filho, conferindo-lhe a melhor educação. Sua cota de sacrifício é tê-lo distante de si por muitos anos até voltar formado e ocupar o lugar que lhe é de direito e que, naquela sociedade, é bem demarcado, desde o berço. Mas a decisão é mais difícil do que se imagina.

(...) Enfim se achava decidida, ainda que com o coração despedaçado, a cumprir a vontade do marido, o qual sempre revelara desejos de que Tomás seguisse os estudos; que julgava ser a idade a que chegara o filho aquela em que convinha pensar na realização deste projecto, e que por isso pedia aos seus amigos, os quais folgava ver ali reunidos, que assentassem por uma vez qual das carreiras conviria ao Tomàsinho e quando se deveria marcar o dia da partida. (...) O advogado continuou:

— A jurisprudência, Sr<sup>a</sup> D. Margarida, é o sustentáculo da sociedade!

—A medicina, minha senhora —replicou o médico — é a âncora da humanidade!

— A teologia é o esteio da religião — disse por sua vez o abade, em tom de oráculo.

— E disso tudo que é que se tira? — exclamou a mãe desesperada.

— O que se tira? —balbuciou o abade

— Que há de se tirar? — redarguiu o médico.

E ambos pareciam repetir silenciosamente a si mesmos a pergunta, sem atinarem com a resposta desejada. (DINIS, 1990, p.148)

O imbróglio chega às raias da comicidade, mas ganha nova dimensão quando o narrador, personagem bastante ativo na trama, dá a sua opinião plasmada por ideias do próprio autor. Chamado para optar entre as três diferentes carreiras, o Sr. D... trava com a Sr<sup>a</sup> Margarida o seguinte diálogo:

— (...) Fale, Sr. D... a qual das opiniões se inclina?

— A nenhuma, minha senhora.

Sensação na assembléia: eu não cedi a palavra. — E peço a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> — continuei — que de maneira nenhuma suponha que intervenho com o intuito de me pronunciar a respeito de uma carreira que possa convir a Tomàsinho. Conhecendo-lhe as inclinações, pela natural penetração da mãe, melhor do que nós, poderá V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> decidir. Mas nem eu penso que se trate aqui de uma criança incapaz de julgar por si das próprias conveniências e aptidões. O filho de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tem quase dezasseis anos, e é demais uma inteligência adulta; parece-me por isso extravagante que se esteja agora talhando um futuro, talvez já concebido bem diferente pela pessoa interessada. Eu voto que, em vez de nos consultar, consulte V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> directamente a Tomàsinho.

Estas palavras levantaram uma celeuma tal na assembléia que me não foi possível ouvir a resposta de D. Margarida. (DINIS, 1990, p.149)

O Sr. D... contribui com o seu olhar de homem cidadão e causa escândalo, em meio ao tradicionalismo reinante. Sua postura evidencia a gradativa maleabilidade de costumes, mas não evita o embate entre a antiga e a nova mentalidade.

Em meio a tão cruciais discussões, Tomás vem apresentando, há algum tempo, um comportamento arredo e reclamando de mal-estar, melancolia, dores de cabeça. Também escreve versos escondido, para o terror de sua mãe porque, segundo ela: “todos me dizem que os poetas são uns loucos, extravagantes e que o seu fim nunca é bom.” (DINIS, 1990, 134) Julio Dinis graceja com o lugar que os escritores -- particularmente os poetas, tidos como malditos -- ocupam naquela sociedade. Mas a veia poética de Tomás encontra um atenuante. O narrador nos deixara a par da paixão que o jovem morgado nutre por uma *leiterita*, que conhece desde criança. Paulina é órfã de mãe. O pai, meeiro das terras de Entre-Arroyos, está moribundo e vem a falecer nos braços de Tomás.

O que a legislação oitocentista recém-criada poderia fazer por uma criança marcada pela origem? Para Paulina, órfã, sem parentes próximos e sem bens que a provenham, a assistência possível passaria por ações beneficentes das ordens religiosas. O previsto é o encaminhamento para o juiz de órfãos e, por conseguinte, a uma instituição assistencialista.

Alexandre Herculano (1980) tecia críticas contundentes às escolas confessionais, por considerar a opulência de recursos desproporcional ao que era ministrado aos meninos e meninas que ali ficavam até os catorze anos aprendendo a... rezar! Passado esse tempo, expulsos sem formação que lhes valesse uma inserção profissional, passavam, no seu entender, à vadiagem e à prostituição.

Ao assumir, no leito de morte do pai de Paulina, o compromisso de vir a desposá-la, Tomás traz para si e para sua mãe uma questão de ordem moral: o valor inestimável da consciência, que, no entender de Julio Dinis e demais ilustrados, deveria falar sempre mais alto.

— É uma dívida sagrada, minha mãe — continuou Tomás — contraí-a junto ao leito de um moribundo, e sobre a cabeça de uma órfã; contraí-a invocando o nome daquele que parece dacolá olhar-me e compreender-me — e apontava para o retrato do pai; depois continuou mais baixo: — Contraí-a inspirado pelo amor.[...]

— É promessa sagrada, meu filho. Há de cumprir-se. (DINIS, 1990, p.152)

Por maior que seja a sua abnegação, a resposta de D. Margarida à interpelação do filho dileto é por si só surpreendente, uma vez que a efetiva intervenção materna só era exigida na autorização para o casamento de filhos menores. Mas D. Margarida não se dá por vencida e cobra de Tomás o atendimento ao desejo do falecido pai, para que prossiga nos estudos, uma de suas apreensões. Como Maria Aparecida Santilli destaca:

O cuidado com as exterioridades, muito próprio das sociedades mutáveis como as burguesas, onde as condições econômicas são instrumento de fluência, vai justificar o comportamento dos velhos, enquanto os moços indicam já uma nova linha de idéias e de posições que antecipam futuras estruturas sociais, ou são germes destruidores da estrutura vigente. (SANTILLI, 1967, p.62)

Para alcançar o seu quinhão de felicidade, Tomás também terá de transigir e aceitar as condições que D. Margarida lhe apresenta. Ele parte para a sua formação na Europa, de onde retorna cinco anos depois. Paulina, por conta do compromisso assumido, é “adotada” por D. Margarida. A delicada operação para a união dos enamorados torna-se possível a partir de uma negociação em família. Como Sérgio Nazar David observa:

Há também em Júlio Dinis amores sinceros, paixões ardentes, desejos de mudar a sociedade, de sair da sujeição. E, a partir disto os personagens movem-se, agem, tecem acordos, aguardam às vezes o melhor momento para este ou aquele passo; ou seja, planejam, sabem contar com o tempo, atuam em função do que desejam e procuram os caminhos possíveis fora da vitimização [...]. (DAVID, 2007, p.70)

Tomás e Paulina sofrem deveras ao se separarem. Mas a resignação de ambos é estratégica, porque a promessa de Tomás acena lá adiante. Com o retorno do jovem graduado,

casam-se, solução a que Júlio Dinis quase sempre recorre nos episódios de mobilidade social. O conflito nasce da impossibilidade do amor, por diferenças de classe, mas no âmago do conflito está também a possibilidade da superação, porque o amor é puro, correspondido e os amantes não apresentam nódoa. Como indica Maria Aparecida Santilli:

Sob o aspecto do documentário e do fato psico-social,[Júlio Dinis] representa a mobilidade social baseada num processo consciente de eliminação de preconceitos de classe e isto se faz visível, porque tais preconceitos não encontram raízes nas predisposições inatas dessas criaturas (...). (SANTILLI, 1967, p.58)

Quando pensamos que — objetivo alcançado — a narrativa há de chegar ao fim, percebemos que, ao cabo de alguns meses, a vida no campo principia a entediar Tomás, que julga não dispor de uma parceira em condições de compreendê-lo e de compartilhar as suas reflexões, “verdadeiras expansões de um homem de talento que de ordinário se vê obrigado a sufocá-las.” (DINIS, 1990, p.173) Tomás confia ao Sr. D... o seu desencanto. Apesar de usufruir do amor conjugal e dar vazão ao desejo, “isso não tira que a desejasse animada pela luz da educação.” (DINIS, 1990, p.176) Tomás demonstra ser um novo tipo de homem, forjado segundo os códigos da modernidade, com ilustração suficiente para olhar Portugal sob outros ângulos. Mas ele aspira mais; quer também dividir as suas novas ideias com a parceira.

O que Tomás não imagina e o próprio Sr. D... revela ao público-leitor, no final da narrativa, é que a senhora de Entre-Arroyos se encarregara ela própria da formação da noiva, levando-a para viajar durante os anos em que Tomás estivera fora. “D. Margarida não poupou despesas para tornar Paulina perfeita nas artes e nas línguas. [...] Dentro de cinco anos Paulina era digna de Tomás. (DINIS, 1990, p.181) Percebe-se então que, apesar da concepção ajustada à contemporaneidade, abrindo janelas que até então se encontravam fechadas. Júlio Dinis não conseguiu escapar do dogmatismo da educação subscrita pelo gênero.

Tomás é brindado com uma formação integral para poder utilizar o máximo de sua capacidade intelectual. Paulina, também passa a ocupar, pelo casamento, um novo patamar social. O processo educativo pule um diamante bruto. Mas o que lhe é destinado — aprender música, literatura, conhecimentos gerais — é o suficiente para que estabeleça com seu marido uma relação de complementaridade, pois, como atesta, por fim, o narrador, “a inteligência de Paulina só precisava de asas para voar ao lado da sua. Era um espetáculo interessante vê-los agora librem-se no espaço e pairarem nas mais elevadas regiões (...)” (DINIS, 1990, p.182). De certa forma, o resgate intelectual de Paulina é um ato de justiça social.

Extremosa como D. Margarida, também o é D. Joana, mãe do jovem alferes d'A *Justiça de sua Majestade*. Essa justiça que a ama Roberta acredita possível, ela a encontra pelas mãos de D. Joana, que, conforme informa ao major Samora, tem também as suas raízes na família burguesa:

— (...) Eu não tenho o defeito de me esquecer que meu pai era um negociante da capital; e se o pai de Filipe não julgou desonrar-se, aliando-se com a minha família, eu renegaria a minha procedência se adoptasse esses preconceitos. Ora, agora para o mundo, que para desculpar uma boa ação precisa de a explicar por uma ideia interesseira, ficarei absolvida dizendo-se que os capitais de José Urbano sossegaram os escrúpulos aristocráticos, que, como sabe, eu nunca tive (DINIS, 1990, p.87-88)

Sendo, portanto, de origem burguesa, D. Joana transita por dois mundos e sabe como operam as leis sociais. Sabe também que, para continuar a viver de acordo com as regras, precisa agir com discrição. E é dessa maneira que ela arquiteta o casamento entre Maria Clementina e Filipe Rialva. Mais que evidenciar as fraquezas do coração, deveria ficar claro para o limitado círculo social o interesse em reunir as duas casas, pelo contrato do casamento. A ala burguesa, de Maria Clementina, apesar de rica, ganharia em termos de legitimidade. E o braço aristocrático dos Rialva, manteria a nobreza e acumularia um capital considerável. Estaria justificado, portanto, para o público externo, o encontro entre as diferentes classes como um excelente negócio.

D. Joana é dama do séquito da rainha, mas não perdera o vínculo amoroso com o filho e o interesse na sua felicidade. Demonstra autonomia ao surgir como elemento mediador que reaproxima seu filho da moça injustiçada. O pai de Rialva em nenhum momento é mencionado, parecendo que o autor confia ao feminino os negócios do coração: a prevalência do amor, mas também do que é moralmente aceitável, segundo a voz da consciência. O olhar de D. Joana segue tão à frente, que ela sequer pestaneja quando José Urbano revela a ilegitimidade de Maria Clementina. Conforme ela mesma diz:

— Quando mesmo Maria Clementina não tivesse achado um pai – disse D. Joana -- não julgue que eu desistiria do meu pedido, Sr. José Urbano. Mas agora parece-me que cessam da sua parte todos os escrúpulos. (...) Então é a ambos (pai e tio) que peço a mão de Maria Clementina para meu filho... – disse D. Joana; seja esta união a que faça desvanecer a nuvem que parece meter-se entre os senhores. (DINIS, 1990, p.108)

O que até então era um obstáculo praticamente intransponível para a felicidade dos amantes gradativamente perde a força no campo ficcional. Isto, de certa maneira corresponde ao rumor de uma sociedade fermentando transformações. D. Joana, portanto, exercita a sua fatia de influência ao:

(...) Mudar a partir de dentro, subverter a partir das raízes. Era a estratégia possível e quiçá a mais inteligente. A família, a tal “pátria em miniatura” é assim salvaguardada, admitindo-se a mudança, mas sem convulsões revolucionárias. Tal como a pátria... (VAQUINHAS, 2000, p.50)

O final feliz fica assegurado em ambas as narrativas, mas as marcas ideológicas permanecem indelévels, mesmo após fecharmos o livro. Podemos aventar uma hipótese para o encaminhamento que a autor dá à narrativa. Júlio Dinis chegou a assumir uma voz feminina, sob o pseudônimo de Diana de Aveleda, para fazer uma defesa “orgânica” da condição da mulher oitocentista. Entretanto, não teria conseguido fugir da sua própria formação burguesa e não avançara a ponto de pensar numa formação igualitária que contemplasse homens e mulheres, enquanto seres integrais. Prevalendo o seu progressismo moderado, talvez Júlio Dinis conformasse o público-leitor (com predominância feminina) ao que era possível na sociedade da época, por meio de seus ‘livros-instrumento’, como ele próprio os denominava, empenhado que estava em difundir a sua pedagogia social, demonstrando que saber transigir também tinha o seu valor em uma sociedade dada a enrijecimentos de toda ordem. (DAVID, 2007, p.107-110)

Júlio Dinis e outros intelectuais que atravessaram o período romântico liberal trouxeram para o uso corrente palavras como *ilustração*, *progresso* e *civilização*, ressignificadas pela França revolucionária. Conseqüentemente, a educação figuraria como uma de suas preocupações. Tratava-se de discussão emergente, frente ao analfabetismo da maioria da população, que não dispunha de instrumental adequado para usufruir das poucas oportunidades ligadas à cultura. Travessia difícil, como atesta Flausino Torres: “Em 1890 — veja-se 70 anos depois da Revolução Liberal! — ainda há 79 por cento de analfabetos, embora em Lisboa seja apenas de 46 por cento.” (TORRES, F. [ca. 1974], p.168)

Também Herculano acreditava que a moral e a ilustração são os elementos componentes da civilização: “A ilustração deve facilitar ao homem o adquirir a subsistência e uma porção maior ou menor dos cômodos da vida; e, ao mesmo tempo, torná-lo mais digno membro da grande família chamada nação.” (HERCULANO, 1980, p. 359-360) Júlio Dinis bebeu nas fontes desse progressismo moderado, moldando a sua escrita enquanto um instrumento de pedagogia social, a qual pretendia fazer chegar a pessoas de todas as classes. Ele alargou os horizontes do leitor burguês e oportunizou que, ainda naquele século, novos caminhos pudessem ser palmilhados por mulheres, enquanto sujeitos da própria história.

O presente capítulo termina por contemplar as muitas mães retratadas por alguns dos mais emblemáticos romancistas e contistas atuantes, segundo o nosso recorte entre 1851 e 1888. São mães que matam e morrem e outras que diante da força não encontram argumento. Mas há também mães que encontram a força na adversidade, mães, chefes de família de fato e outras que em meio a tantas regras e fórmulas encontram o tom para transitar versáteis, autônomas, bem-sucedidas.

As famílias também são as mais diversas, desde as monoparentais até as nucleares complexas, todas (ou quase todas) observadas, descritas e recriadas por autores como Julio Dinis, Camilo Castelo Branco, Rodrigo Paganino, Álvaro do Carvalho e Conde de Ficalho, deixando implícito que, apesar do formato algo engessado que o Oitocentos se propunha a conservar, as conformações, deformações e reformas se multiplicavam.

Em meio à Regeneração, essas diferenças ficaram mais patentes e mesmo as expectativas em relação à família, à pátria e ao mundo foram se ampliando. Desde a aposta incondicional no papel regenerador da nova política, nos anos 50, que Júlio Dinis tão bem encarna em suas narrativas, até o desencanto do final dos anos 80, que o Conde de Ficalho torna implícito no seu único livro de ficção, *Uma eleição perdida*, em 1888. Passados tantos anos em que muitos sonhos se perderam, mas outros se concretizaram, as perguntas recorrentes que transpiram de seus registros são: Esta é a sociedade que queremos? Este é o mundo que legaremos aos que estão por vir?

## O conde de Ficalho



Figura 11 - Caricatura do Conde de Ficalho, por Bordalo Pinheiro – Disponível em <http://monblog.ch/jbotanico/?p=200611031303574>.



## CONCLUSÃO

Em 1851 novos ares sopravam em Portugal, com a chegada dos liberais ao poder. Iniciava-se um período de desenvolvimentismo, conhecido como “Regeneração”. Outras “regenerações” foram tentadas antes, mas esta última, por tanto tempo acalentada, carregava nas tintas da mudança, chancelada pelos muitos anos de instabilidade política em que as lutas entre liberais e miguelistas haviam precipitado a nação.

A palavra “regeneração” traz consigo uma forte carga positiva. Afinal, “regenerar”, segundo Antonio Houaiss, significa: “formar-se de novo; revivificar e reconstituir”, mas também se abre para a subjetividade quando quer dizer: “emendar (-se) moralmente; corrigir-se, reabilitar-se”. (HOUAISS, 2007) O que se demandava para um novo Portugal era uma transformação de corpo e espírito, o que equivalia a “começar do zero”. Entretanto, expectativas dessa magnitude dificilmente haveriam de se concretizar num curto espaço de tempo, se levarmos em conta as condições objetivas da sociedade. Como Lopes de Mendonça, ao fazer em 1856, em *A Revolução de Setembro* uma reflexão sobre a Regeneração, observa:

Se nos fosse logicamente permitido julgar este governo longe da esfera dos factos passado, longe das circunstâncias de que se encontra rodeado, esquecendo os acontecimentos que o produziram e o ambiente em que tem de mover-se, é mais do que provável que a nossa crítica fosse impiedosa e severa. (...) O nosso ponto de vista deve ser referido ao tempo, à situação do país, às relações dos partidos, aos precedentes históricos, às paixões que acanham as ideias, e aos interesses, tão poderosos nas classes, e nas associações, como nos indivíduos. (MENDONÇA, 2007, p.199)

O Portugal novo, portanto, haveria de surgir das entranhas do Portugal velho. Mas as necessidades eram muitas e o povo ansiava por mudanças rápidas e urgentes, o que tornou a decepção inevitável. Até mesmo os intelectuais que se bateram em defesa da carta de 1826, chegando a amargar o exílio, demoraram a aperceber o quanto havia de utópico na empreitada. Alexandre Herculano, que, assim como Almeida Garrett, defendera o Liberalismo com unhas e dentes e chegara em 1851 ao governo com os demais “revolucionários”, em um ano tornou-se um dos mais contumazes críticos da Regeneração.

Apesar do século XIX ser encarado, por alguns estudiosos, como uma oportunidade perdida, melhor seria que se mensurasse o impacto das medidas, por simples que fossem. O forte investimento na área de transportes e de comunicações é exemplo das primeiras medidas adotadas. Mesmo que o grosso da população não se sentisse beneficiada e, em certos

momentos se manifestasse contra a aparente inação do governo, mesmo assim gradativamente o efeito se fazia sentir. Não tanto quanto o esperado, mas o suficiente para provocar deslocamentos de pessoas, ideias e comportamentos. O movimento gera fissuras e estas permitem uma resposta diferente da usual, o que fatalmente atravessaria o espaço público para ressoar na intimidade das famílias.

No correr de Oitocentos, a família torna-se enxuta. À menor taxa de natalidade alia-se a diminuição da mortalidade, tornando-se a família nuclear e parental e assentando desse modo a base da família moderna. Por conseguinte os papéis sexuais ganham nova configuração. As bases do Antigo Regime começam a ser minadas. A começar pelo estereótipo de homem que a Aristocracia modelava como um cavaleiro, voltado para as batalhas e a vassalagem, cujas qualidades mais valorizadas diziam respeito à coragem e à lealdade, assim como a disposição para a luta. Em meados do século XIX, esse tipo de homem não mais corresponde ao ideal burguês. Entende-se que suas maiores qualidades sejam as que lhe permitam desempenhar condignamente o papel de mantenedor da família: a responsabilidade e a austeridade.

Ao mesmo tempo, a mulher burguesa passa a “rainha do lar”, enclausurando-se no espaço doméstico. E as demais famílias, das nobres às proletárias passam a aspirar por esse modelo de mulher, esposa devotada e mãe dotada de amor incondicional por seus filhos. Os filhos por sua vez, passam a receber cuidados redobrados, mas também uma cobrança compatível com o investimento feito neles. Como Mark Poster conclui:

O padrão emocional da família burguesa é definido pela autoridade restringida aos pais, profundo amor parental pelos filhos e uma tendência para empregar ameaças de retirada de amor, a título de punição, em vez do castigo físico. Esse padrão, aplicado aos estágios oral, anal e genital, resulta numa troca sistemática, por parte da criança, da gratificação corporal pelo amor parental, o que, por sua vez, produz uma internalização profunda do progenitor do mesmo sexo. As diferenças sexuais se convertem em profundas diferenças de personalidade. A masculinidade é definida como a capacidade para sublimar, para ser agressivo, racional e ativo; a feminilidade é definida como a capacidade para expressar emoções, ser fraca, irracional e passiva. As diferenças de idade tornam-se padrões internalizados de submissão. A infância é uma condição ímpar, mas inferior. A dependência da infância é a base para se aprender a amar os que nos são superiores. A passagem à idade adulta requer a internalização da autoridade. A individualidade é adquirida ao preço da incorporação inconsciente das normas parentais. (POSTER, 1979, p.196)

Este mecanismo para que cada qual internalize os papéis a desempenhar na família e na sociedade chega ao requinte da eficiência, quando incorpora a crença de que a criação à

moda burguesa suscita no indivíduo a autonomia e o empreendedorismo, como se o burguês fosse o responsável pela sua própria criação.

Mudam-se os atores, muda-se o grupamento como um todo. A família, dotada de nova estrutura emocional, transforma-se em palco dos dramas íntimos. Reduto da passionalidade e separada do espaço público passa a funcionar como um oásis de satisfação doméstica. Mantendo seus membros ao abrigo das intempéries, a família deve evitar que influências externas venham a corrompê-la. O compromisso tacitamente firmado entre os pares repercute em maior controle e intensificação dos conflitos.

Como os artistas são as antenas da sociedade, tais fenômenos que começam aqui e ali a pulular, são por eles captados e rerepresentados em forma de arte. No século XIX, a literatura ganha proeminência por indignar, congregar, comunicar, emocionar, gratificar. E os autores ganham notoriedade, mesmo que três quartos da população permaneçam, até o final do século, analfabetos. Os folhetins mobilizam as pessoas e os autores utilizam-nos como veículos para a discussão, dos temas que inquietam a sociedade.

As motivações pessoais para fazer literatura também são as mais díspares. Rodrigo Paganino investe na evangelização pela palavra. Júlio Dinis compõe os seus *livros-instrumento* com professa intenção social. E Camilo Castelo Branco torna-se o primeiro escritor português a ganhar a vida com os seus escritos, nos primórdios da *era da reprodutibilidade técnica* (BENJAMIN,1994) o que lhe introduz preocupações de mercado.

Os cinco autores com os quais nos dispusemos a trabalhar criaram retratos da sociedade portuguesa e mostraram-se críticos em relação ao seu tempo. Rodrigo Paganino e Júlio Dinis, simpáticos à causa liberal, não fecharam os olhos às suas idiossincrasias. Questionavam-na no que julgavam de equivocado e pasmoso e pensavam no que fazer para içar Portugal do sentimento de estagnação que por vezes percorria o social. Apostaram no *homem bom*, de Rousseau, e fizeram literatura para suscitar e preservar a virtude em seus patrícios, não se abstendo de se posicionarem diante das mazelas sociais.

Como o próprio Júlio Dinis teoriza, ele procura conferir às personagens “uma carnação que simule a vida”. Intenta trazê-las o mais possível para o plano “real”, de modo a gerar empatia com o leitor, pois a sua motivação primeira é a pedagógica. Desse modo, a

constituição das famílias, os locais, as situações, a própria composição das personagens tornam-se verossímeis.

Júlio Dinis, quando do falecimento do jovem escritor Rodrigo Paganino, declarou a sua admiração por encontrar em seu fazer literário justamente esta disposição para lidar com a narrativa como quem pinta quadros, lançando na urdidura da tela variados matizes para compor um mundo compatível com a realidade sensorial do leitor. Nesse sentido, a contribuição da paisagem à obra desses dois escritores é bastante relevante, levando ambos a serem distinguidos como autores de narrativas rurais.

A obra de Camilo Castelo Branco, por bastante extensa em termos de percurso e produção literária, passou por diferentes episódios políticos e sociais, e também pelas mudanças de percepção estética do período, com o autor agregando aqui e ali à sua narrativa uma ou outra ideia inovadora. Nos contos analisados, seus narradores demonstram ter uma visão bastante cética dessa burguesia que se autoproclama tão moralista e virtuosa.

Nas tramas de Camilo, sempre há espaço para o amor e o desejo. E o desejo desencaminha as pessoas. Essa tensão entre o querer e poder marca a sua obra, levando, por vezes à frustração dos atores. Para a satisfação do desejo, Camilo desnuda como ninguém a necessidade do dinheiro, numa sociedade que tenta se equilibrar entre a razão e a vontade. Os atores transitam da pobreza para a riqueza e vice-versa e esse trânsito é o que determina a satisfação ou a interdição dos desejos. Além disso, foi possível depreender das narrativas estudadas que os personagens que buscam superar os obstáculos para a concretização do amor são os mais prejudicados apesar de sua clamorosa inocência. Mas a culpa nem sempre recai na sociedade que, por razões de preconceito e corrupção de costumes, fecharia as portas aos mais ambiciosos. Em Camilo podemos vislumbrar as mudanças sociais e também, na esfera mais íntima, a vida familiar, através dos espaços que o voluntarismo e a tenacidade de alguns personagens forjam.

O Conde de Ficalho, por sua vez, um dos “vencidos da vida”, dentre as tantas contribuições enquanto botânico e historiador, professor e jornalista, criou um único livro de ficção. *Uma eleição perdida*, obra composta por uma novela e cinco contos de pendor regionalista, em 1888, possibilitou-lhe fazer um balanço desalentado da aventura liberal, meses antes de Eça de Queirós publicar *Os Maias: episódios da vida romântica*, marco do

realismo em Portugal e ponto final no recorte desta dissertação. O autor estende o seu olhar arguto sobre a massa camponesa, destacando o linguajar e os costumes característicos e o confronto que se cria, seja no contato com o forasteiro em *A caçada do malhadeiro*, seja no relacionamento desigual entre as classes, tônica de *A maluca da D'os corvos*.

Álvaro do Carvalho destaca-se por ser um dos precursores do gênero fantástico em Portugal. Com os seus contos e a polémica nos jornais tornou-se um escritor maldito e suscitou entre os contemporâneos a hipótese de que o aspecto insólito de muitas das situações narradas relacionavam-se com seus transtornos psíquicos. Passamos, entretanto, ao largo da fantasmagoria que lhe é imanente, para focalizar em *Honra antiga*, o quadro trágico de uma família norteadada por costumes do velho Portugal que se vê confrontada por um caso de sedução, resultando em sua autodestruição.

Nos onze contos que analisamos, verifica-se uma visada sobre a família portuguesa nortenha, assim como seus costumes, idílios e os conflitos decorrentes. A família burguesa oitocentista procurou de todas as formas suprimir e/ou camuflar seus conflitos, mas ainda assim oferece farto material para os estudiosos. Por mais rígidas que sejam suas normas de comportamento, algumas famílias escapam dos modelos, por razões variadas que fomos mostrando ao longo do nosso trabalho.

O custo para compor uma família dita “respeitável” era alto. Antes de a mídia contemporânea invadir definitivamente os lares, herdávamos da burguesia pré-industrial a busca do comedimento e da respeitabilidade em nossos espaços privados. Mas o seu impacto no espaço público também é flagrante, como observa Michelle Perroux:

Átomo da sociedade civil, ela é a administradora dos “interesses privados”, cuja boa manutenção é essencial para a marcha dos Estados. Pedra angular da produção, ela garante o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Célula de reprodução, ela engendra os filhos, aos quais dá uma primeira socialização. Fiadora da consciência nacional, ela vela sobre a sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. A “boa família” é o fundamento do estado: daí a atenção crescente que ele lhe dá e sua intervenção em caso de incapacidade das famílias pobres, as mais controladas. A família enfim garante a mediação entre indivíduo, a sociedade civil e o Estado, como sublinha Hegel (*Princípios da Filosofia do Direito*, 1821). Por sua natureza dual, a família instaura a comunicação entre o público e o privado, pois ela pertence aos dois. (PERROUT, 2005, p.459)

O liberalismo trouxe para si esta contradição: como equilibrar o direito à liberdade de escolha e a posse sobre o próprio corpo com os interesses de ordem pragmática que alçaram a burguesia à condição social de classe dominante? Ela é vitoriosa, quando se consolida

enquanto classe hegemônica na Regeneração, mas também beligerante, porque não abre mão de suas conquistas, medindo e pesando os custos diante dos imponderáveis segredos do coração. A paixão é rio caudaloso que arrasta os incautos, abalando as terminações nervosas e dando novas formas à família. Foi sobre este delicado equilíbrio que discorreremos.

Dos onze contos analisados, quatro apresentam núcleos familiares parentais simples, em conformidade com os padrões estabelecidos. Neles somos apresentados a famílias que ganham nova configuração no decorrer das narrativas. Ocorre também a prevalência das leis familiares sobre todas as tentações, como ocorre em outros três contos, em que o contrato do matrimônio serve tão somente para salvaguardar as aparências (*Aventuras dum boticário de aldeia*); ou normaliza uma união de fato (*O romance de um céptico de aldeia*); ou ainda aprisione permanentemente, por meio do sacramento, a protagonista (*O fruto proibido*).

Em outras cinco narrativas curtas, a família apresenta-se nuclear, simples e monoparental. Filhos e suas mães protagonizam as narrativas em *Apreensões de uma mãe*, *A maluca da D'os Corvos* e *O filho natural*. Pais e filhos interagem em *Aquela casa triste* e *A caçada do malhadeiro*. *A justiça de sua majestade* apresenta outro tipo de configuração familiar, composta por um tio solteirão, sobrinha e criada. A falta do pai permeia toda a narrativa e a sua descoberta, ao final do conto, abre uma nova perspectiva “regeneradora” para a família de Maria Clementina.

Por fim, as famílias sequer “existem” em *Uma flor de entre o gelo*. Justifica-se a inclusão deste conto na análise, porque segundo o celibatário Dr. Jacob Granada, a principal causa para o seu comportamento irascível é a falta do acolhimento de uma família: “Não conheci carinhos de mãe na infância; não conheci extremos de amante na juventude.” (DINIS, 1990, p.324-325) Não há menção ao pai e outros parentes e amigos que amenizem a aridez de sentimentos do velho médico. Sua vida particular, portanto, é esvaziada de sentido: “A descrença, o egoísmo, o interesse, a ausência de nobres aspirações, de sentimentos generosos, de concepções elevadas eis o viver das almas decrépitas [...]” (DINIS, 1990, p. 324) Em relação a Valentina, que convalesce na aldeia, não se destaca qualquer referência familiar. A carta endereçada a uma de suas amigas referencia o único contato exterior à aldeia. Valentina demonstra que também deseja se apaixonar, na carta em que confessa o seu amor-relâmpago por um admirador secreto. Por fim, a história sobre um amor não correspondido faz malograr,

no último conto de *Serões da província*, a derradeira tentativa da família burguesa se revalidar pelo matrimônio.

Apesar da aparente auto-suficiência, que tornava o espaço doméstico protegido da ação externa, o percurso da família era afetado por condições econômicas, políticas e culturais. Mesmo nas famílias mais abastadas, onde o Estado não tinha ingerência, as mentalidades caminhavam ao sabor dos fenômenos sociais. A família conformava, mas também era conformada pela cultura.

Como procuramos demonstrar, um dos vetores de relevância a interferir na dinâmica da família foi a emigração. Fenômeno de longo espectro e longevidade, a emigração alterou a rota das famílias não só pelo esvaziamento de vastas áreas da nação, repercutindo no aumento da taxa de celibato proporcional à diminuição da taxa de nupcialidade, como também na organização interna de cada núcleo familiar, com mulheres assumindo interinamente — ou em certas situações, permanentemente — as funções de chefe da família, mesmo que os primeiros censos não as considerassem como tal. A emigração forjou o crescimento individual e a melhoria de vida de muitas famílias, além de contemplar economicamente a nação com o significativo volume de remessas. Mas também deixou as famílias incompletas e sujeitas a desgastes emocionais, como José Urbano, de *A justiça de Sua Majestade*, assim o percebe no seu retorno. De todo modo, o retornado também trouxe na bagagem um novo modo de pensar, o que permitiu à família refazer-se.

A evolução do direito penal e do direito civil também passou a incidir diretamente sobre as famílias, pois o governo passou a intervir no recôndito dos lares, notadamente nos espaços proletários para restringir a violência sobre mulheres e crianças. Com a maior vigilância do Estado sobre o espaço privado, com vista à manutenção da ordem pública, o pai deixava de configurar um poder absoluto. Também na partilha de bens o poder patriarcal perdeu espaço, com a criação de leis que permitissem uma divisão equitativa entre os herdeiros. Vale salientar que a criação dos referidos códigos ocorreram em meio à Regeneração, passando a sociedade portuguesa, a partir da segunda metade do século XIX por uma pronunciada transformação em seus aspectos jurídicos.

A gênese de um Estado laico gerou fortes embates com a igreja, o que afetou a religiosidade dos devotos e até mesmo as vocações sacerdotais. Entretanto, o maior

afastamento da religião ocorreu nas cidades e entre o público masculino. Nos espaços rurais e entre o público feminino as crenças mantiveram-se arraigadas, até porque a igreja era praticamente o único espaço público que a mulher podia frequentar com relativa liberdade.

A educação foi outro vetor de transformação na sociedade portuguesa de Oitocentos. Apesar dos primeiros anos de escolaridade tornarem-se obrigatórios a partir de 1835, as primeiras medidas para a sua estrita observância só começaram a partir da segunda metade de Oitocentos. O número de escolas cresceu substantivamente, mas a falta de um sistema de ensino que congregasse as escolas, que garantisse os seus suprimentos e remunerasse regularmente os mestres ainda perdurou por algum tempo. Até então, as meninas eram educadas por preceptoras ou em estabelecimentos particulares, o que permite inferir que só as mais abastadas podiam gozar de semelhante privilégio.

Contra esse estado das coisas pelearam vários intelectuais de renome como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Antonio Feliciano Castilho e Julio Dinis. Este último, assumindo um segundo pseudônimo – Diana de Aveleda — cobrava das autoridades uma posição decisiva de combate ao analfabetismo. Fatalmente, toda essa mobilização haveria de impactar diretamente a família, porque a instrução perdia o caráter supérfluo e dependente da opção individual para ganhar o *status* de investimento do Estado no aprimoramento dos seus cidadãos. Mesmo assim as medidas tomadas precisavam de maior vontade política, seja no volume de investimentos seja no monitoramento dos estabelecimentos, no que resultou que, passada a Regeneração, um grosso contingente de populares nunca tenham ganhado assento nos bancos escolares.

Nesse sentido, podemos observar, trazendo as onze narrativas curtas uma mensagem implícita nesse sentido, que a Regeneração prometeu mais do que fez, desencantando os seus mais ardorosos defensores. Mas, mesmo com todas as falhas de continuidade, deixou um esteio para a geração política que estava por vir com o advento da República. Passados quase cinquenta anos, desde a chegada do Liberalismo ao poder, o homem português não era mais o mesmo. E a família, como a nau lusa, transformou-se singrando os mares abertos pela aventura liberal.

Mesmo com a determinação de papéis para cada um dos seus membros, a família burguesa não conseguiu fazer com que todos seguissem à risca a sua muito particular *receita*



*de felicidade* que, com a hegemonia da classe passou a ser gradualmente introjetada, tanto pela nobreza quanto pelo campesinato. As regras implicavam a protelação ou até mesmo a negação dos desejos individuais, para a prevalência da vontade coletiva. O bem-estar familiar haveria de se realizar à custa da renúncia do indivíduo aos seus mais íntimos interesses e nem todos estavam dispostos a pagar uma conta de tal monta.

Como os contos e novelas analisados podem ilustrar, uns seguiram a receita, como a Rosa de *O fruto proibido*, o que a levou a abdicar da própria individualidade. Alguns enfrentaram acintosamente os limites, como os amantes de *Honra antiga*. Outros procuraram contemporizar e jogar conforme as regras, até chegar ao limite do que lhes fosse possível obter. Tais estratégias originaram diferentes histórias que nos mostram o quão variados são os modos de viver, lutar e sentir da família portuguesa oitocentista, mais precisamente no período que procuramos abraçar no *corpus* deste estudo.

## REFERÊNCIAS

ANICA, Aurízia. *As mulheres, a violência e a justiça no Algarve de Oitocentos*. Lisboa: Ed. Colibri, 2005. p. 44 -291.

ARMARIUM LIBRI: uma biblioteca universal de discussão e divulgação literária e científica. Disponível em: <<http://armariumlibri.blogspot.com/2009/04/rodrigo-paganino-1835-1863.html>> Acesso em 28/02/2011>. 1 litografia, p&b.

BARCELLOS, José Carlos. Masculinidade e modernidade em Camilo Castelo Branco. In SOUSA, Sergio Guimarães; MARTINS, José Cândido de Oliveira. *Leituras do desejo em Camilo Castelo Branco*. Guimarães: Opera Omnia, 2010. p. 98.

BATALHA, Maria Cristina. Num bairro moderno: o olhar enviesado da periferia europeia. *Revista Matraca*, Rio de Janeiro, n. 11, 1999. Disponível em: <<http://www.pgletas.uerj.br/matraca/matraca11/matraca11batalha.pdf>> Acesso em: 15 dez 2010.

BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 15.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Código civil português / annot*. José Dias Ferreira. 5 v. Lisboa : Impr. Nacional, 1870-1876. Disponível em:< <http://purl.pt/12145>> Acesso em : 28 fev. 2011. 1 fotografia, color.

\_\_\_\_\_. *Província de Entre Douro e Minho*  
LAURENT, [S.l. : s.n., ca. 1760?]. 1 mapa , gravura p&b com traçados aguarelados ; 24,90x17,80 cm, em folha de 27,10x18,20 cm. Escala [ca 1:670000]. Disponível em <<http://purl.pt/1379>> Acesso em: 28 fev.2011.

\_\_\_\_\_. In: *Júlio Dinis: catálogo da exposição*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989. 1 fotografia, sépia. Disponível em <<http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/bb11278/bb11278.html>>. Acesso em 28 fev.2011.

BLOG no botânico. *O botânico da Universidade de Lisboa: vozes, olhares, memorações*. 1 caricatura, color. Disponível em <http://monblog.ch/jbotanico/?p=200611031303574>> Acesso em: 28 fev. 2011.

BRANCO, Camilo Castelo. O filho natural. In: *Novelas do Minho*. Lisboa: Parceria A M Pereira LDA, 1979. v.2, p. 17 - 87.

\_\_\_\_\_. Aquela casa triste In: *Obras completas*. Justino Mendes de Almeida (Org.). Porto: Figueirinhas, 1960. p. 257 – 267.

\_\_\_\_\_. Aventura de um farmacêutico d'aldeia. In *Scenas contemporaneas*. 5.ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Ed., 1925. p. 42 – 53.

CABRAL, João de Pina. *O homem na família*. Cinco ensaios de antropologia. 1.ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa, 2003. p. 83 -105.

CARVALHAL, Álvaro do. *Contos*. Lisboa: Ed. Beltenebros, 2004. p. 102 -123.

CASTRO, Viveiros de. *Os delictos contra a honra da mulher*: adultério, defloramento, estupro. A sedução no Direito civil. Rio de Janeiro: João Lopes Cunha Editor, 1897. p. 19 - 109.

CLUBE da história de Valpaços. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://clubehistoriaesvalp.blogspot.com/2011/02/167-aniversario-do-nascimento-de-alvaro.html>> Acesso em : 28 fev.2011.

DAVID, Sérgio Nazar. Virtude e Cordialidade em Júlio Dinis. In MONTEIRO, Ofélia Paiva (Coord.). *Sociedade e Ficção*. Coimbra: Centro de literatura Portuguesa, 2007. p. 70 - 110.

DELGADO, Ralph. *O reino de Benguela*: do descobrimento à criação do governo subalterno. Lisboa: Imprensa Beleza, 1945, p. 133-158.

DIAS, Geraldo Coelho. Igreja, igrejas e culto. In: SOUZA, Fernando; MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.). *Nova História de Portugal, Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. X, p. 269 - 295.

DINIS, Júlio. *Serões da província*. Porto: Editora Porto, 1990. p. 8 - 182.

\_\_\_\_\_. *Serões da província: o canto da sereia; ideias que me ocorrem; o bolo quente; justica de Sua Majestade*. Apresentação de Egas Moniz . Porto: Livraria Civilização Editora, 1962. p. 10 - 28

ESTEVES, Rui Pedro. As pulsações financeiras: finanças públicas, moedas e banco. In: SOUSA, Fernando; MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.). *Nova História de Portugal, Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v.X, p. 136.

FEIJÓ, Rui Graça. *Liberalismo e Transformação Social*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1992. p. 25 - 224.

FICALHO, Conde de. A maluca da D'Os Corvos. In *Uma eleição perdida*. Lisboa: Typographia da Livraria Ferin, 1888. p. 186 - 202.

\_\_\_\_\_. A caçada do malhadeiro. In; *Uma eleição perdida*. Lisboa: Typographia da Livraria Ferin. 1888. p. 174 - 177.

FRANCHETTI, Paulo Elias Allane. *A novela camiliana*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/camiliana.htm>>. Acesso em: 19 fev 2011.

GAY, Peter. *A Paixão Terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 123 - 145.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: FRAISSE, Geneviève ; PERROT, Michelle (Org). *História das Mulheres no Ocidente – O século XIX* . São Paulo: Ebradil ; Porto: Afrontamento, 1991. p.48 - 206.

GOMES, Joaquim Ferreira (Org.). *Relatórios do Conselho Superior de Educação Pública*. (1844 – 1859). Coimbra: [s.n.], 1985, p. 50-51.

HERCULANO, Alexandre. A educação é uma segunda natureza. In: BEIRANTE, Cândido; CUSTÓDIO, Jorge (Org) *Um homem e uma ideologia na construção de Portugal*. Antologia 2 Lisboa: Ed. Amadora: Bertrand, 1980, p. 359-360.

HOBBSAWM, Eric. A era do capital (1848 a 1875). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996. p. 325 - 329

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão monousuário 2.0.1. Editora Objetiva, 2007.

LOBATO, Gervásio (trad.). *A Mulher-homem. Adultério; casamento; divórcio. Resposta duma mulher a Alexandre Dumas Filho*. Gervásio Lobato (trad.). Lisboa: Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1872, p.23

MENDONÇA, A.P. Lopes de. [Textos de] A Revolução de Setembro. In NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das et al. (Org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*: Almeida Garrett, Alexandre Herculano e A.P. Lopes de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 199.

MOISÉS, Massaud. *O conto português*. São Paulo: Editora Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo. 1975, p. 11.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no século XIX. *Caderno CEDES*, Campinas, n. 45, 1998. Disponível em :  
< <http://cev.org.br/biblioteca/a-leitura-romances-seculo-xix>>. Acesso em: 20 dez 2010.

NUNO, Galvão. *O conde de Ficalho*. Lisboa: Ed. Il., 1953. 1 il., p&b, p. 35.

NÓVOA, Antônio. *Le Temps des professeurs: analyse socio historique*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. p. 68.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Camilo: limites do desejo no mundo do capital. In: SOUSA, Sergio Guimarães; MARTINS, José Cândido de Oliveira. *Leituras do desejo em Camilo Castelo Branco*. Guimarães: Opera Omnia, 2010, p. 121 - 128.

PAGANINO, Rodrigo. O fruto proibido. In: *Os contos do Tio Joaquim*. Lisboa: Planeta Editora, 2003, p. 71 - 88.

\_\_\_\_\_. Romance de um céptico da aldeia. In: *Os contos do Tio Joaquim*. Lisboa: Planeta Editora, 2003, p. 21 – 34.

PEREIRA, Mirian Halpern. *A política portuguesa de emigração: (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, p. 29 - 30.

PERROUT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 9 - 447.

\_\_\_\_\_ (Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v.4, p.55 - 262.

PINTO, F. Brandão Ferreira. *Filiação Natural*, Coimbra: Livraria Almedina, 1983. p. 305.

POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Zahar Editores. Rio de Janeiro: 1979. p. 187 - 198.

RIBEIRO, Aquilino. *O romance de Camilo*, Ilustrações de Julio Pomar. Lisboa: Folio Edições Artísticas, 1957. p. 119 – 206. 2 ilustrações, color.

SANTILLI, Maria Aparecida de Campos Brando. *Júlio Dinis, romancista social*. 1967, 206 f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967. p. 58 – 62.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Aproximando a Metrópole da Colônia: família, concubinato e ilegitimidade no Noroeste português (século XVIII e XIX). p.20-25. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002. Minas Gerais. *Anais...* Minas Gerais: ABEP, 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_His\\_ST4\\_Scott\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST4_Scott_texto.pdf)> Acesso em :20 jan 2011.

SERRÃO, Joel Da “*regeneração*” à *República*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 39.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1858, p. 7 - 316.

SOUSA, Fernando; MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord.). *Nova História de Portugal*, volume X. Portugal e a Regeneração (1851-1900). Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2004. p.10 - 213.

TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991. p. 60 - 61.

TORRES, Flausino. *História contemporânea do povo português*. 2.ed. Lisboa: Ed. Prelo, [ca.1974]. (Cadernos de hoje, n.4). p. 167 -168.

VAQUINHAS, Irene. “*Senhoras e mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 38.

VEIGA, Teresa. Rodrigues. As realidades demográficas. In: SOUZA, Fernando; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Presença, 2004. v.X, p. 22- 61.

## BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e historia da cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média: 1815 – 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Joaquim Ferreira. *Estudos para a história da educação no século XIX*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- LEAL, Maria Luísa. Estética romântica e descrição: a paisagem e o corpo na obra de Garrett, Herculano e José de Alencar. In BUESCU, Helena Carvalhão et al. (Org.) *Corpo e Paisagem Românticos*. Lisboa: Ed. Colibri, 2004.
- LOPES, Baptista M., *Filhos ilegítimos*. Coimbra: Livraria Almedina, 1973.
- LOPES, Óscar. *Cifras do Tempo*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.
- MARTINS, Joaquim Pedro de. *Obras completas de Oliveira Martins: História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores, 1972.
- QUARESMA, Vítor Sérgio. *Regeneração: economia e sociedade*. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1988.
- SANTOS. Maria de Lourdes Lima dos. *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- SERRÃO, Joel (Org.) *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1986.



TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Infância, escola e pobreza: ficção e realidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VALENTE, Vasco Pulido. *Uma educação burguesa: notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

\_\_\_\_\_. *Ir pro maneta: a revolta contra os franceses (1808)* Lisboa: Alethia Editores, 2007.

VAQUINHAS, Irene. *Violência, Justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor -o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.